

I Seminário Museus e Coleções da UFC

Reflexões Contemporâneas

Volume I

19ª Semana Nacional dos Museus

O futuro dos museus: recuperar e reimaginar

18 a 21 de maio de 2021

MAUC
60
ANOS


UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

I Seminário Museus e Coleções da UFC

Reflexões Contemporâneas

Volume I

19ª Semana Nacional dos Museus

O futuro dos museus: recuperar e reimaginar

18 a 21 de maio de 2021

MAUC
60
ANOS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Reitor

Prof. José Cândido L. B. de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Diretora da Secretaria de Cultura Artística - Secult-Arte

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade

Diretora do Museu de Arte - Mauc

Graciele Karine Siqueira

FICHA TÉCNICA SEMINÁRIO

Comissão Organizadora

Graciele Karine Siqueira
Karla Karoline Vieira Lopes
Larisse Macêdo de Almeida
Maria Josiane Vieira
Saulo Moreno Rocha

Núcleo de Comunicação

Kathleen Raelle Silveira
Thiago Nogueira

Realização

Museu de Arte
Memorial da UFC
Secretaria de Cultura Artística

Certificação

Pró-Reitoria de Extensão

Apoio Institucional

Gabinete do Reitor
Pró-Reitoria de Extensão
Pró-Reitoria de Relações Internacionais
Secretaria de Cultura Artística
Coordenadoria de Comunicação e Marketing
Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação
GRUPIC/UFAM

FICHA TÉCNICA E-BOOK

Comissão Organizadora

Graciele Karine Siqueira
Karla Karoline Vieira Lopes
Larisse Macêdo de Almeida
Maria Josiane Vieira
Saulo Moreno Rocha

Organização Documental

Karla Karoline Vieira Lopes
Larisse Macêdo de Almeida

Revisão Textual

Gerda Holanda
Larisse Macêdo de Almeida

Identidade Visual e Design Gráfico

Thiago Nogueira

Ficha Catalográfica

Larisse Macêdo de Almeida

Apoio Institucional

Gabinete do Reitor
Pró-Reitoria de Extensão
Pró-Reitoria de Relações Internacionais
Secretaria de Cultura Artística
Coordenadoria de Comunicação e Marketing

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Larisse Macêdo de Almeida CRB-3/1276

S471 I Seminário Museus e Coleções da UFC - Reflexões Contemporâneas / Graciele Karine Siqueira, Karla Karoline Vieira Lopes, Larisse Macêdo de Almeida, Maria Josiane Vieira, Saulo Moreno Rocha (organizadores). – Fortaleza: Mauc, 2021.
179 p. : il.

Publicação em 3 volumes.

ISBN: 978-65-993994-2-8

ISBN: 978-65-993994-4-2 v. 1

1. Museus - Coleções. 2. Museus – Exibição de objetos. 3. Museu – Ceará – Brasil. I. Museu de Arte da UFC. II. Siqueira, Graciele Karine. III. Lopes, Karla Karoline Vieira. IV. Almeida, Larisse Macêdo. V. Vieira, Maria Josiane. VI. Moreno Rocha, Saulo.

CDD 069.5

AGRADECIMENTOS

Ana Carla Sabino Fernandes
Ana Karolina Rodrigues de Almeida
Ana Kelly Firmino da Silva
Ana Luisa de Mello Nascimento
Angela Veras Santos
Antonio Wellington de Oliveira Junior
Augusto Teixeira de Albuquerque
Auricélia França de Souza Reis
Bárbara da Paixão Xavier Firmiano
Caio Anderson Domingos da Silva
Camila Moraes de Freitas
Cândida Hermínia Campos de Magalhães Bertini
Carlos Augusto de Alencar Junior
Carolina Coelho Campos
Castiele Holanda Bezerra
Cristiane Xerez Barroso
Cristina de Almeida Rocha-Barreira
Cristina Façanha Soares
Delane Viana Gondim
Eliezer Nogueira do Nascimento Junior
Elissandra Viana Marques
Elizabeth De Francesco Daher
Érica Silva Mesquita
Felipe Ferreira da Silva
Felipe Teixeira Lourenço Garrido
Fernando Heberon Menezes
Flávio José Moreira Gonçalves
Francisco Alves de Miranda

Frederico de Andrade Pontes
Georgia Albuquerque de Toledo Pinto
Gerda de Souza Holanda
Gislene Soares Guerra
Graciele Karine Siqueira
Haniel Ferreira de Paiva
Helena Matthews-Cascon
Henrique Pereira Rocha
Hortência de Sousa Barroso
Hugo Pereira do Nascimento
Ilde Guedes da Silva
Irani Clezar Mattos
Izabel Lima dos Santos
Jakeline Alencar Andrade
Jessica Miranda Abreu Freire
João Eduardo Pereira de Freitas
João Vilnei de Oliveira Filho
Joaquim Melo de Albuquerque
Jocasta Holanda Bezerra
José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque
Juliana Maria Girão Carvalho Nascimento
Juliana Soares Lima
Kalline Yasmin Soares Feitosa
Karen Rachel Santos Clark
Karla Karoline Vieira Lopes
Kathleen Raelle Silveira
Katiana Souza De Oliveira
Lady Dayana Silva de Oliveira

Larisse Macêdo de Almeida
Leandro Santos Bulhões de Jesus
Levi Maia Gonçalves
Lídia Barroso Gomes Castro
Lilian Glória Xavier
Luis Ernesto Arruda Bezerra
Luiz Alberto de Andrade Júnior
Luiz Eduardo dos Santos
Marcelo de Oliveira Soares
Márcia Pereira Oliveira
Marco Túlio Ferreira da Costa
Marcos Teodorico Pinheiro de Almeida
Marcus Granato
Maria Cleidiane Barbosa da Silva
Maria Elineuza Freire de Alencar
Maria Iracema Bezerra Loiola
Maria Josiane Vieira
Maria Júlia Ribeiro
Maria Neuma Barreto Cavalcante
Maria Pinheiro Pessoa de Andrade
Mary Anne Medeiros Bandeira
Maurício Cândido da Silva
Nadja Glbeuca da Silva Dutra Montenegro
Natália Batista da Silva
Neiliane Alves Bezerra
Nicácia Lina do Carmo

Niedja Goyanna Gomes Gonçalves
Nonato Lima
Núbia Gomes Lima Verde
Patrícia Maria Honório Abreu
Rafael de Farias Vieira
Raimundo Nonato de Lima
Regina Célia de Camargo Campos
Rita de Cássia de Mattos
Roberto Jun Takane
Roberto Moreira Chaves
Robson Waldemar Ávila
Romeu Duarte Junior
Sarah Sued Gomes de Souza
Saulo Moreno Rocha
Sílvia Bomfim Hyppólito
Sônia Maria Pinheiro de Oliveira
Soraya Guimarães Rabay
Tallita Cruz Lopes Tavares
Tatiane Martins Garcia
Tereza Cristina Ferreira Mota
Thiago Sales Lobo Guerra
Tobias Sandino Gaede
Vicente Vieira Faria
Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada
Virginia Bentes Pinto
Wilson Franklin Júnior

APRESENTAÇÃO

I Seminário Museus e Coleções da UFC **Reflexões Contemporâneas** **19ª Semana Nacional dos Museus** **O futuro dos museus: recuperar e reimaginar**

A Semana Nacional de Museus é um evento realizado anualmente, com a promoção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em âmbito nacional, a partir de um tema proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Este ano, a proposta é orientada pelo tema: *O futuro dos museus: recuperar e reimaginar*. O tema nos direciona para refletirmos sobre a necessidade de avaliarmos as realidades nas quais os museus estão inseridos e aquelas às quais eles estão e podem re(elaborar).

A inquietação lançada converge com as ações de inventariar, diagnosticar e compreender as dinâmicas nas quais as coleções e museus universitários estão envolvidos, que estão a ser realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais, instituído pelo Decreto N° 10.175/2019. A emergência da temática deve-se ao trágico acidente que assolou o Museu Nacional em 2018.

O incêndio expôs as fragilidades e o desconhecimento quanto ao patrimônio musealizado e musealizável sob responsabilidade das universidades federais, sobretudo, após a investigação empreendida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que resultou no Acórdão n° 1243/2019. O documento orienta a necessidade de identificar esses espaços nas estruturas universitárias federais, sobretudo, identificar quais os riscos a que estão vulneráveis de modo a evitar perdas de bens culturais do país.

O Acórdão nº 1243/2019 apresenta um panorama inicial dos museus federais do Brasil, mas que aponta a complexidade da gestão dos museus universitários face às atividades-fim das instituições mantenedoras. A emergência dessa discussão convergiu aos desafios de manutenção e continuidade das atividades das universidades na pandemia de Covid-19 que, desde início de 2020, impede ou dificulta a execução de tarefas cotidianas.

Desde 2009, o Mauc integra a programação nacional da Semana de Museus no Brasil, coordenada pelo IBRAM. No bojo dessas discussões nacionais, neste ano de 2021, o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc) em articulação com a Secretaria de Cultura Artística da UFC (SecultArte/UFC) e o Memorial propôs a realização do *I Seminário Museus e Coleções da UFC - Reflexões Contemporâneas* no âmbito do Programa de Extensão *Museu de Arte: Uma nova recepção*, durante a 19ª Semana Nacional de Museus, para discutir sobre coleções e museus universitários no Brasil e promover o diálogo entre espaços de preservação do patrimônio universitário da UFC.

O evento teve como objetivo reunir profissionais reconhecidos do campo dos museus e da museologia e representantes das coleções e museus da universidade. O público-alvo foi traçado considerando os profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação com interesse na temática de museus, coleções e patrimônio cultural no âmbito universitário a partir de diferentes áreas do conhecimento; profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação do campo da museologia e interessados em geral.

Os quatro dias de evento foram cruciais para proporcionar um espaço de reflexão sobre as problemáticas atuais e para a divulgação das ações da UFC nas áreas de cultura, memória, coleções, patrimônio cultural e museus, bem como,

para promover o diálogo entre saberes e fazeres dispersos, embora confluentes para a preservação do patrimônio universitário da instituição por meio do encontro entre representantes de instâncias de preservação de patrimônio e profissionais que atuam junto a coleções, museus e processos museológicos da instituição.

A Universidade Federal do Ceará é considerada uma das instituições públicas de ensino pioneira quanto à preocupação com a criação de lugares dedicados à memória em âmbito universitário, no qual destacamos a presença da criação do Mauc e da Casa de José de Alencar (CJA) nos seus anos iniciais, década de 1960, assim como a presença de museólogos no seu quadro funcional desde então. Ao universo museológico local e atual, a inquietação de mapear e reunir as inúmeras coleções, acervos, museus e memoriais vinculados às unidades acadêmicas e administrativas desta universidade se apresentava como uma questão latente e urgente.

Acreditamos na importância em identificar, apresentar e difundir essas coleções e instituições museológicas, superficialmente conhecidas ou desconhecidas por parcelas da sociedade, sejam aquelas que tenham ou não vínculos institucionais com a UFC. É necessário ressaltar que a programação proposta e a presente publicação estão em consonância com uma das finalidades elencadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) do ensino superior, que consiste na promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, comunicando o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação¹. Tais

¹ BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, p. 27833, col. 1, 23 de dezembro de 1996.

premissas corroboram a ampliação do acesso aos acervos universitários pela sociedade, assegurando o direito à memória, à ciência e à educação.

A organização e a realização desse evento nos possibilitou mapear de forma sistemática, conhecer e reunir a realidade destes espaços que se dedicam à construção dos conhecimentos científicos ao passo em que se tornaram responsáveis pela preservação de bens culturais na UFC. A partir do conhecimento que os organizadores possuíam destes espaços, foi realizado um levantamento e os seus respectivos responsáveis foram contatados. A solicitude e o compromisso com o trabalho coletivo foram premissas para que conseguíssemos realizar nove (09) mesas redondas virtuais e reunir 45 espaços na presente publicação durante tempos de incertezas.

A concretização tanto do evento quanto deste e-book só foi possível mediante a colaboração de todos e todas que aceitaram participar e enviaram as suas contribuições. É importante registrar os devidos agradecimentos pelo trabalho realizado cotidianamente e pela disponibilidade em colaboração com esta empreitada.

Considerando o universo de museus e coleções da UFC, os equipamentos participantes do Seminário estão organizados dentro das seguintes categorias: **Arquivos, Bibliotecas e Acervos Especiais, Coleções Didáticas e Científicas, Coleções lúdicas, Fazendas e Áreas de Preservação, Instâncias de Preservação e Gestão, Museus e Memoriais** (especificados a seguir). Ressaltamos, entretanto, que a dinâmica do e-book segue as temáticas das mesas do Seminário, conforme descrito na programação. Os textos se referem aos contributos dos participantes das mesas redondas e de outros espaços da UFC que, por motivos alheios à nossa vontade, não participaram dos encontros virtuais.

Arquivos:

- Arquivo da UFC Infra;
- Arquivo do Cinema Brasileiro / Casa Amarela Eusélio Oliveira (CAEO);
- Arquivo do Mauc - Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz;
- Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (NUDOC).

Bibliotecas e Acervos Especiais:

- Acervo da Sala 109 / Instituto de Cultura e Arte (ICA);
- Acervo do Escritor Cearense (AEC) / Biblioteca de Ciências Humanas (BCH);
- Acervo Rádio Universitária FM (RUFM);
- Biblioteca Braga Montenegro / Casa de José de Alencar (CJA);
- Biblioteca da Faculdade de Direito (BFD);
- Biblioteca de Ciências da Saúde (BCS);
- Biblioteca do Curso de Arquitetura (BCA);
- Biblioteca Floriano Teixeira do Mauc (BMAUC).

Coleções Didáticas e Científicas:

- Banco Ativo de Germoplasma (BAG) / Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- Borboletário Didático da UFC / Departamento de Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias (DF/CCA);
- Coleção Carcinológica / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);
- Coleção de Mamíferos / Departamento de Biologia;
- Coleção de Plâncton / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);
- Coleção Ictiológica Dias da Rocha (CIDRO) / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);

- Coleção Malacológica Prof. Henry Ramos Matthews (CMPHRM) / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);
- Coleções de Annelida, Porifera, Cnidaria, Echinodermata e Tunicata / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);
- Herbário Ficológico / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);
- Herbário Prisco Bezerra (EAC) / Departamento de Biologia;
- Horto de Plantas Medicinais - Farmácia Viva;
- Laboratório de Mineralogia (Museu de Minerais e Rocha) / Departamento de Geologia (DEGEO);
- Núcleo Regional de Ofiologia (NUROF);
- Orquidário da UFC / Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- Programa de Educação Ambiental Marinho (PEAM) / Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR);
- Projeto Tejucactos / Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Coleções Lúdicas:

- Brincar Móvel / Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES);
- Brinquedoteca da Faculdade de Educação (FACED).

Fazendas e Áreas de Preservação:

- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Matinha do Pici;
- Fazenda Experimental Vale do Curu - Pentecoste;
- Fazenda Lavoura Seca - Quixadá Fazenda Raposa - Maracanaú;
- Sítio São José - Maracanaú.

Instâncias de Preservação e Gestão:

- Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito (CGPHMIFD);
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD);
- Comitê de Patrimônio Cultural da UFC (COMPAC);
- Pró-Reitoria de Extensão (Prex);
- Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte);
- Sistema de Bibliotecas Universitárias (BU).

Museus e Memoriais:

- Acervo Instituto de Cultura e Arte (ICA);
- Casa de José de Alencar (CJA);
- Memorial da Escola de Agronomia do Ceará (EAC);
- Memorial da UFC;
- Memorial do Campus de Russas (em construção);
- Memorial Imprensa Universitária;
- Museu de Anatomia e Arte (MUSANART) / Departamento de Morfologia;
- Museu de Arte da UFC (Mauc);
- Museu do Parto: um tributo a Galba Araújo / Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC);
- Seara da Ciência / Pró-Reitoria de Extensão (Prex).

De forma a registrar a memória do evento e para quem está tomando conhecimento do seminário através do e-book, disponibilizamos aqui, a programação completa do evento, realizado entre os dias 18 e 21 de maio de 2021,

no canal do Mauc no Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCvUt5h-71ZhYVlS5RDam1_yA). O I Seminário Museus e Coleções da UFC - Reflexões Contemporâneas ocorreu por iniciativa do Museu de Arte da UFC, do Memorial da UFC e da Secretaria de Cultura Artística e contou com o apoio da Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM/UFC), do Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (GRUPIC/UFAM) e da Pró-Reitoria de Extensão da UFC (Prex/UFC).

Acreditamos que esta publicação constitui-se como uma obra de referência, colaborativa e participativa, para a área de coleções e museus no contexto do patrimônio universitário na UFC. Entretanto, será preciso revisar e ampliar num futuro próximo o que, por ora, compartilhamos, ao considerarmos a impossibilidade de contar com material sobre todos os espaços de salvaguarda e preservação de acervos (vivos e culturais). Resaltamos o nosso desafio em organizar um evento que reuniu realidades tão diversas e com informações escassas e dispersas, culminando com a publicação de e-book em meio a pandemia de Covid-19, final de semestre letivo, férias de docentes e curadores das coleções científicas e didáticas e planejamento do primeiro semestre letivo de 2021 da Universidade Federal do Ceará. Tais circunstâncias demonstram o pioneirismo e a ousadia em concretizar esta iniciativa.

Finalizamos agradecendo aos servidores docentes e técnicos-administrativos e bolsistas de graduação e pós-graduação pela dedicação e colaboração na construção dos textos que ora estão disponíveis para leitura e deleite.

A todos os agentes envolvidos neste grande evento, o nosso mais profundo muito obrigado.

Fortaleza, 18 de Maio de 2021

Comissão Organizadora

Graciele Karine Siqueira

Karla Karoline Vieira Lopes

Larisse Macedo de Almeida

Maria Josiane Vieira

Saulo Moreno Rocha

PROGRAMAÇÃO

1º dia - 18/05

14 horas – Mesa de abertura

Gabinete do Reitor: Prof. Dr. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque
Pró-Reitoria de Extensão – PREX: Profa. Dra. Elizabeth De Francesco Daher
Pró-Reitoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional –
PROINTER: Prof. Dr. Augusto Teixeira de Albuquerque
Secretaria de Cultura Artística - Secult-Arte: Esp. Francisco Alves de Miranda
(Secult-Arte)

Mediação: Ma. Graciele Karine Siqueira (Museu de Arte da UFC – Mauc)

15 horas – Mesa 1: Museus e coleções universitárias no Brasil e no mundo

Conselho Federal de Museologia – COFEM: Ma. Rita de Cássia de Mattos
Fórum Permanente de Museus Universitários: Ma. Ana Luisa de Mello
Nascimento (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do
Paraná – MAE/UFPR)

Mapa de Museus Universitários no Brasil: Prof. Dr. Marcus Granato (Museu de
Astronomia e Ciências Afins – MAST)

Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários – RBCMU: Prof. Dr.
Maurício Cândido da Silva (Universidade de São Paulo – USP)

Mediação: Me. Saulo Moreno Rocha (Museu de Arte da UFC – Mauc)

2º dia – 19/05**9 horas – Mesa 2: Instâncias de preservação do patrimônio cultural na UFC**

Comitê de Patrimônio Cultural da UFC – Compac: Prof. Dr. Romeu Duarte Junior (Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design)

Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito – CGPHMIFD/FADIR: Prof. Dr. Luiz Eduardo dos Santos (Departamento de Direito Privado) e Prof. Dr. Flávio José Moreira Gonçalves (Departamento de Direito Processual)

Secretaria de Cultura Artística da UFC – Secult-Arte: Lady Dayana Silva de Oliveira (Secult-Arte)

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD: Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto (Departamento de Ciências da Informação)

Sistema de Bibliotecas da Biblioteca Universitária – BU: Me. Felipe Ferreira da Silva (Biblioteca Universitária)

Mediação: Esp. Roberto Moreira Chaves (Memorial da UFC)

14 horas – Mesa 3: Memória, cultura e arte na UFC – Parte 1

Museu de Arte da UFC – Mauc: Ma. Graciele Karine Siqueira

Casa de José de Alencar – CJA: Me. Frederico de Andrade Pontes

Instituto de Cultura e Arte – ICA: Prof. Dr. Marco Túlio Ferreira da Costa

Acervo do Escritor Cearense: Profa. Dra. Maria Neuma Barreto Cavalcante (Departamento de Literatura)

Mediação: Ma. Maria Josiane Vieira (Memorial da UFC)

3º dia - 20/05**9 horas – Mesa 4: Divulgação científica**

Seara da Ciência: Prof. Dr. Ilde Guedes da Silva (Departamento de Física)
Horto de Plantas Medicinais Francisco José de Abreu Matos – Farmácia Viva (Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem): Profa. Dra. Mary Anne Medeiros Bandeira (Departamento de Farmácia)
Museu de Minerais, Rochas e Solos – Laboratório de Mineralogia: Profa. Dra. Irani Clezar Mattos (Departamento de Geologia)
Borboletário Didático da UFC: Profa. Dra. Niedja Goyanna Gomes (Departamento de Fitotecnia)
Mediação: Ma. Larisse Macedo de Almeida (Museu de Arte da UFC)

14 horas – Mesa 5: Coleções didáticas e científicas – Parte 1

Museu de Anatomia e Arte (MUSANART) – Faculdade de Medicina (FAMED): Profa. Dra. Delane Viana Gondim (Departamento de Morfologia)
Museu do Parto: um tributo a Galba Araújo (Maternidade Escola Assis Chateaubriand - MEAC): Profa. Dra. Sílvia Bomfim Hyppólito (Departamento de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente)
Herbário Prisco Bezerra (EAC): Profa. Dra. Maria Iracema Bezerra Loiola (Departamento de Biologia)
Núcleo Regional de Ofiologia (Nurof): Prof. Dr. Robson Waldemar Ávila (Departamento de Biologia)
Coleção de Mamíferos: Lda./Bela. Ana Karolina Rodrigues de Almeida (Programa de Pós-Graduação em Sistemática, Uso e Conservação da Biodiversidade)
Mediação: Ma. Karla Karoline Vieira Lopes (Museu de Arte da UFC – Mauc)

16 horas – Mesa 6: Coleções didáticas e científicas – Parte 2

Coleção Carcinológica: Prof. Dr. Luis Ernesto Arruda Bezerra (Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR)

Coleções de Annelida, Porifera, Cnidaria, Echinodermata e Tunicata: Dr. Wilson Franklin Júnior (Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR)

Coleção de Plâncton Prof.^a Mariana Ferreira de Menezes: Dra. Tatiane Martins Garcia (Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR)

Coleção Ictiológica Prof. Dias da Rocha: Prof. Dr. Vicente Vieira Faria (Departamento de Biologia)

Coleção Malacológica Prof. Henry Ramos Matthews: Profa. Dra. Cristina de Almeida Rocha Barreira (Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR)

Mediação: Ma. Lady Dayana Silva de Oliveira (Secretaria de Cultura Artística da UFC)

4º dia - 21/05**9 horas – Mesa 7: Bibliotecas e Memoriais**

Biblioteca de Arquitetura: Ma. Neiliane Alves Bezerra

Biblioteca Floriano Teixeira do Mauc: Ma. Larisse Macedo de Almeida

Biblioteca da Faculdade de Direito: Ma. Camila Moraes de Freitas

Memorial da Escola de Agronomia do Ceará: Profa. Dra. Sônia Maria Pinheiro de Oliveira (Departamento de Zootecnia)

Memorial da UFC: Dra. Gerda de Souza Holanda

Mediação: Me. Gislene Soares Guerra (Memorial da UFC)

14 horas – Mesa 8: Memória, cultura e arte na UFC - Parte 2

Memorial da Imprensa Universitária: Esp. Joaquim Melo de Albuquerque

Arquivo do Mauc - Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz: Esp. Auricélia França de Souza Reis

Rádio Universitária FM: Prof. Me. Raimundo Nonato de Lima

Arquivo de Cinema – Casa Amarela Eusélio Oliveira: Profa. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes (Departamento de História)

Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno: Profa. Dra. Juliana Maria Girão Carvalho Nascimento (Instituto de Cultura e Arte)

Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFC: Prof. Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus (Departamento de História)

Mediação: Me. Rafael de Farias Vieira (Memorial da UFC)

RESUMO

O I Seminário Museus e Coleções da UFC - Reflexões contemporâneas integra o Programa de Extensão Museu de Arte: Uma nova recepção estética a partir de articulação com a Secretaria de Cultura Artística e o Memorial da UFC, a ser realizado na ocasião da 19ª Semana Nacional de Museus, para discutir sobre coleções e museus universitárias no Brasil e promover o diálogo entre espaços de preservação do patrimônio universitário da UFC. O evento reunirá profissionais reconhecidos do campo dos museus e da Museologia e representantes das coleções e museus da universidade. O público-alvo é composto por profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação com interesse na temática de museus, coleções e patrimônio cultural no âmbito universitário a partir de diferentes áreas do conhecimento; profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação do campo da Museologia e interessados em geral. Assim, esperamos fomentar a discussão sobre a temática, promover o diálogo e ampliar o acesso ao patrimônio da UFC.

SUMÁRIO

MESA DE ABERTURA	24
MUSEUS DA UFC: SALVANDO COM ARTE E REESCREVENDO TRAJETÓRIAS COM CULTURA.....	29
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO	33
SECRETARIA DE CULTURA ARTÍSTICA DA UFC	45
MESA 1 - MUSEUS E COLEÇÕES UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL E NO MUNDO.....	46
REDE BRASILEIRA DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (RBCMU): TRAJETÓRIA E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS	52
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PESQUISA: A GÊNESE DO MAPA DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS	70
CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM.....	82
MESA 2 - INSTÂNCIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA UFC	93
COMITÊ DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFC (COMPAC)	106
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: AÇÕES DE GESTÃO DESTINADAS A SUA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO	120

SECRETARIA DE CULTURA ARTÍSTICA DA UFC	136
COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (CPAD-UFC)	148
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	165
ENCERRAMENTO	178



Mesa de Abertura

MESA DE ABERTURA

O Futuro dos Museus: Recuperar e Reimaginar

MEDIADORA - Ma. Graciele Karine Siqueira

Anualmente, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) escolhe um tema para ser discutido e refletido, mundialmente, pelos museus e seus profissionais, assim como pela sociedade no Dia Internacional de Museus, que acontece no dia 18 de maio. No Brasil, há 19 anos, celebramos esta data por meio da realização da Semana Nacional de Museus coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) junto à comunidade museológica brasileira. Após um ano considerado atípico e desafiador para toda a sociedade, o tema escolhido para 2021 foi “*O Futuro dos Museus: Recuperar e Reimaginar*”.

A pandemia provocada pela Covid-19, além de atravessar o ano de 2020 e se projetar no ano de 2021, nos traz o desafio de existir, de amar, de imaginar e construir novos mundos. Que futuro estamos construindo a partir dos nossos museus hoje? (IBRAM, 2021)¹.

Desde 2009 o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc/UFC) integra e participa deste evento, nacional e internacional, e não se furta em discutir internamente e com a sociedade as temáticas trazidas a partir da proposição definida pelo ICOM. Compreendemos que integrar esta atividade

¹ 19ª Semana Nacional de Museus. **O futuro dos museus: recuperar e reimaginar.** 17 a 23 de maio de 2021. Disponível em: http://eventos.museus.gov.br/docs/19SEMANA/Tema_19_Semana_Nacional_de_Museus_2021_v3.pdf. Acesso em 17 maio 2021.

nos proporciona olhar e ter o passado como uma referência necessária para repensar o presente e as práticas museais cotidianas, assim como planejar o futuro do museu como uma semente para as gerações que ainda estão por vir.

O futuro está repleto de oportunidades e abraçá-lo requer coragem para transformar as instituições e construir novas relações. Como diz o poeta Manoel de Barros; “o olho vê, a memória revê, a imaginação transvê. É preciso transver o mundo”. E nós completamos: é preciso transver os museus. (IBRAM, 2021)

Neste contexto de recuperar e reimaginar, acreditamos que os museus são lugares únicos e atuam como portais e janelas de conhecimentos, de experiências, de narrativas, de pensamentos e são imaginados e reimaginados numa comunhão utópica e distópica entre instituição e sociedade. As instituições museológicas são lugares vivos e vívidos, são também espaços não-formais de educação e precisam estar antenados às mudanças políticas, sociais, econômicas, educacionais, culturais e tecnológicas do planeta.

Os museus reimaginados e inseridos no futuro, medirão suas conquistas à medida que forem relevantes para as pessoas, incluindo-as em sua diversidade, promovendo tecnologias sociais, contribuindo para novas formas de estar no mundo. (IBRAM, 2021)

Partindo do pressuposto de que o conceito de museu foi mudando junto e a partir das transformações humanas e sociais ao longo dos séculos, hoje, as instituições museais deixaram de ser vistas apenas como lugares de “coisas velhas, coisas antigas” e assumiram, junto à sociedade, o seu compromisso social. O compromisso e o cumprimento da função social dos museus ocorrem para além

de estarem abertos ao público e à visitação. É preciso estabelecer os seus novos pilares a partir da sua função social e do seu compromisso com a diversidade cultural, com a acessibilidade e a inclusão para todos, com a garantia de políticas e ações de preservação das referências culturais sob sua guarda e responsabilidade, e com a revisão histórica da sua forma se ver e de se comunicar com o público. Acreditamos que os museus e seus profissionais, assim como a sociedade, são mutáveis e precisam ser imaginados e reimaginados a cada geração.

Os museus que herdamos são agora nossa responsabilidade. Não apenas os museus, mas suas coleções, suas práticas e performances que trazem, estimulam e projetam narrativas. Como os profissionais que trabalham nos museus projetam o seu futuro? Como se relacionam com as pessoas, os territórios e as sociedades delineando futuros? Estamos transformando os museus ou apenas os mantendo? Para essas perguntas não temos uma única resposta, mas uma coisa parece certa: o devir museu está ancorado nas possibilidades de compreendê-lo, de pensar, intuir, sentir e agir com ele, de refletir criticamente por ele e com ele. É no aqui e agora que podemos reimaginar, transformar e construir os museus que queremos projetar no amanhã. (IBRAM, 2021)

A partir do conteúdo disponibilizado pelo Ibram para as reflexões e discussões antes, durante e depois da 19ª Semana Nacional de Museus, percebemos que muitos são os direitos e deveres das instituições museais, dos dirigentes, das equipes, dos governantes e do público para com estes lugares. Neste sentido, o I Seminário Museus e Coleções da UFC – Reflexões Contemporâneas ocorre dentro da 13ª Semana Nacional de Museus do Mauc, a ser realizada entre os dias 17 e 21 de maio de 2021, em parceria com o Memorial da UFC e com a Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte).

O evento tem como objetivo apresentar ao público interno e externo da UFC a diversidade cultural dentro do ambiente universitário e suas diversas realidades. Ao longo desta jornada, organizada e pensada de forma voluntária e colaborativa, iremos conhecer, reconhecer, valorizar e refletir sobre as problemáticas do campo cultural e científico. Acreditamos que será uma oportunidade única de reunir, num mesmo evento, coleções didáticas e científicas, museus, memoriais, arquivos, bibliotecas e, acima de tudo, os gestores, os curadores e os profissionais responsáveis pelo cuidado e manejo destes bens.

Por fim, agradecemos ao Gabinete do Reitor, à Pró-Reitoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional (Prointer), à Pró-Reitoria de Extensão (PREX), à Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte), à Coordenadoria de Comunicação e Marketing (UFC Informa) e ao Grupo de Pesquisa em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (GRUPIC/UFAM) pelo apoio na realização do evento. Agradecemos também aos profissionais envolvidos na organização destas ações pioneiras e aos convidados especiais que aceitaram prontamente os nossos convites.

Sem mais delongas, sejam bem-vindos(as) ao I Seminário Museus e Coleções da UFC – Reflexões Contemporâneas e desejamos que este seja o primeiro evento e o primeiro e-book sobre a temática das coleções, museus e lugares de preservação do patrimônio universitário na instituição. Se encantem...

Graciele Karine Siqueira
Museóloga e Diretora
Museu de Arte da UFC

MUSEUS DA UFC: Salvando com arte e reescrevendo trajetórias com cultura

Depois de mais de um ano de pandemia, isolamento e cuidados, nunca ficou tão visível para a humanidade: a arte e a cultura salvam. O mundo foi pego de surpresa pela crise sanitária causada pelo novo coronavírus. De um lado, a ciência corre contra o tempo no desenvolvimento de novos fármacos, protocolos e imunizantes; do outro, as pessoas reconhecem a importância dos laços entre si e contam com a ajuda da criatividade e da sensibilidade dos artistas para enfrentar os momentos de distanciamento, enquanto lidam com a continuidade da vida, que não para.

A universidade é um celeiro não só de muitos desses artistas que tornaram nossa trajetória até aqui mais prazerosa, como também de espaços voltados para a formação e a difusão artístico-cultural. E os museus assumem esse papel com maestria. O senso comum costuma enxergá-los como lugares estaticamente posicionados para conduzir-nos ao passado, porém essa é uma visão ingênua e simplista. Os museus são lugares dinâmicos. Pontos de conexão entre passado, presente e futuro, dedicados a fazer conhecer nossas realizações e expressões para que nos entendamos e possamos, de posse dessa complexidade, trabalhar em nosso devir futuro. Essa multiplicidade já é explicitada na própria origem etimológica da palavra. Museu vem do grego mouseío (μουσείο), termo que remetia à morada das musas, entidades que, na mitologia clássica, estimulavam a criatividade e a inovação nas artes e na ciência. Era, por essência, um local de inspiração divina.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) orgulha-se de seus museus e equipamentos culturais, reconhecendo neles essa centelha inspiradora. Desempenham, decerto, a missão de salvaguardar e preservar nosso patrimônio, mas não privam a sociedade da convivência com ele. Abraçam seu lugar na educação formal e sua potencialidade pedagógica, mas abrem-se para a troca com quem adentra sua estrutura, admitindo que as pessoas aprendem com os museus, mas os museus também aprendem com as pessoas. São instituições, mas também organismos vivos e pulsantes, fontes de conhecimento com amplo valor cultural.

Encabeçada pelo Museu de Arte da UFC (Mauc), equipamento quase tão antigo quanto a Universidade, a atividade museológica dentro da UFC engloba coleções que sintetizam o lema de nosso reitor-fundador, professor Antônio Martins Filho: “O universal pelo regional”. Expoentes atemporais da arte estrangeira, como Rembrandt van Rijn, Pablo Picasso, Joan Miró e Albrecht Dürer, estão em nossas paredes junto com esculturas, matrizes e gravuras de diversos mestres tradicionais do Nordeste (Sala Cultura Popular), ladeadas por salas dedicadas aos mais relevantes nomes das belas-artes de nossa terra, como Descartes Gadelha e Raimundo Cela.

Outro lócus de memória e formação, brilhantemente conduzido por nossos gestores culturais, é a Casa de José de Alencar (CJA). No pequeno imóvel original, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nasceu um dos maiores romancistas brasileiros, o escritor José de Alencar (1829-1877). Além do sítio histórico, a sede didático-administrativa da CJA, assinada pelo arquiteto Liberal de Castro, funciona hoje como centro extensionista, cultural e sede da Pinacoteca Floriano Teixeira.

Não poderia deixar de mencionar a importância de nossos outros equipamentos cuja atividade-fim é mais voltada para a fruição estética em eventos, sessões de cinema e espetáculos: a Casa Amarela Eusélio Oliveira (CAEO) e o Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno (TUPA). Além de habitar em ambos o compromisso patrimonial, os dois espaços recontam, por meio dos acervos que administram e das próprias trajetórias, a história do cinema e das artes cênicas em nosso estado.

Não temos como prever se nos bancos de nossa instituição há talentos adormecidos, que podem ser fomentados por iniciativas como as 100 bolsas do Programa de Promoção da Cultura Artística da UFC (PPCA / Bolsa-Arte). Não temos como saber se o próximo Antônio Bandeira, Aldemir Martins ou Chico da Silva cresce em algum lugar vulnerável de nossas grandes cidades, sem acesso às artes e à cultura. Por isso, uma de nossas atribuições sociais e institucionais é trabalhar incansavelmente para que tais experiências estéticas e de formação cheguem a essas pessoas, possibilitando que floresçam em seu potencial máximo.

Afora os museus e equipamentos culturais, a UFC conta com diversas coleções didáticas e científicas abertas à visita, como a Seara da Ciência, no Campus do Pici Prof. Prisco Bezerra; o Museu do Parto, na Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC); o acervo do Programa de Educação Ambiental Marinha (PEAM), do Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR); o memorial da centenária Escola de Agronomia do Ceará (EAC) e o próprio Memorial da UFC, que concentra grande parte das ações de organização, preservação e compartilhamento da história e da memória da universidade. Todos desempenham papel exemplar na difusão do conhecimento e dão suporte a atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, o tema da 19ª Semana Nacional de Museus – “O futuro dos museus: recuperar e imaginar” – convida-nos a investir ainda mais energia em algo que já vimos fazendo na UFC: gerir com responsabilidade, interagir com a tecnologia e a inovação, dialogar com as pessoas para construir pontes e parcerias. Agindo assim, estaremos contribuindo não só para a construção de um novo futuro para nossos museus e equipamentos culturais, mas para uma nova sociedade.

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque
Reitor da Universidade Federal do Ceará

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Elizabeth De Francesco Daher¹
Nadja Glbeuca da Silva Dutra Montenegro²
Karen Rachel Santos Clark³

Endereço Físico:

Av. da Universidade, 2932 - Benfica - CEP 60020-181 - Fortaleza-CE.

Endereço Virtual: www.prex.ufc.br

Redes sociais:

Instagram (www.instagram.com/prexufc)

Facebook (www.facebook.com/prexufc)

Youtube (www.youtube.com/c/PrexUFCE)

Equipe responsável: Pró-Reitora de Extensão (Prof^a. Elizabeth Daher), pelo Pró-Reitor Adjunto de Extensão (Prof. Rogério Mâsih), por cinco Coor-

¹ Mestre e doutora em Medicina Nefrologia (USP). Graduada em medicina (UFC). Professora Titular do Departamento de Medicina Clínica e Pró-Reitora de Extensão da UFC.

² Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Mestre em Engenharia de Transportes (USP). Graduação em Engenharia Civil (UFC). Professora Associada do Departamento de Engenharia de Transportes (DET/UFC). Coordenadora de Extensão do Campus do Pici.

³ Mestre em Administração e Controladoria (UFC). Especialista em Gestão Universitária (UFC).

denadores Setoriais (Prof^ª. Lara Capelo, Coordenadora de Extensão do Campus do Benfica; Prof^ª. Nadja Dutra, Coordenadora de Extensão do Campus do Pici; Prof^ª. Daniela Gardano, Coordenadora de Extensão do Campus do Porangabuçu; Prof. Alysson Amorim, Coordenador de Articulação Intercampi; Prof. Bernardo Coutinho, Coordenador de Desenvolvimento Familiar; Prof. Ilde Guedes, Coordenador da Seara da Ciência), por quatro Assessores Técnicos (Carlos Oliveira, Liduína Lopes, Margarida Souza e Rogério Carneiro), por seis Diretores Técnicos (Alexandre Pinheiro, Aline Viana, César Pontes, Francisco José Jr., Gerson Pereira e José Carlos Mendes), por doze técnicos de nível superior (Aline Maciel, Carlos Queiroz, Clarice Eloy, Demartone Botelho, Eri Menezes, Everardo Domingos, Jessica Freire, José Raimundo Silva, Karen Clark, Kássio Silva, Roberto Melo e Waleska Bruno), vinte técnicos de nível médio (Antônio Araújo, Clara Coelho, Cleidiane Silva, Cristiane Silva, Edgley Souza, Edivânia Barbosa, Esmeralda Cavalcante, Francilma Araújo, Graça Patrício, Kélvia Machado, Lucas Pereira, Maria José Brito, Maria Oliveira, Narjara Pires, Orseni Araújo, Rafaela Rodrigues, Rebecca Lira, Rogério Carneiro, Rozy Carlos, Socorro Guedes e Yuri Moreira), uma técnica de nível de apoio (Alzenir Alves), cinco terceirizados (David Souza, Débora Palácio, Janaína Castro, Rubênia Silva e Vila Calado), três bolsistas da Coordenadoria de Extensão do Campus do Benfica (Beatriz Oliveira, Giuvan Rocha Jr. e Luis Vanderson Nascimento), quatro bolsistas da Coordenadoria de Extensão do Campus do Pici (Camila Magalhães, Ilana Pontes, Nagila Barbosa e Rayssa Nascimento), duas bolsistas da Coordenadoria de Extensão do Campus do Porangabuçu (Camila Silva e Laianira Bento), quatro bolsistas da Revista Extensão em Ação (Allan Cavalcante, Alfredo Lemos Neto, Sarah Senna e Yasmin Gomes), um bolsista dedicado

à implantação do Sigaa Extensão (Vitor Silva), três bolsistas da Coordenadoria de Articulação Intercampi (Gabriel Costa, Laryssa Silva e Mateus Fontenele), um bolsista dedicado à área de certificados extensionistas (Lucas Sousa), quatro bolsistas da Coordenadoria de Estágios (Mateus Cavalcante, Joamyson Matias, Petherson Mendes e Washington Nascimento), dois bolsistas da Coordenadoria de Desenvolvimento Familiar (Cezar Abreu e Jorge Lima) e treze bolsistas da Seara da Ciência (Ana Rívina Oliveira, Andreza Abreu, Celeste Maciel, Davi Carvalho, Débora Silva, Herberth Nogueira, Isaac Silva, Kevin Reis, Lucas Silva, Marcelo Menezes, Pedro Almeida Neto, Sybele Silva e Vinicius Ribeiro).

HISTÓRICO/PERFIL DO SETOR: IDEALIZAÇÃO, CRIAÇÃO, ATUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Extensão (Prex) é a unidade responsável da Universidade Federal do Ceará (UFC) em articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a fim de viabilizar trocas educativas, culturais e científicas com a sociedade. A Prex foi criada no dia 31 de janeiro de 1969, 15 anos após a criação da UFC. Desde seu início, sua atuação é direcionada em levar para a sociedade o conhecimento gerado pelo ensino e pela pesquisa no formato de projetos, programas, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações. Estas ações extensionistas são categorizadas em oito áreas temáticas, são elas: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Ainda que a tecnologia tenha ampliado o alcance efetivo das ações extensionistas, a Prex sempre buscou estimular, nos atores extensionistas, um olhar voltado para a sociedade cearense, principalmente no entorno de seus campi, já que são as comunidades que podem ser beneficiadas de modo mais rápido, pela proximidade com a universidade.

De perto ou de longe, a missão da Prex é promover o desenvolvimento da sociedade e a construção do conhecimento por meio de ações inovadoras e sustentáveis, de forma dialógica, interdisciplinar e articuladas com o ensino e a pesquisa. E esta força promotora acontece por meio da articulação de docentes, técnico-administrativos e discentes da UFC (contemplados com uma bolsa extensionista ou na condição de voluntários), além de voluntários externos à instituição.

DESCRIÇÃO: PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR

A Pró-Reitoria de Extensão atingiu o marco de 1.058 ações extensionistas em atividade até o final de 2020. Somente a Coordenadoria de Desenvolvimento Familiar (CDFAM), no Campus do Pici, realizou 2.900 atendimentos/procedimentos neste mesmo ano, e a Coordenadoria da Agência de Estágios foi responsável por 1.989 convênios aos quais se vincularam 3.989 estágios discentes (obrigatórios e não obrigatórios). A respeito da CDFAM, nesta unidade são desenvolvidas tanto atividades assistenciais em Atenção Primária à Saúde no SUS em parceria com a Secretaria de Saúde da Prefeitura de Fortaleza, como ações de ensino, extensão e pesquisa realizadas pelos docentes e acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFC, contando com a participação dos cursos de enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina, odontologia e psicologia. Seu ponto forte é a significativa inserção na comunidade, visando a saúde da família e a integração do ensino-serviço. Dentre as atividades, podemos citar as consultas de pré-natal, consultas médicas e de enfermagem, atendimentos odontológicos, fisioterapêuticos, farmácia clínica, acupuntura, visita domiciliar, vacinação, estágios supervisionados, pesquisas de mestrado e doutorado, dentre outras.

A Seara da Ciência é outra unidade com uma forte raiz extensionista, divulgando e popularizando a ciência para alunos, professores e o público em geral. Embora tenha sido criada como um museu interativo de ciência, logo ficou claro que outras linguagens, artísticas e culturais, deveriam ser utilizadas para alcançarmos esses objetivos. Assim, hoje a Seara produz conteúdo de divulgação e popularização da ciência através de teatro, livros, revista em quadrinhos, vídeos, cursos básicos, feiras de ciências, exposições temáticas, exposições interativas e artigos em revistas especializadas.

Por abranger um vasto leque de atividades, a equipe que ora atua na Prex precisa estar em constante processo de formação e passando por capacitações contínuas. O volume de atividades tem sido crescente, mas a equipe tem respondido com competência e agilidade, mostrando o compromisso da Prex em prestar um atendimento cada vez melhor.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS OU EM DESENVOLVIMENTO ATUALMENTE

A Pró-Reitoria de Extensão tem buscado automatizar seus processos, visando trazer celeridade ao cadastramento, aprovação, avaliação e gestão das ações extensionistas, como por exemplo a adoção do módulo de Extensão no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e a automatização da emissão dos certificados dos cursos e eventos extensionistas. A Prex tem revisto e produzido normativos que trazem mais segurança jurídica para suas atividades, por exemplo: criação da resolução que trata da normatização das empresas juniores da UFC e revisão de resoluções atinentes à extensão.

Igualmente merecedores de destaque têm sido os webinários em curso tratando da curricularização extensionista que, em outras palavras, trata-se da inserção de ações de extensão na formação do(a) estudante na integralização do curso.

Em curso, a Prex está se articulando para criar e fortalecer os Núcleos de Extensão nas Unidades Acadêmicas (estes, orientados pelas diretrizes da Pró-Reitoria de Extensão, apoiarão os centros acadêmicos na análise e aprovação das ações de extensão submetidas como propostas por servidores docentes e técnicos e também facilitarão a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFC); monitorar e avaliar as ações de extensão curricularizadas, considerando os princípios da governança; melhorar o desempenho institucional por meio de um maior envolvimento dos discentes, docentes e Técnico Nível Superior (TNS) em ações extensionistas; fortalecer o envolvimento da extensão universitária junto aos Programas de Pós-Graduação da UFC; consolidar o gerenciamento das ações de extensão dando melhor resposta às demandas internas e externas; ampliar a internacionalização da extensão universitária; fortalecer a extensão universitária nos campi da UFC do interior, dentre outras medidas visando o fortalecimento do empreendedorismo, da inovação e da sustentabilidade das ações de extensão da UFC, com o intuito de estar mais próxima da sociedade e, acompanhada do ensino e da pesquisa, contribuir para o avanço institucional da UFC.

AÇÕES E INICIATIVAS DESENVOLVIDAS PELA GESTÃO DA UNIVERSIDADE, NO QUE DIZ RESPEITO AOS EQUIPAMENTOS, COLEÇÕES E PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO, VOLTADOS À PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA, ARTES E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Historicamente, a UFC tem se destacado no esforço de difundir e preservar ações voltadas a manifestações artísticas diversificadas, como artes plásticas, música, artes cênicas, fotografia etc. Para além da divulgação artística, com ênfase no relevante trabalho realizado pelo Museu de Arte da UFC (Mauc) e pela Casa de José de Alencar, a UFC oferece uma gama diversificada de equipamentos e setores voltados à divulgação científica, como a Seara da Ciência, o Borboletário da UFC, o trabalho realizado pelo Programa de Educação Ambiental Marinha (Peam) no Centro de Estudos em Aquicultura Costeira (parceria da UFC com a Fundação Alphaville, a Prefeitura Municipal do Eusébio e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente-Semace), o Museu de Anatomia e Arte (Musanart) dentre outras numerosas ações extensionistas. A cultura científica também é disseminada por meio dos periódicos científicos como a Revista Extensão em Ação, a Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, a Revista de Letras, a Revista Fisioterapia e Saúde Funcional, a Revista de Psicologia, dentre outros. A gestão superior da UFC estimula e apóia as iniciativas extensionistas que ampliam o acesso da sociedade aos produtos materiais e imateriais produzidos pela universidade, alcançando inclusive públicos específicos como as crianças, por meio dos projetos de extensão Brinquedoteca da Faced, Brincarmóvel e Laboratório de Brinquedos e Jogos (Labrinjo). A Pró-Reitoria de Extensão,

como unidade focada no estreitamento das relações institucionais com a sociedade civil, está sempre encorajando docentes e técnico-administrativos da UFC na criação de ações extensionistas, difusoras essenciais das artes e da ciência. Agora, em virtude das atividades remotas, as fronteiras foram expandidas para o mundo todo por meio da internet, e com isso o nome da UFC é conhecido muito além dos limites cearenses. Assim, durante o período da pandemia, as ações extensionistas operaram no formato on-line, realizando videoaulas e produzindo banners instrutivos de variadas finalidades. Convém destacar o importante papel do Museu de Arte da UFC como parceiro das atividades extensionistas, provendo espaços para realização de eventos, treinamentos e exposições de natureza extensionista. Na página da Prex, foi dedicado um setor específico para listar tanto as exposições e apresentações extensionistas que ocorrem no Mauc, como também informar as ações referentes à memória científica/cultural, acesso em: (www.prex.ufc.br/acoes-memoriacultcientifica).

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DA UFC





Imagem 4 - Ação social do projeto de extensão "Liga de Nefrologia"
Fonte: O autor.



Imagem 5 - Participantes do projeto de extensão "Aproximação do CT às escolas públicas do entorno do Pici por meio da topografia" (2019)
Fonte: O autor.



Imagem 6 - Projeto de extensão "Camerata de Cordas da UFC"
Fonte: O autor.



Imagem 7 - Projeto de Extensão “Clube de Libras UFC”
Fonte: O autor.



Imagem 8 - Projeto de extensão
“Núcleo de Ensino
e Estudos em Forragicultura”
Fonte: O autor.



Imagem 9 - Projeto de
extensão “Desenvolvimento
de Jogo para Auxílio no
Aprendizado da Tabuada” (UFC
Crateús, 2018)
Fonte: O autor.



Imagem 10 - Projeto de extensão "UFC nas Escolas" (UFC Quixadá, 2019)
Fonte: O autor.

SECRETARIA DE CULTURA ARTÍSTICA DA UFC

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade¹

A Secretaria de Cultura Artística da Universidade Federal do Ceará (Secult-Arte/UFC) é um órgão suplementar ligado à Reitoria. Criada em março de 2012, a Secretaria tem como objetivos ampliar as políticas culturais da instituição, promover o intercâmbio cultural entre as instituições externas e articular as ações de cultura e arte na universidade para, assim, estimular a fruição, produção e circulação dos bens culturais na sociedade.

Localizada na Avenida da Universidade, corredor cultural do bairro Benfica, a Secult-Arte/UFC tem como missão fortalecer a cultura artística, compreendida como dimensão inalienável da vida universitária, buscando criar estratégias para o incremento da produção estética nas diversas linguagens das artes, estimulando a reflexão crítica sobre esta mesma produção.

No escopo de atuação da Secretaria, relacionado ao desenvolvimento de políticas culturais e fomento de projetos artístico-culturais na Universidade Federal do Ceará, as ações estratégicas da Secult-Arte/UFC incluem o fomento de projetos e ações culturais, pesquisa de editais públicos, coordenação e avaliação do Programa de Promoção da Cultura Artística (PPCA), acompanhamento e desenvolvimento das ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além da articulação com os equipamentos culturais da UFC e do Estado para a promoção de ações e projetos culturais de formação e realização artística.

¹ Pós-graduada em Gestão Pública. Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (UFC). Produtora Cultural e diretora da Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte/UFC).



Mesa 1

**Museus e coleções universitárias
no Brasil e no mundo**

MESA 1

MUSEUS E COLEÇÕES UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL E NO MUNDO

MEDIADOR - Saulo Moreno Rocha¹

Quero crer que os museus já se tenham compenetrado, há tempos, da importância de um contato com a Universidade. Talvez as dificuldades maiores, mesmo no caso dos museus universitários, estejam na incompreensão e pouco entusiasmo da própria Universidade, que os vê como pesado ônus ao orçamento, um encargo a mais, pouco rentável dentro dos critérios de avaliação do trabalho de uma faculdade ou laboratório. Será necessária muita visão, persistência e habilidade para que se rompam as barreiras. Os resultados, entretanto, serão largamente compensadores.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, 1970.

As universidades abrigam um rico, amplo e diverso patrimônio, tangível e intangível, que se espalha por museus, laboratórios, jardins, edificações, corredores, enfim, praticamente em todo o território ocupado por ações de ensino, pesquisa e extensão. Tal patrimônio, ainda carente de políticas específicas de preservação e socialização, vem sendo objeto de reflexões, debates e pesquisas

¹ Museólogo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará - Mauc/UFC. Mestre em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio [PPG-PMUS] - Convênio UNIRIO/MAST (2018). Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2016). Desde fevereiro de 2019, atua como Coordenador do Núcleo Educativo do Mauc/UFC, desenvolvendo projetos de formação, pesquisa e extensão.

há algumas décadas. O excerto em epígrafe, de autoria do ilustre professor e museólogo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, foi publicado em 1970, no jornal *Correio Brasiliense*². Intitulado *Museu e universidade*, nele são apresentadas algumas reflexões ainda muito pertinentes e atuais para pensarmos na situação dos museus e coleções universitárias no Brasil. Além de traçar um quadro comparativo dos papéis de ambas instituições, Meneses apresentava perspectivas acerca de sua integração e dos benefícios que poderiam aportar à sociedade.

A mesa *Museus e Coleções Universitárias no Brasil e no Mundo*, pela abrangência de suas questões, contribui significativamente para a atualização das problemáticas, desafios e análises sobre o tema. O que cumpre ressaltar, de partida, é o papel central dos profissionais ligados ao campo nos embates por reconhecimento, valorização e ampliação das compreensões sobre o papel de museus e coleções em contextos universitários. Os trabalhos que serão apresentados demonstram a importância das pesquisas e atuações técnicas na constituição de vetores analíticos e aplicados para a potencialização do lugar das universidades na preservação patrimonial e também de como tais instâncias ainda enfrentam dilemas e inúmeras dificuldades no acolhimento da pluralidade de experiências museais que abrigam.

O Conselho Federal de Museologia (COFEM), nesta ocasião representado por sua Presidente, a museóloga Rita de Cássia de Mattos, tem um papel importante quanto à organização, fiscalização e orientação aos profissionais museólogos(as). Para além de se dedicar à defesa da sociedade brasileira e de seu

² MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Museu e universidade, **Correio Brasiliense**, Brasília, 11 de setembro de 1970, n. 3297, p. 3-3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_02/4922. Acesso em 11 maio 2021.

patrimônio a partir do acompanhamento e supervisão da atuação profissional, o Conselho tem um papel histórico nas lutas e conquistas do campo museal brasileiro, participando ativamente na construção de políticas públicas e de marcos legais, que tem produzido importantes impactos sociais.

A organização e engajamento dos profissionais de museus e coleções universitárias está aqui também representada pelo Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), que teve sua primeira edição em 1992. A museóloga Ana Luísa de Mello Nascimento, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE), que compõe a comissão organizadora da próxima edição, representa aqui os esforços de colegas de diferentes partes do Brasil que vêm se dedicando à continuidade desse importante espaço de reflexão, sistematização e encaminhamento de pautas da área. Mesmo em contexto pandêmico, a realização do evento significa uma conquista no fortalecimento dos diálogos entre profissionais, imprescindíveis para os avanços que necessitamos.

Os professores Marcus Granato e Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada apresentam o *Mapa dos Museus Universitários no Brasil*, iniciativa pioneira, louvável e necessária, diante da inexistência, até a publicação do recurso, de material de referência, atualizado, acerca do panorama dessas instituições no país. Cumpre ressaltar o papel dos convidados e de sua instituição, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTIC), na produção de mapeamentos, pesquisas e diferentes produtos que contribuem, há mais de 30 anos, para o reconhecimento e a preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

Desenvolvido a partir de pesquisa institucional, o mapa permite não somente uma visualização da distribuição dos museus pelo país, mas oferece recursos

adicionais, com enorme potencial para o desenvolvimento de novas pesquisas e produções. Além da riqueza de suas coleções e patrimônios, o MAST destaca-se como uma instituição de excelência em pesquisa nos campos da educação em ciências, história da ciência e tecnologia e museologia. Abriga programas de pós-graduação, dentre os quais o de Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) – desenvolvido em parceria com a UNIRIO, primeiro da América do Sul, criado em 2006 – e o Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT), além de cursos de especialização e de curta duração.

Por sua vez, a Universidade de São Paulo (USP) também possui posição destacada no panorama acadêmico-científico, por seu pioneirismo em inúmeros campos científicos, mas também por seu patrimônio e museus. Cabe recuperar que o professor Meneses, presente na abertura deste texto, atuou nessa instituição durante décadas, como docente, pesquisador e gestor de museus. Assim, a USP tem aportado significativas contribuições ao campo museológico e patrimonial.

O professor Mauricio Cândido da Silva apresenta aqui a *Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU)*, instância articuladora de instituições, profissionais e iniciativas da mais alta relevância para a compreensão das articulações contemporâneas sobre a temática. A consolidação da Rede é precedida por uma mobilização de mais de 30 anos, o que demonstra a persistência e resiliência de inúmeros profissionais e pesquisadores(as) que tiveram “visão, persistência e habilidade”, para recuperarmos a nossa epígrafe, nos debates e embates sobre museus e coleções na ambiência universitária. O lançamento do repositório da Rede vem impulsionar ainda mais as ações em andamento e é um recurso precioso para conhecermos e valorizarmos o patrimônio universitário brasileiro, com inovações conceituais e tecnológicas que ampliarão os debates e projetos.

Agradecemos a atenção e disponibilidade dos(a) convidados(a) em compartilhar conosco as suas pesquisas e atuações institucionais, que têm tido papel fundamental para crescermos coletivamente rumo aos resultados “largamente compensadores” que Meneses anunciava em seu texto há mais de 50 anos atrás. Acho que, finalmente, é possível afirmar que estamos avançando enormemente numa verdadeira integração museu-universidade, da qual não somente a comunidade universitária é beneficiária, mas toda a sociedade brasileira e mundial. Que as iniciativas e reflexões aqui apresentadas possam nos inspirar, mobilizando mais e mais iniciativas, pois este evento também se nutre e se estrutura a partir das inquietações e dos bons resultados que as pessoas desta mesa vêm aportando aos debates sobre museus e coleções universitárias.

REDE BRASILEIRA DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (RBCMU): TRAJETÓRIA E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Mauricio Candido da Silva¹

Endereço virtual:

<http://rbcmu.com.br/>

HISTÓRICO, IDEALIZAÇÃO, CRIAÇÃO E ATUAÇÃO

O marco inicial da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU) ocorreu em abril de 2017, durante a Assembleia Anual do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, quando foi apresentada, votada e aprovada pelos membros presentes. Em julho do mesmo ano foi organizado o primeiro encontro com os interessados pelo tema, em forma de reunião paralela ao Fórum Nacional de Museus, realizado no Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (MCT/PUCRS), em Porto Alegre.

¹ Graduado e licenciado em História, com especialização em Museologia, mestrado e doutorado em Arquitetura pela USP. Pós-doutorado em Museologia. Especialista em Projetos de Exposição e Coordenador Técnico do Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. Responsável pela Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários.

Entre 2018 e 2019 a RBCMU obteve dois grandes e fundamentais impulsionamentos para o seu desenvolvimento: o primeiro durante a pesquisa de pós-doutorado realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com o tema “Coleções e Museus Universitários Brasileiros”, centrada na busca de novos parâmetros para os museus universitários; o segundo foi o reconhecimento de sua legitimidade e importância dentro do V Fórum Permanente de Museus Universitários, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, quando foi possível estruturar um grupo de trabalho interestadual para apresentação dos resultados do levantamento nacional de informações sobre os museus universitários realizado naquela ocasião.

Em março de 2021, a RBCMU atingiu uma nova e importante fase de estruturação com o lançamento da sua plataforma digital, organizada em forma de repositório de dados, com a finalidade de abranger toda a diversidade dos museus universitários brasileiros, passando, então, a serem assimilados e denominados como Núcleos Museológicos Universitários.



Imagem 1 - Primeiro encontro da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, em forma de reunião paralela, ocorrido no Fórum Nacional de Museus, realizado no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, Porto Alegre, julho de 2017
Fonte: MCT da PUCRS.

Nessa introdução histórica da formação da RBCMU, cabe destacar que esta iniciativa está inserida no contexto de várias outras, com diferentes marcos locais² e nacionais, sendo estes últimos amplamente reconhecidos pela organização do Fórum Permanente de Museus Universitários, criado em 1992 dentro da Universidade Federal de Goiás (UFG), liderado por um grupo de pioneiros, com ampla participação, tornando-se, de fato, uma referência global para os estudiosos deste tema.

A potencialidade da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários não está na originalidade da abordagem temática - compreensão do universo dos museus universitários brasileiros -, mas sim na inovação metodológica e estratégia de ação, baseadas no uso de ferramentas tecnológicas que possibilitem a realização de ações cooperativas para o mapeamento e compartilhamento irrestrito de dados, sistematizados em torno da ideia de Núcleos Museológicos Universitários. Trata-se de uma proposta inclusiva, para além da abrangência dos museus universitários estruturados e oficialmente organizados. Tal noção se justifica pela assimilação da ideia de que o patrimônio museológico universitário está muito além daquela comumente percebida e reconhecida pelas estruturas oficiais universitárias, pelas estruturas governamentais e, por vezes, até de proposições acadêmicas mais restritas a respeito de suas potencialidades. Nesse

² Na Universidade de São Paulo ocorreram importantes iniciativas, sendo destacadas, em função de sua originalidade, as realizadas por Walter Zanini em 1982 e o “Diagnóstico das Potencialidades Museológicas da USP”, coordenado por Maria Cristina Oliveira Bruno, entre os anos de 1999 e 2000. Ambas realizaram levantamentos dos diferentes museus existentes na Universidade de São Paulo, que mantém um número expressivo de diferentes coleções sob a sua guarda.

sentido, os Núcleos Museológicos Universitários passam a ser compreendidos como vetores de alta significância para o reconhecimento do patrimônio cultural existente nas instituições de educação superior e de toda a sociedade.

A partir desta percepção, a RBCMU pretende criar uma nova porta de entrada para o (re)conhecimento destas relevantes referências patrimoniais, ricas em suas especificidades e um legítimo patrimônio nacional em seu conjunto. Tais coleções são frequentemente camufladas, por vezes, até esquecidas nos interstícios comumente existentes nos inúmeros espaços edificados dentro das universidades, repletos de corredores, salas, halls, depósitos, sótãos e armários trancados, ocasionalmente esquecidos. Verdadeiras fontes de referência do que seja a prática da pesquisa, do ensino e da extensão universitária, seja da sociedade contemporânea e até mesmo de suas perspectivas históricas. Este complexo patrimonial, de infinitas possibilidades de estudos, está indubitavelmente presente em todas as áreas do conhecimento: da microbiologia à astronomia; da matemática à literatura; da antropologia à zoologia; das artes visuais à física nuclear; do tangível ao intangível; do local ao global; do simples ao composto; do que é o mais antigo ao mais recente; da origem da vida até a sua extinção. Por este motivo, a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários aborda este complexo como um Ecossistema Museal. A partir da inovação metodológica, essas considerações tornam-se uma importante contribuição da RBCMU para os debates estabelecidos no campo dos museus universitários.

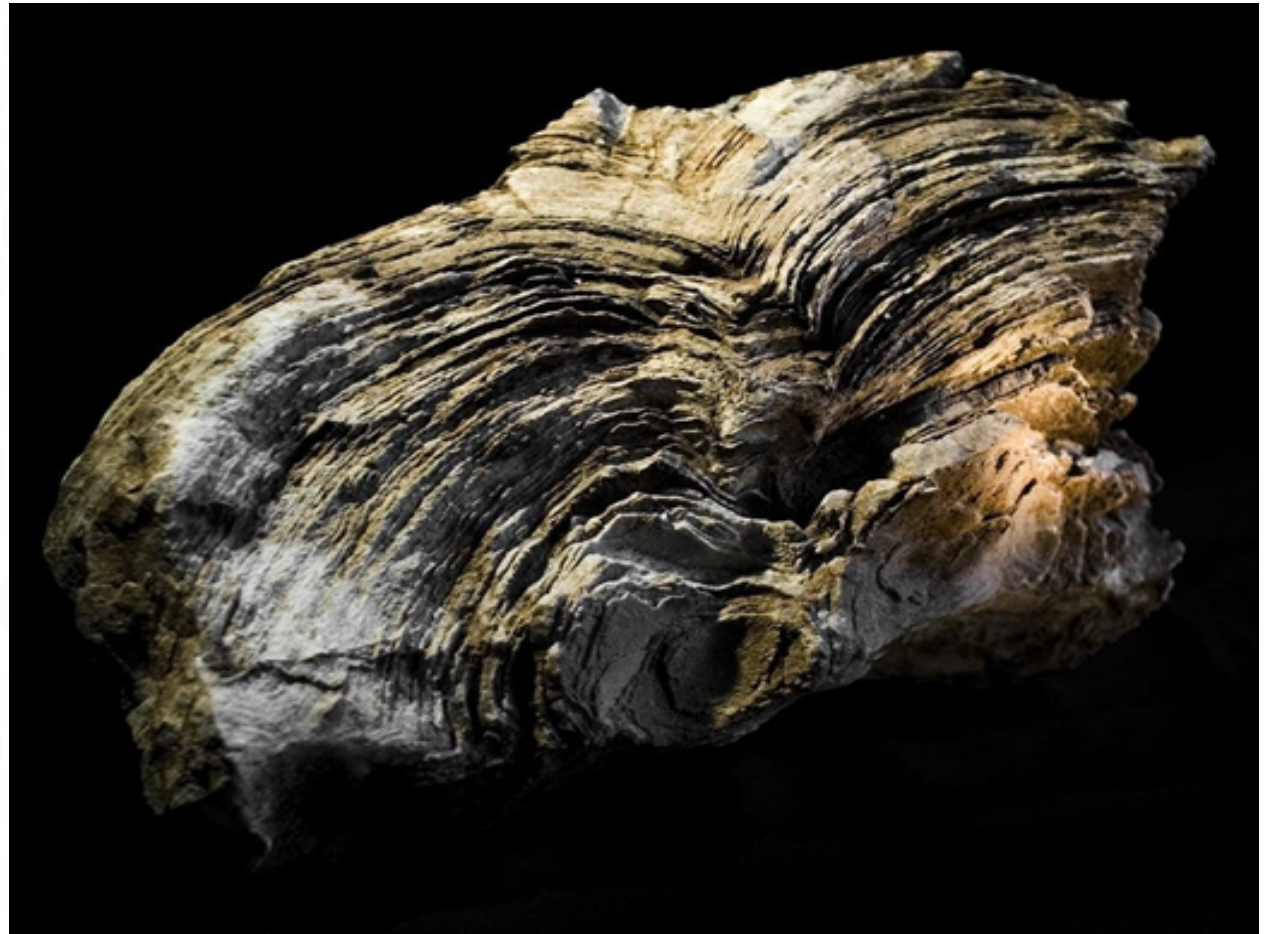


Imagem 2 - Estromatólitos colunares (bactérias fossilizadas), com cerca de 700.000.000 de anos, pertencente ao Laboratório de Paleontologia Sistemática e Oficina de Réplicas do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP), apresentado na exposição “Origem da vida”, na galeria de exposições temporárias do Museu de Zoologia da USP, 2006
Fonte: Fotografia de Ronaldo Aguiar.

Os Núcleos Museológicos Universitários estão presentes nas universidades, mas não são única e exclusivamente de interesse das instituições de educação superior, pois a sua significância histórica, artística, cultural e científica é representativa de toda a sociedade contemporânea. As coleções de vírus, de artefatos arqueológicos, de insetos, assim como a história da medicina, da química, da educação, as memórias institucionais e as tradições regionais, tanto quanto as manifestações artísticas e culturas populares salvaguardadas nestes locais são objetos de interesse de pesquisa, ensino e extensão das universidades, mas totalmente inseridos na sociedade. A partir deste embasamento, torna-se fundamental identificar, pesquisar e preservar este **Ecosistema Museal**, que abrange um sistema de interrelações de Núcleos Museológicos no ambiente universitário que os circunscreve, dentro de suas características específicas e naquelas determinadas pelas práticas de ensino, pesquisa e extensão universitária.



Imagem 3 - Grupo de estudantes na exposição do Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ/USP). O museu universitário estimula os jovens a sonharem com novas perspectivas de vida, 2017
Fonte: Fotografia de Mauricio Candido da Silva.

O objetivo central da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, desde que foi criada e até o presente momento, tem sido pautado pela ativação de um campo estratégico de articulações composto por profissionais, pesquisadores, professores, alunos e interessados em geral pelo estudo, gestão, preservação e divulgação do patrimônio museológico universitário, em suas múltiplas facetas e possibilidades. Com o apoio de diferentes instituições, mas sem vínculos oficiais, sua organização é colaborativa e participativa, porém não é autônoma, muito menos autômata, haja vista a necessidade de um articulador geral, responsável pela sua dinâmica de funcionamento, estruturada por um sistema de comunicação de e-mails e fomento das bases de dados referenciados que compõem a plataforma digital da RBCMU.

Os Núcleos Museológicos Universitários perfazem todo o processo de trabalho existentes nos espaços museais - coleta, salvaguarda, pesquisa, publicações e comunicação de suas coleções -, ou parte deste processo, tais como coleções de pesquisa e ensino que não possuem exposições, ou mesmo o inverso, considerando os espaços que possuem exposições didáticas e até mesmo virtuais, mas não possuem coleções de pesquisa. Sob esta ótica, o foco de interesse da RBCMU é a identificação do patrimônio museológico universitário global, o compartilhamento aberto de dados, por meio da articulação dos núcleos que compõem a rede, assim como dos interessados por este campo. De forma geral, é possível sintetizar essas proposições em três objetivos basais, traçados desde a sua criação, sendo eles:

- I) Mapeamento, organização e compartilhamento franqueado de dados que contenham informações sobre instituições, pessoas, publicações e eventos relacionadas às coleções e museus universitários;
- II) Estabelecimento de um campo de diálogo que promova a pesquisa museológica das coleções e museus universitários, estruturado pela noção de rede de cooperação, que beneficie tanto os espaços como as pessoas, estimulando um amplo sistema de reconhecimento das identidades institucionais e que favoreça os processos de inter-relações;
- III) Fomento de dados referenciados que possam subsidiar diálogos, diagnósticos e proposições de recomendações que propiciem a preservação e promoção do imenso e inestimável patrimônio museológico que se encontra dentro das instituições de ensino superior no Brasil.

O patrimônio histórico, artístico, natural, tecnológico e científico brasileiro é notadamente representado em boa parte pelos Núcleos Museológicos Universitários. De inestimável valor, este conjunto patrimonial reúne milhões de exemplares, mantido por milhares de profissionais de museus, estudado por milhares de pesquisadores que publicam milhares de artigos anualmente, apresentados em centenas de exposições físicas para milhões de pessoas, além de dezenas de milhões de acessos virtuais. Certamente, estes dados necessitam de aprimoramento para se ter uma ideia mais precisa do tamanho e da sua importância para a formação da sociedade brasileira. Esta é uma outra porta de possibilidades aberta pela Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários.



Imagem 4 - Ritxoko em exposição organizada pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás na 63ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Campus Samambaia UFG, Goiânia, Goiás, Brasil, 2011

Fonte: Fotografia de Markus Garscha.

DESCRIÇÃO DOS DADOS REUNIDOS E DISPONIBILIZADOS

A partir de março de 2021, a RBCMU passou a contar com o seu próprio site, denominado Plataforma Digital da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, em forma de repositório de dados, com cadastro interativo e de livre acesso para consultas. Desenvolvida a partir da tecnologia Tainacan, a plataforma digital congrega quatro bases de dados independentes e articuladas em um único sistema, sendo elas:

- Coleções e museus universitários brasileiros;
- Pessoas (profissionais, docentes, alunos e pesquisadores cadastrados na rede);
- Publicações referenciadas sobre o tema;
- Eventos nacionais relacionados aos museus universitários.

De forma a padronizar as informações e as buscas por meio de metadados, conforme afirmado anteriormente, as coleções e os museus universitários foram unidos e redefinidos como Núcleos Museológicos Universitários. Espaços mantenedores de coleções documentadas e/ou exposições abertas ao público foram categorizados como ‘coleção’ (acervo documentado ou exposição aberta ao público) ou ‘museu’ (acervo documentado, programa de pesquisa e exposição aberta ao público). São definições abrangentes, que visam à edificação de um único sistema que promova a diversidade dos Núcleos Museológicos Universitários identificados, tais como: museus, centros de memória, centros de divulgação científica, coleções didáticas, dentre muitas denominações. Trata-se

da evidência de um **Ecosistema Museal** presente nas instituições brasileiras de educação superior, que necessita ser reconhecido, preservado, pesquisado e difundido para amplo conhecimento público.

Os Núcleos Museológicos Universitários são administrados por instituições de educação superior e atuam na esfera do ensino, pesquisa e extensão. No entanto, há conjuntos de núcleos que já constituíram sua própria identidade, assim como suas redes de cooperação, tais como os herbários e os planetários, que não estão detalhados na plataforma digital por já contarem com estruturas específicas e sistemas próprios de organização, mas que são considerados pertencentes ao conjunto dos Núcleos Museológicos Universitários, em diferentes interfaces acadêmicas, seja na pesquisa, no ensino ou na extensão universitária.

Até o presente momento, (maio de 2021), a plataforma digital identificou 530 Núcleos Museológicos Universitários, mantendo o registro de 386 pessoas cadastradas (profissionais de museus, docentes, alunos e pesquisadores), 83 publicações referenciadas e 22 eventos listados.

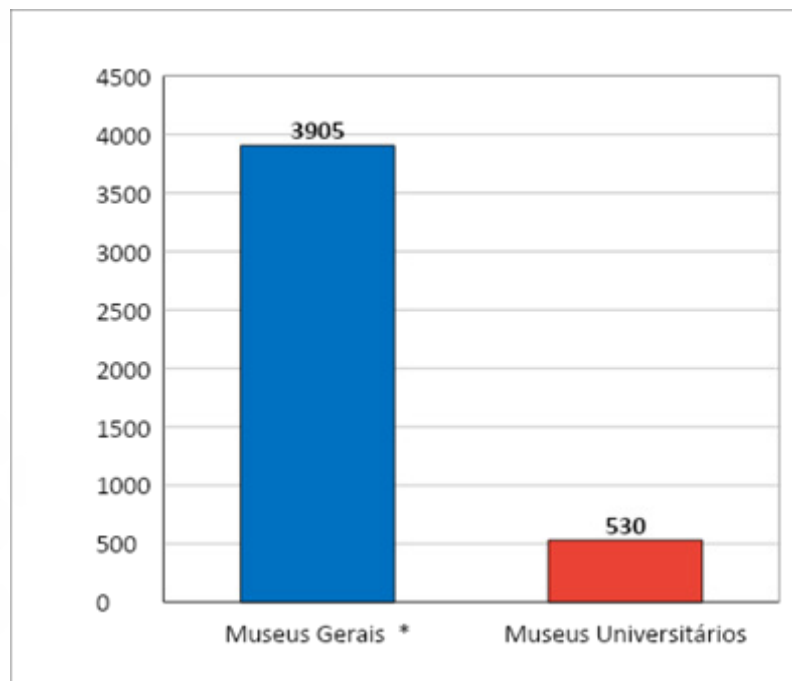
Imagem 5 - Gráfico comparativo entre o total de museus brasileiros e total de Núcleos Museológicos Universitários registrados na plataforma digital, o que corresponde a 13,5% do total

Fonte: Elaborado pelo autor

*Gráfico gerado com dados coletados em 02/03/2021

em: [http://museus.cultura.gov.br?busca/##\(global:\(enabled:\(space:!\)t\),filterEntly:space\)\)](http://museus.cultura.gov.br?busca/##(global:(enabled:(space:!)t),filterEntly:space))).

br?busca/##(global:(enabled:(space:!)t),filterEntly:space)).



Cabe salientar que aos 530 núcleos identificados, devem ser somados 210 herbários e 25 planetários existentes em instituições de educação superior, registrados em bases de dados próprias, totalizando o surpreendente número de 766 Núcleos Museológicos Universitários mapeados pela Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários.

A base de dados de pessoas busca evidenciar os nomes de profissionais de museus universitários, docentes, alunos e pesquisadores envolvidos com as

coleções e os museus universitários, com a finalidade de compartilhar contatos e possibilitar parcerias entre interessados na área. Por sua vez, a base de dados de publicações traz um levantamento referenciado de artigos e dissertações abrangendo as perspectivas históricas, curatoriais, comunicacionais, educativas, formativas, descritivas, administrativas dos museus universitários, dentre outros temas possíveis. A quarta base de dados, dedicada aos eventos relacionados às coleções e museus universitários, traz uma relação dos encontros que abordam os museus universitários. Boa parte das referências possuem *links* de acesso.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Desde a sua criação, a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários tem sido apresentada em diversos encontros da área para apresentar seus pressupostos. Dentre eles podemos citar:

Reunião paralela dentro do Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Porto Alegre/RS, junho de 2017.

Reunião aberta com a presidente do Comitê Internacional de Coleções e Museus Universitários do Conselho Internacional de Museus (ICOM), Marta Lourenço, no Museu de Arte Contemporânea da USP, São Paulo/SP, agosto de 2017.

Reunião paralela dentro do Seminário Brasileiro de Museologia (Sebramus), realizado pela Universidade Federal do Pará, novembro de 2017.

Painel sobre museus universitários no Encontro Paulista de Museus (EPM), junho de 2018.

Realização da oficina “Coleções e Museus Universitários”, dentro do 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências

(ABCMC). Essa oficina ocorreu na Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), setembro de 2018. Por conta da tragédia sofrida pelo Museu Nacional, este encontro teve grande repercussão nacional e impactou os rumos da RBCMU.

Apresentação da RBCMU no evento “O Museu da Educação e do Brinquedo na 12ª Primavera dos Museus”, realizado na Faculdade de Educação da USP, setembro de 2018.

Apresentação do painel “Patrimônio Universitário no Brasil: desafios e experiências” dentro do V Fórum de Museus Universitários, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, outubro de 2018.

Apresentação da RBCMU no “I Encontro das Coleções Didáticas e Científicas da Universidade Federal do Oeste do Pará”, novembro de 2018.

Além destes encontros já realizados, a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários tem sido bastante ativa na organização do VI Fórum Permanente de Museus Universitários, que acontecerá em outubro de 2021 na Universidade Federal do Paraná. Outro apoio em andamento tem sido dado pela rede na Ação dos Museus na Pandemia, promovido pelo ICOM Brasil, iniciado em maio de 2021.

Imagem 6 - Logomarca da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: Ecossistema Museal que abriga e promove a diversidade e suas múltiplas inter-relações
Fonte: Elaborado pelo autor.



Dentre as 85 publicações referenciadas apresentadas na base de dados da plataforma digital, que abordam, de alguma forma, aspectos relacionados aos Núcleos Museológicos Universitários, cabe destacar o “Dossiê Museus Universitários: patrimônio, experiências e reflexões - parte I”, publicado em dezembro de 2020 pela Revista CPC da USP. Neste primeiro número do dossiê foram publicados 18 artigos, sendo que o segundo número está programado para ser publicado no segundo semestre de 2021. Trata-se do primeiro dossiê sobre o assunto publicado no Brasil e com a colaboração da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários.

As potencialidades e desafios dos museus universitários na contemporaneidade são igualmente imensos e a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários tem se posicionado e apresentado dados acompanhados de conceitos que apontam para caminhos de enfrentamento e superação de obstáculos,

por meio de ações colaborativas assentadas na convicção da importância do seu papel, com base nos resultados já alcançados até o momento e nas expectativas de suas possibilidades futuras.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CLERCQ, S. W. G.; LOURENÇO, M. C. A Globe is just another Tool: Understanding the Role of Objects in University Collections. **Study Series of ICOM**, v. 11, 2003. Disponível em: <https://www.uu.nl/wetfilos/wetfil04/De-Clercq&Lourenco20031.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, M. C. da. A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. **Revista CPC**, São Paulo, v. 27, p. 297-309, 2019.

TAVARES, R. M. M. Ação Cultural dos Museus. **Ciências em Museus**, v. 4, p. 4, 11-14, 1992.

ZANINI, W. **Situação dos museus e coleções da Universidade de São Paulo**: levantamento realizado entre agosto e novembro de 1982. Trabalho realizado na disciplina “Elementos de Museologia”, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Zanini, do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo: ECA/USP, 1982. 2 volumes.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA PESQUISA: A GÊNESE DO MAPA DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

*Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada¹
Marcus Granato²*

O Mapa de Museus Universitários Brasileiros é um produto do projeto de pesquisa *Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus Universitários: pesquisa, análise e caracterização de relações estratégicas*, um dos vários desenvolvidos pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), localizado no Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, 586, no Bairro Imperial de São Cristóvão. No entanto, sua origem beira o acidental, pois não fazia parte do plano original nem um levantamento do total de museus universitários brasileiros, e muito menos sua divulgação nesta forma interativa. Como e por que este desvio ocorreu? Este texto visa apresentar esta trajetória e caracterizar esta iniciativa, que vem sendo reconhecida por seu caráter inédito em território nacional.

¹ Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Bolsista do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST, Brasil). E-mail: victoremmanuel@mast.br

² Doutor em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Vice-diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST, Brasil). Professor e vice-coordenador do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da C&T (MAST) e do programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). E-mail: marcus@mast.br

Criado em 1985, o MAST é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), abrigando o importante acervo histórico do Observatório Nacional, raro exemplo de órgão da administração pública brasileira que se perpetuou ao longo do tempo (foi criado por Decreto-Oficial em 1827) (GRANATO, 2014), incluindo suas instalações de quando sua transferência do Morro do Castelo para o atual Morro de São Januário. Mas para além do complexo arquitetônico formado por 16 edificações da década de 1920, contando com o prédio sede do museu e os pavilhões de observação astronômica, o MAST é responsável pela guarda de inúmeros instrumentos científicos, máquinas, equipamentos, mobiliário e esculturas, totalizando mais de dois mil objetos representativos do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T)³ do Brasil. Para além do acervo oriundo do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, atual Observatório Nacional, que contempla a história de diferentes áreas de pesquisa e atividades desenvolvidas pela instituição desde o século XIX – astronomia, geodésia, meteorologia, medição do tempo, geofísica e espectroscopia –, o acervo foi, com os anos, através de uma política de aquisição e descarte que orienta a coleta, ampliado com objetos provenientes do Centro de Tecnologia

³ A definição formal de PCC&T vem sendo aprimorada ao longo do tempo, sendo sua última formulação assim exposta na Carta do Rio de Janeiro: “constitui-se do legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural” (CARTA, 2017, p. 3).

Mineral, do Instituto de Engenharia Nuclear e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, outros institutos que integram o MCTI.

Não apenas por sua posição única enquanto “museu” no MCTI, mas por todo museu ser (ou ter a possibilidade de ser), por definição, uma instituição de pesquisa (ABALADA; GRANATO, 2019a), o trabalho com a preservação, compreensão e divulgação do acervo no MAST deu origem a diversos questionamentos que direcionaram os estudos realizados pelos pesquisadores da casa. Assim, as pesquisas são desenvolvidas explorando ou o próprio acervo ou temas relativos às áreas de interesse de atuação do museu, que, por fim, acabam de alguma maneira por se comunicar com o próprio acervo, seu entendimento e preservação.

PROJETOS DE PESQUISA DO MAST E O CAMINHO PARA O MAPA

Foi a partir deste quadro, que, por exemplo, desenvolveu-se, dentro da Coordenação de Museologia (COMUS), a partir de 2010, o projeto *Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro*. Tendo consciência do papel único do MAST na preservação e compreensão do PCC&T no país, ele foi responsável por um levantamento nacional de conjuntos de objetos que têm potencial de ser interpretados enquanto representantes deste patrimônio, dentro de um recorte que levava em conta as áreas de conhecimento (ciências exatas e da terra e engenharias) e o eixo temporal (objetos fabricados até a década de 1960). Assim, verificou-se na prática que, no Brasil, o que existia de vestígios materiais provenientes dos séculos anteriores ao XX, tanto pela trajetória histórica de ensino e

pesquisa “formais” de ciência, quanto pelo desconhecimento desta tipologia de patrimônio, se perdeu e o que resta está, em sua maioria, preservado em museus, propiciando, por outro lado, a identificação de mais de 40.000 objetos presentes em instituições museológicas, de pesquisa e mesmo em escolas secundárias, mas, principalmente, de ensino superior (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014).

Iniciado em 2015, o projeto *Patrimônio Cultural Luso-Brasileiro de Ciência e Tecnologia: pesquisa, análise e acessibilidade* buscou comparar estes dados com aqueles observados em Portugal, porém viu-se obrigado, para avançar, a produzir, ele também, um mapeamento da realidade portuguesa, que, ao contrário do que se vislumbrava, ainda não havia sido feito. Adotando a mesma metodologia do projeto *Valorização*, para que os resultados fossem obtidos através de bases equivalentes, adaptações tiveram de ser realizadas para atender às especificidades da realidade portuguesa, o que, com a impossibilidade de visitas presenciais aos espaços, significou a intensificação da pesquisa via internet. Apesar do estudo, conseqüentemente, não poder aspirar a uma precisão numérica, delimitou um importante quadro da realidade portuguesa e sua comparação com o levantamento brasileiro apontou diversas divergências, mas frisou também a importância das universidades e dos museus na produção e preservação deste patrimônio em ambas as realidades (ABALADA; GRANATO, 2019a). É de se ressaltar que entendeu-se, em ambos os estudos, “museu” de forma ampla, abrigando espaços como centros de ciência, jardins botânicos, planetários, herbários, etc, de modo a seguir a definição cunhada pelo Conselho Internacional de Museus

(ICOM), na sua 21ª Conferência Geral, em 2007, em Viena⁴, e pela legislação brasileira, no Estatuto dos Museus⁵. No entanto, como muitos espaços fogem a tal estruturação mais complexa, seguiu-se, por adição, um critério identitário, sendo incluídos também os espaços que assim se apresentam e/ou autodenominam. Entretanto, em seu desenvolvimento, o projeto *Patrimônio Luso-Brasileiro* igualmente passou a ressaltar alguns lapsos do *Valorização*, frisando a necessidade de atualização de dados coletados, especialmente quando a realidade se apresentava, em ambos os países, como extremamente dinâmica. Se a ideia do *Luso-Brasileiro* de revisitar registros do *Valorização* em categorias que se apresentavam de maior relevância começou, então, a se delinear, o trágico incêndio do Museu Nacional, em 2018, veio a cimentar a ideia e levá-la mesmo além. Nascia o projeto *Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus Universitários*.

⁴ “Um museu é uma organização sem fins lucrativos, instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu ambiente para fins de educação, pesquisa e diversão” (ICOM/BR, 2009, p. 28).

⁵ “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009, p. 1).

O PROJETO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS E O MAPA

O projeto tem como objetivo pesquisar o PCC&T e suas relações com os museus universitários brasileiros, traçando um panorama da situação em que se encontram, identificando suas necessidades e problemas, bem como a maneira como atuam na preservação desse tipo de patrimônio. Estaria latente, então, o intuito de, partindo do conhecimento produzido, apoiar esses espaços para atuar da forma mais adequada possível na preservação do PCC&T.

O projeto não buscou uma definição formal de museu universitário, achando melhor caracterizá-lo de forma ampla como todo museu inserido na administração de uma universidade. Entretanto, é de frisar-se que a concepção de “museu” seguiu, por consequência, a caracterização identitária previamente definida nos demais projetos, porém delimitou a categoria “universidade” em estrita aderência à legislação brasileira, que, no decreto 5773/2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior, categorizando-as em faculdades, centros universitários e universidades, sendo apenas estas últimas detentoras da obrigação de atuar sobre o tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 2006). Ou seja, apenas a universidade teria a obrigação de realizar pesquisas e abrir-se ao público em geral, logo, seria o único tipo de instituição de ensino superior que, compulsoriamente, produziria objetos que podem ser encarados como patrimônio, e a única que teria a necessidade de comunicar o processo realizado para além da comunidade acadêmica, acolhendo e atendendo à sociedade em geral através de, por exemplo, espaços como museus – ra-

ção pela qual a pesquisa optou por restringir-se unicamente às universidades, mesmo que seja notória a existência de museus em outros tipos de instituição de ensino superior.

Apesar de contar com parcerias da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), bem como a colaboração de Marta Lourenço (Museu Nacional de História Natural e da Ciência de Portugal), que preside o Comitê Internacional de Museus e Coleções de Universidades do Conselho Internacional de Museus (UMAC-ICOM), o projeto logo percebeu a falta de uma visão total e nacional dos museus universitários. A falta de uma base que concentrasse os museus universitários e possibilitasse a consulta daqueles que se adequariam ao recorte da pesquisa, reproduzindo as delimitações de áreas do conhecimento utilizadas nos projetos *Valorização* e *Luso-Brasileiro*, expandindo, no entanto, o recorte temporal até 1980. Afinal, a base do UMAC está no registro efetuado pela própria instituição e depende de sua vontade de registrar-se, de modo que tão logo debruçou-se sobre ela, incongruências, como entradas repetidas e informações desatualizadas, foram observadas (ABALADA; GRANATO, 2019b). Some-se a isso o fato de que o desenvolvimento da pesquisa do projeto *Luso-Brasileiro* já evidenciara alguns lapsos no registro de museus universitários brasileiros no escopo do *Valorização*. Assim, o projeto decidiu, apesar de visar um recorte específico, dedicar-se, ele mesmo, a realizar um levantamento de museus universitários brasileiros a partir da pesquisa *on-line*, tendo como ponto de partida a base de dados oficial dos cursos e instituições de

educação superior organizada pelo governo federal, o Cadastro e-MEC⁶.

A restrição à busca na internet foi influenciada pela impossibilidade de despende tempo em um levantamento extensivo e aprofundado que viesse a fugir completamente ao recorte estabelecido, o que caracterizava esta atividade quase como um descaminho da pesquisa, por sua vez balanceada pela simultânea necessidade detectada de um levantamento que não apenas servisse à área sobre a qual se visa atuar, mas que servisse também ao projeto e à comunidade como forma de melhor observar a localização, concentração e estado dos museus universitários, dentro do recorte ou não, dada as dificuldades que encontram, de forma generalizada, esses espaços.

Foi com esses termos que a pesquisa decorreu e a partir de um universo de 201 universidades registradas na plataforma oficial de credenciamento de instituições de ensino superior foi produzida uma primeira listagem de museus universitários⁷, divulgada em novembro de 2019 através do site do MAST⁸. A lista apontava 415 museus universitários em território nacional, porém com o prosseguimento das pesquisas e o monitoramento dos espaços identificados, bem como através do retorno da comunidade, obteve-se relevantes informações para alterar o quadro que era apresentado, adicionando e excluindo espaços. De tal forma, começou-se a ser preparada uma nova listagem.

⁶ Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

⁷ Disponível em: http://www.mast.br/images/projetos_de_pesquisa/2019/outubro/listagem-museus-universitarios-31-10-19.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

⁸ Disponível em: <http://www.mast.br/pt-br/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Com o advento da pandemia de Covid-19 e o aumento da importância da *internet* em todos os setores, três decisões vieram a alterar bastante o produto resultante. A primeira foi a decisão de não mais apresentar uma mera listagem, mas a de situar os museus em uma espécie de mapa interativo. A segunda foi a inclusão dos museus virtuais, até então não contabilizados pela preocupação com a materialidade dos acervos. Por último, a disponibilização de *links* para os *sites* dos museus ou suas páginas nos *sites* das universidades ou suas páginas em redes sociais, quando existentes, uma vez que não é o caso de todos: muito embora o levantamento tenha sido todo feito a partir de buscas na *internet*, alguns museus se fazem presentes apenas em matérias, divulgações, menções, não apresentado um espaço no qual se consiga extrair maiores informações acerca dos mesmos. Deste modo, a própria decisão de trazer este material, com suas lacunas e rápidas alterações - mais de um endereço já havia sido identificado como alterado ou saído do ar desde que primeiro identificado, em 2019, de modo que houve um trabalho grande de atualização dos *links* -, aprimora o panorama da condição destes espaços, em especial no mundo virtual: em um momento em que a presença virtual, com as restrições de visitaç o, é praticamente a única possível.

O trabalho de levantamento foi realizado por Marcus Granato (coordenador do projeto e pesquisador do MAST), Victor Emmanuel Mendes Abalada (bolsista do Programa de Capacita o Institucional - PCI e pesquisador do projeto) e, em um primeiro momento, Luiza Regina Soares Maldonado (bolsista de produtividade). A parte gr fica, diagrama o e o desenvolvimento do formato interativo de apresenta o dos resultados foram desenvolvidos por Rafael Sudano (bolsista PCI).

Apresentando-se como mais um descaminho, dado que originalmente não planejado, que, no entanto, revela caminhos da pesquisa, o Mapa de Museus Universitários Brasileiros, lançado em dezembro de 2020 no endereço: <https://indd.adobe.com/view/44e9e5e0-0c20-4bd0-936a-3ab0e14900a1>, apresenta, atualmente, 442 museus universitários de diversas tipologias (não restringindo-se em nada ao recorte inicial da pesquisa), dos quais 17 apenas virtuais contra 425 físicos. Esses dados podem ser alterados de acordo com o *feedback* recebido – tanto que já o foram no curto período em que está no ar, com inclusões e exclusões, que diminuíram em 02 o número de instituições inicialmente divulgadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da pesquisa enquanto organismo vivo necessita, ao olhar para a realidade, por vezes, reinventar-se para prosseguir, distanciar-se do caminho inicialmente traçado para melhor atingir seus objetivos, de modo que os descaminhos são, por vezes, tão ou mais proveitosos do que o que havia se pensado inicialmente. Este não deixa de ser o caso do Mapa de Museus Universitário Brasileiro, produto do projeto *Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus Universitários*, desenvolvido pelo MAST, que não estava no planejamento do projeto, seja sua forma interativa, seja a própria ideia de um levantamento nacional de museus universitários.

No entanto, para que o Mapa preserve, ele mesmo, este espírito vivo, tem de ser constantemente alimentado, de outra maneira tornando a evidenciar al-

gumas das próprias carências que ele aponta, a começar pela falta de visibilidade (física e virtual) de muitos museus universitários. Para que alterações na página sejam feitas é necessário que exista contínuo pessoal capaz de realizar as alterações no site, não podendo acabar com a saída dos bolsistas, verificando o estado dos museus e outros interessados (talvez os próprios museus) entrando em contato. De outra maneira, a empreitada, inegavelmente importante, revela-se uma bela fonte de pesquisa, mas tende a tornar-se obsoleta e um retrato da época em que foi feita, porém não mais uma vitrine importante para os museus universitários que o projeto do qual parte visa ajudar e, de alguma modesta forma, espera conseguir ao fornecer-lhes esta plataforma ao menos como forma de afirmar sua existência. Há vida também, e sobretudo, no descaminho.

REFERÊNCIAS

ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes; GRANATO, Marcus. Museos, investigación y catalogación: Patrimonio Cultural Luso-Brasileño de Ciencia y Tecnología en perspectiva. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 6, n. 12, p. 173-187, 2019a.

ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes; GRANATO, Marcus. Museus universitários brasileiros e Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia: Relações e resultados iniciais de um mapeamento e relação. In: XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB): A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2019b. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/650>. Acesso: 29 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 mai. 2006.

BRASIL. Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 15/01/2009, p. 1, col. 3. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/583529/publicacao/15747049>. Acesso em: 11 maio 2021.

CARTA DO RIO DE JANEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 2017. Disponível em: <http://portal.mast.br/images/pdf/Carta-do-Rio-de-Janeiro-sobre-Patrimnio-Cultural-da-Cincia-e-Tecnologia.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ICOM/BR. **Código de Ética do ICOM para Museus**: versão lusófona. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

GRANATO, Marcus. Patrimônio científico da astronomia no Brasil. In: MATSUURA, Oscar T. (org.). **História da astronomia no Brasil**. Recife: Cepe, 2014.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. **Anais do Museu Paulista**, v. 22, p. 11-34, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM

Rita de Cássia de Mattos¹

O PAPEL DO COFEM NO CAMPO DA MUSEOLOGIA: PRÓXIMO OU DISTANTE DO PROFISSIONAL?

O museólogo tem sua profissão regulamentada, através da Lei 7.287/1984 e pelo Decreto 91775/1985 que autorizaram a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Museologia (COFEM/COREM), com a missão de organizar a profissão, registrar e fiscalizar o exercício ético em benefício da sociedade. O museólogo, pela formação especializada que recebe, é o profissional habilitado para trabalhar com o patrimônio museológico brasileiro, preservado nas diversas instituições e/ou coleções públicas ou privadas, não importando sob que conceitos de instituição trabalhe. Ele é o profissional que cria a ponte que dissemina o conhecimento científico produzido na universidade, através dos museus universitários, transformado em conteúdos adequados para os diversos segmentos da sociedade às quais ele atende. Este texto situa a participação dos museólogos brasileiros nos museus universitários, coleções científicas e didáticas sob a guarda das universidades brasileiras públicas ou privadas.

¹ Museóloga, graduada pela Escola de Museologia da UNIRIO. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

O MUSEU. ONDE ESTÁ O PROFISSIONAL?

Na segunda metade do século passado, a museologia e os museus passaram por grandes transformações, tais como a regulamentação da profissão em 1984. Novos conceitos e visões sobre a forma de conceber essas instituições tornou necessário o olhar sobre o campo profissional em formação. Guarnieri (2010), afirmou que os museus e a museologia deixaram de ser sacralizados e os estudiosos da área começaram a perceber a museologia como uma ciência, e o museu, como o cenário do fato museológico.

Os museus, assumindo postura mais atuante e mais próxima da sociedade, transformam-se em centros de interpretação dos lugares e das comunidades a que servem, como instituições comprometidas com o homem e com tudo o que ele produz. Na medida em que cresce o caráter científico do museu, a imagem sacralizada do museólogo deixa de existir, para surgir a figura do profissional competente e consciente do seu papel nos museus (GUARNIERI, 2010). **O objeto** organizado em diversas tipologias chega ao museu pela ação humana. O museu se configura como espaço comunicacional em constante evolução e transformadora da realidade de seu destinatário (SCHEINER, 2020). Após o processo de seleção e de ser considerado de utilidade para seus pares, passa, então, por todas as etapas que o tornam musealizado.

Mas, como os objetos não duram para sempre, é preciso cuidar deles, para retardar ao máximo a sua perenidade (CONSIDERA, 2019). Quem coordena esse processo? Como disseminar a totalidade do conhecimento produzido sobre este patrimônio, e para quem disseminar? O museólogo. Ele é o profissio-

nal que possui *expertise* para o cuidado com o patrimônio museológico brasileiro dada a sua formação. Não é exagero concordar com a afirmação de Considera (2019) que os museólogos são formados para lidar com o porvir. “Os conhecimentos de gestão, política estratégica, preservação e conservação de acervos, organização e sistematização da informação, pesquisa do acervo em suas diversas áreas do conhecimento, comunicação com os diversos públicos” (p. 41) devem ser intrinsecamente relacionados na sua formação profissional específica e interdisciplinar, que o diferencia das demais profissões que atuam no museu. É, portanto, tarefa do museólogo a condução de todo o processo de musealização desse patrimônio, mas sempre em colaboração com a equipe multidisciplinar que atua nessas instituições. (CONSIDERA, 2019).

O PAPEL DO COFEM NO CAMPO DA MUSEOLOGIA: PRÓXIMO OU DISTANTE?

No que concerne especificamente à atuação dos profissionais nos museus, o COFEM, em cumprimento ao que determina a Lei n.º 7.287/1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo, regulamentada pelo Decreto n.º 91.775/85, exerce seu papel de legislador e fiscalizador do exercício profissional e reafirma a necessidade da presença desse profissional nas instituições que tratam da preservação do patrimônio museológico brasileiro.

Exige-se, hoje, que a ação do museólogo seja correta, coerente e ética. Correta, no que concerne à aplicação de conhecimentos científicos. Coerente, não apenas no atinente à interdependência entre teoria e prática, mas, sobretudo, no atinente

às necessidades sociais; e Ética, relativamente não apenas à profissão e à instituição museal, mas também em relação às expectativas e aos direitos de todos os homens (GUARNIERI, 2010, p. 241).

Como consequência da Política Nacional de Museus, de 2003, a Lei 11904/2009 instituiu o Estatuto dos Museus, que em seu Art.1º define a concepção de museus:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, 2009, p. 1).

Os museus universitários, portanto, enquadram-se nessa previsão legal. Os museus universitários estão voltados para permitir a disseminação do conhecimento que é produzido nas universidades. Cuty (2011) apresenta os museus universitários como os locais que detêm um conjunto de saberes que, absorvidos pelo indivíduo, transforma seu comportamento e caráter. Almeida (2001), considera que o museu universitário está parcial ou totalmente sob a responsabilidade de uma universidade (gestão, salvaguarda do acervo, recur-

so humanos e espaço físico), como também deve atuar em concordância com o conceito de museus do Conselho Internacional de Museus (ICOM)². A definição de museus apresentada no Estatuto de Museus pouco difere em relação à do ICOM, de 2007.

Marques e Silva (2011) apontam a necessidade da universidade definir com clareza o papel do museu universitário sob sua administração e fazem uma distinção entre **museus universitários**, **coleções universitárias** e **coleções didáticas**. As **coleções universitárias** são aquelas em que há todo o processo de aquisição, conservação e pesquisa, mas não há a preocupação de divulgar e ou expor o patrimônio material e imaterial sob sua guarda. A consulta é limitada a pesquisadores e não tem objetivo de lazer, ou seja, atende a um público especializado. As **coleções didáticas** existem para fins de estudo e uso dos estudantes, que também constituem uma parte do público que frequenta os museus. Entretanto, nas três categorias, observamos as funções básicas de coleta, pesquisa, documentação e preservação. São, portanto, espaços para o trabalho do museólogo. Em 2011, utilizando o Cadastro Nacional de Museus, hoje Plataforma Museus BR, encontramos 270 registros; em 2021, fizemos a mesma consulta, encontrando 363 registros. Tais resultados demonstram uma tendência no crescimento desse segmento institucional nos últimos 10 anos.

² O conceito de museus é dinâmico e revisto periodicamente nas Assembleias Gerais do ICOM, precedido de debate nos Comitês da comunidade e depois, aprovado em assembleia. A última definição aprovada é a de 2007. Na 24ª Conferência, foi proposta uma nova definição que está em debate. Sobre o assunto consultar: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/>.

Os museus, como órgãos essencialmente multidisciplinares, devem contar em sua equipe profissional, além do museólogo, com arqueólogo, arquiteto, biólogo, bibliotecário, historiador, entre outros. Não importa qual seja o formato institucional escolhido e sob qual conceito desenvolvam suas atividades no âmbito da universidade, do museu ou da coleção universitária, como determina o artigo 8º do Estatuto dos Museus. Ele é, portanto, o marco regulatório, é peça fundamental para o funcionamento dos museus, desde a sua criação e até, se for o caso, a sua extinção como instituição. Seu funcionamento torna obrigatório que toda instituição elabore e implemente um plano museológico contendo um diagnóstico participativo que contemple os sistemas de segurança, a identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob sua guarda e a identificação de seus públicos destinatários, mesmo que sejam apenas pesquisadores e estudantes. Desta forma, o Estatuto determina no § 1º do artigo 8º que “A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus deve estar em consonância com a Lei no 7.287, de 18 de dezembro de 1984” (BRASIL, 1984), ou seja, a responsabilidade de elaborar o plano museológico é do museólogo e qualquer outro profissional que o elabore, sem a sua presença, incorre em infração sujeita às penalidades da Lei 7.287/1984. Falta mais grave ainda é o museólogo assinar um plano museológico elaborado por outro profissional. Essas instituições deverão cumprir também as normativas do COFEM, que têm como objetivo operacionalizar o que toda a legislação estabelece para a área. O Sistema COFEM /COREMs orienta que todos os seus profissionais, no desempenho de suas funções junto aos museus, requeiram ao Conselho Regional de Museologia de sua jurisdição a Certificação de Responsabilidade Técnica (CRT), documento concedido pelo Conselho, que

legitima suas atividades profissionais sob o ponto de vista técnico, ético e legal junto aos museus em que trabalham. Esses documentos formam também o acervo técnico do museólogo, comprovando, perante seu empregador e a sociedade, sua capacidade técnica.

O COFEM, juntamente com os COREMs constitui, em seu conjunto, uma Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, cuja função lhes foi delegada pela Lei 7.287/1984, e regulamentada pelo Decreto 91.775/1985, para organizar e fiscalizar o exercício da profissão de museólogo.

O COFEM empenha-se em defender a boa prática museológica, o exercício profissional ético, valorizando suas competências profissionais para uma prática pautada na ética, em benefício da preservação e comunicação do patrimônio cultural e da sociedade brasileira.

O COFEM desenvolve atividades que visam à integração de todos os profissionais que atuam nos museus, mas reafirma a obrigatoriedade da presença do museólogo. Delibera sobre o exercício de atividades afins à especialidade do museólogo, nos casos em que houver conflito de competência. Por exemplo, o trabalho com o patrimônio nos museus. A atividade é executada em interface com outras profissões, mas que assumem características próprias no âmbito de cada uma, e exigem, necessariamente, em cada área, o profissional habilitado para desenvolvê-la. No museu é o museólogo.

A inexistência de uma política pública de qualidade para ocupação dos postos de trabalho, provendo as instituições de quadros profissionais, dificulta o cumprimento da missão institucional e profissional do Sistema COFEM/COREMs. Os COREMs, na sua atividade fiscalizatória têm se deparado com essa

realidade, especialmente nos museus públicos. Esses postos, por determinação constitucional, só podem ser ocupados através da realização de concursos públicos. Como inexistente uma política pública, o segmento da área cultural é o mais atingido.

Na elaboração do orçamento anual destinado à área da cultura e dos museus, os recursos aprovados não atendem, adequadamente, as despesas necessárias à correta operacionalização desses órgãos. No momento da discussão do orçamento público, e de fazer os cortes de gastos, a área da cultura é sempre a primeira a perder recursos. Recentemente, analisando a proposta para criação de mais um museu na esfera pública, toda a parte financeira prevista para a criação da instituição não está definida e nem objetiva, ao informar a origem dos recursos necessários para a implantação do órgão.

Infelizmente, essa é a causa de um mal muito comum para os museus públicos brasileiros, que nascem fadados à inoperância, pois os recursos financeiros para a sua operacionalização não são estabelecidos na sua criação. Ora, é senso comum que não se faz todo esse trabalho técnico-científico apenas com boas intenções. A falta de recursos financeiros foi um dos problemas detectados por Marques e Silva (2011), na pesquisa realizada nos museus da Universidade Federal da Bahia. Como atestam na conclusão da pesquisa, as dificuldades encontradas se acentuam “quando não se definem políticas específicas para estes espaços que sofrem com a falta de verbas, materiais, espaço e lotação própria de recursos humanos, fazendo-os exercer um papel secundário nas universidades” (MARQUES E SILVA, 2011, p. 82).

Finalizando, é importante reafirmar a importância desse patrimônio para o desenvolvimento e fortalecimento da ciência no Brasil. Há necessidade de rever

a situação dos museus universitários nas estruturas administrativas em que se encontram, para não só serem incluídos no orçamento anual das universidades, mas a de adquirirem visibilidade nas suas comunidades.

O Sistema COFEM /COREMs quer estar ao lado do profissional. Seu maior interesse é que a museologia seja reconhecida pela sociedade e pelos nossos pares, compreendendo a importância de sua ação nos museus. Mas essa compreensão e fortalecimento da profissão só é possível com a participação de cada museólogo, em primeiro lugar cumprindo com a sua obrigação para com o Conselho, isto é, mantendo suas anuidades em dia.

É importante frisar que, embora sejamos uma Autarquia pública, não recebemos subvenções do Estado. Todo orçamento dos Conselhos é resultante, exclusivamente, das anuidades. Portanto, toda a atividade, em prol da profissão, realizada pelos COREMs tem origem nas anuidades dos contribuintes. É com esse recurso que os COREMs realizam todas as suas atividades, especialmente a fiscalização, que assegura a confiança e credibilidade quanto à atividade do museólogo, tanto para a sociedade como para o próprio profissional. Outra forma de colaborar para o fortalecimento da profissão é o interesse na sua condução. Somos nós, museólogos, que fazemos com que ela se torne respeitada, e parte desse trabalho é executado pelos conselheiros, colaborando com a gestão do Conselho, tornando-se um Conselheiro Regional, ou participando como museólogo convidado numa das Comissões de Trabalho, por exemplo.

Consideramos, portanto, que o museólogo e os demais profissionais que atuam nos museus, ao assumirem o seu compromisso social, têm uma responsabilidade de atuar, quer seja no interior do museu ou fora dele, buscando construir, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, um desen-

volvimento que seja apoiado no respeito às identidades e à pluralidade cultural. Dessa forma, os acervos sob a gestão das instituições de guarda, nas universidades, desde que tenham em suas equipes o profissional museólogo, certamente poderão cumprir com sua missão de gerenciar, preservar e comunicar o acervo sob sua guarda e contribuir para a correta disseminação do conhecimento produzido no contexto universitário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. **Museus e Coleções Universitários**: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo? 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/pt-br.php>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Lei N° 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 15/01/2009, p. 1, col. 3. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/583529/publicacao/15747049>. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Lei N° 7287, de 18 de Dezembro de 1984. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de museologia. **Diário Oficial da União** 19/12/1984, seção 1. Disponível em: http://cofem.org.br/legislacao_/legislacao/#lei-7287. Acesso em: 11 maio 2021.

CONSIDERA, A. A formação de museólogos pela Universidade de Brasília no contexto da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica da ABDF**, v. 3, n. 1, p. 36-52, 2019.

CUTY, J. Museus Universitários em rede: Do *Ethos* de saberes ao *Habittus* de compartilhar conhecimento com a sociedade. In: **II Seminário Investigación em Museologia de los países de lengua portuguesa y española**. Buenos Aires: 2011. pg. 221-220. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10333.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

GUARNIERI, W. R. C. Quem são e o que são os museólogos? In: BRUNO, M. C. O.; ARAÚJO, M. M.; COUTINHO, M. I. L. (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 237- 242.

MARQUES, R. S.; SILVA, R. M. L. O reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. **Revista Museologia e Patrimônio**. v. 4, n. 1, p. 63-84, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/149/151>. Acesso em: 11 maio 2021.

SCHEINER, T. Museus, Museologia, Comunicação, Recepção. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9 n. Especial, p. 11-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/2037>. Acesso em: 11 maio 2021.



Mesa 2

**Instâncias de preservação
do patrimônio cultural na UFC**

MESA 2 INSTÂNCIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA UFC

MEDIADOR - Roberto Moreira Chaves¹

Desafiado pela comissão organizadora do I Seminário Museus e Coleções da UFC – Reflexões Contemporâneas dentro da 19ª Semana Nacional dos Museus – com o tema: “O futuro dos Museus: Recuperar e Reimaginar” fui convidado para coordenar a mesa intitulada “Instâncias de preservação do patrimônio na UFC” e elaborar um texto sobre o tema para a abertura do capítulo. Dessa forma, apresentarei aqui algumas reflexões e discussões referentes ao contexto, a criação de orientações técnicas e articulações em torno da gestão do patrimônio cultural ao longo destes mais de 60 anos de existência da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A Universidade do Ceará, atual Universidade Federal do Ceará, criada em 1954, se destaca como sendo a primeira e uma das mais importantes instituições de ensino superior do Ceará, tendo papel importante na produção intelectual e na preservação da memória local. Seu fundador e primeiro Reitor, professor Antônio Martins Filho trazia, naquela ocasião, como lema: “O Universal pelo Regional”.

¹ Técnico de Lab. de Cons.e Rest.Bens C. Móveis da Universidade Federal do Ceará. Especialização em Gestão Cultural pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil.

As primeiras faculdades que deram origem a UFC traziam junto às suas bibliotecas específicas e à medida que novos cursos iam surgindo, novas unidades foram sendo incorporadas ou criadas para atendimento das demandas de formação acadêmica dos alunos e dos docentes. Num projeto audacioso e pioneiro, em 1957, numa tentativa de centralizar as ações de gestão de seus acervos ocorreu a instalação da Biblioteca Central, subordinada à Reitoria, sendo esta extinta em 1969 e os acervos direcionados para os cursos e campus específicos. Em 1972, com a Reforma Universitária e a criação dos centros acadêmicos, teve início o desmembramento das bibliotecas dos institutos extintos e a fusão destes acervos em unidades correlatas, gerando organização setorial mantida até os idos de 1985. É importante destacar que apesar das mudanças estruturais e organizacionais, algumas bibliotecas setoriais não sofreram os impactos destas alterações.

Em 1975, a Biblioteca Central retoma a cena e traz a questão da adoção de um sistema único de bibliotecas dentro da UFC. Em 2003, o Sistema de Bibliotecas passou a utilizar a base de dados Sistema Pergamum no gerenciamento técnico das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas e seus profissionais e atuando de forma integrada e *online*. Destaca-se que até 1969 foram instaladas 17 bibliotecas na UFC, pertencentes às unidades de ensino surgidas após a criação da universidade e atualmente, o Sistema de Bibliotecas da UFC é formado por 14 bibliotecas dos *campi* da capital (Benfica, Pici, Porangabuçu, Labomar e Casa José de Alencar) e 5 dos *campi* do interior (Crateús, Quixadá, Russas e Sobral). A Biblioteca Universitária é um órgão suplementar da Universidade Federal do Ceará vinculada à Reitoria da UFC.

Com um projeto de educação integrado à cultura, destacamos ainda nos anos iniciais da UFC, a criação do Museu de Arte da Universidade do Ceará

(Mauc), dentro das festividades do sexto aniversário de instalação desta instituição educacional, por meio da Resolução N° 104, de 18 de julho de 1961. Ainda vemos na década de 1960, em especial na segunda metade, a aquisição e criação da Casa de José de Alencar (CJA) através da Resolução n°. 196, de 23 de setembro de 1966. Observamos, que diante da conjuntura da época, a UFC se consolidava no cenário nacional como uma das principais instituições de preservação do patrimônio cearense.

Ressalta-se aqui, que a UFC nunca deixou de se preocupar com os seus espaços de cultura e arte, mas a partir do programa nacional de expansão das universidades brasileiras, da renovação dos quadros funcionais do serviço público e das políticas públicas para a área de museus e memória, a partir do início dos anos 2000, nota-se uma maior preocupação com a consolidação e institucionalização da políticas de preservação do patrimônio universitário. Nesta ocasião, a universidade estava vivenciando a efêmeride do seu jubileu de ouro e realizando os primeiros grandes concursos para renovação do seu quadro técnico e acadêmico (2004/2006/2008) do século XXI, com destaque para a reposição do cargo de museólogo para o Mauc e CJA.

Dentro deste contexto de preocupação com a preservação da memória institucional, em 2007, por meio da Resolução N°1, de 4 de janeiro de 2007, na gestão do Reitor professor Luís Carlos Uchoa Saunders, é criado o Memorial da UFC. O órgão, vinculado ao Gabinete do Reitor, foi implantado na gestão do Reitor professor Jesualdo Pereira Farias, através da Portaria N°729, expedida pela Divisão de Apoio Administrativo, em 25 de fevereiro de 2011, por meio da instituição do grupo de trabalho que definiria os primeiros passos e ações deste setor a partir de um eclético grupo de servidores docentes e técnicos-adminis-

trativos. Entre 2012 e 2015, foram realizados concursos públicos com destinação e com lotação de vagas e profissionais no Memorial da UFC, em especial, os cargos de arquivista, museólogo, bibliotecário, historiador e técnico em conservação e restauração de bens culturais móveis. Na ocasião, tanto o Laboratório de Restauração e Preservação de Acervos do Departamento de Ciências da Informação (DCINF/UFC) quanto o Sistema de Bibliotecas da UFC, passaram a contar com o profissional técnico em conservação e restauração de bens culturais gráficos. A implantação de um quadro pioneiro e interdisciplinar no Memorial da UFC contribuiu significativamente com as discussões em torno da memória institucional e como ela poderia ser trabalhada nas unidades acadêmicas e administrativas, assim como na necessidade da criação de políticas efetivas e protocolos comuns de gestão e preservação do patrimônio universitário.

No mesmo ano de 2012, houve a primeira tentativa de se criar uma unidade vinculada ao Gabinete do Reitor com a finalidade de centralização e compartilhamento de políticas que pudessem abranger os diferentes equipamentos artísticos e culturais da universidade. Nesta ocasião, foi criada a Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte/UFC) por meio da Resolução N°. 01/Consuni, de 1º de março de 2012, assinada pelo Reitor professor Jesualdo Pereira Farias, cuja missão é “fortalecer a cultura artística, compreendida como dimensão inalienável da vida universitária, por meio de estratégias que venham incrementar a produção estética nas diversas linguagens das artes e estimular a reflexão crítica sobre esta mesma produção”. Em 2015 a Casa José de Alencar e o Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno são incorporados à Secult-Arte/UFC através da Resolução N° 20/Consuni, de 9 de março de 2015 na gestão do Reitor professor Henry de Holanda Campos e em dezembro de 2020. Por meio da Resolução

Nº. 23/Consuni, 18 de dezembro de 2020, o Mauc e a Casa Amarela Eusélio de Oliveira são incorporados à estrutura organizacional da Secult-Arte.

Em 2014, o professor Henry de Holanda Campos, no exercício da Reitoria da UFC, por meio da Resolução *AD REFERENDUM* Nº 46, de 10 de novembro de 2014 institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD/UFC). A Comissão é homologada através da Resolução Nº 2, de 9 de março de 2015, tendo em vista o Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei de Arquivo, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, na qual determina no caput do art. 18, a obrigatoriedade para cada órgão e entidade da administração pública federal, constituir uma comissão permanente de avaliação de documentos, tendo como objetivo orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida na Instituição tendo por base sua destinação final. Na primeira Resolução, a CPAD deveria contar com seis membros efetivos que eram: um docente indicado pelo Reitor para presidir a comissão, um representante da Pró-Reitoria de Administração, dois arquivistas, sendo um da Pró-Reitoria de Administração e outro do Memorial da UFC, um historiador (indicado pelo Reitor) e um museólogo (indicado pelo Reitor). Em 2015, é lançada a Portaria nº 13, de 8 de janeiro de 2015, que designa os membros efetivos para compor a CPAD, na qual a portaria além dos seis representantes, acrescenta um secretário executivo.

Em 2017, as discussões em torno da gestão de arquivos dentro da universidade vão ganhando força e há a necessidade de inserção de outras áreas nos debates e nos apontamentos de soluções e caminhos para os setores e profissionais envolvidos visando uma padronização na gestão de acervos arquivísticos na instituição. Diante desse contexto, altera-se, *AD REFERENDUM*, a Reso-

lução N° 46, de 10 de novembro de 2014 por meio da Resolução 57, de 30 de outubro de 2017. Nesta ocasião, ocorreu o lançamento da Portaria N° 5.209, de 30 de novembro de 2017, na qual designava os novos servidores que passariam a compor a CPAD/UFC, passando a contar com doze membros permanentes. Nesta nova portaria, destacam-se a inserção das áreas de técnico de conservação e restauro, técnico de Tecnologia da Informação (TI) e arquivistas representando as Pró-reitorias de Graduação e de Gestão de Pessoas, além da Superintendência de Infraestrutura e Meio Ambiente. Em 2019, há uma nova alteração na composição dos membros da CPAD/UFC por meio da Portaria N° 69, de 22 de abril de 2019, na qual a comissão continua com doze integrantes, mas passa a ser pensada a partir das funções técnicas, subtraindo e acrescentando áreas específicas de gestão de acervos.

Em 2018, o Memorial da UFC em parceria com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design (DAUD/UFC), iniciou uma série de reuniões com setores culturais da universidade com vistas à criação de um Conselho de Patrimônio Cultural, “visando estabelecer políticas de memória institucional, tais como preservação, aquisição doação e descarte de acervos culturais”. Esta articulação resultou na criação da Portaria N° 170 do Gabinete do Reitor, datada de 29 de novembro de 2018, na qual o professor Henry de Holanda Campos nomeava uma comissão interna composta por servidores docentes e técnicos-administrativos da instituição com o objetivo de propor uma política cultural para a universidade. Parte deste grupo atuou e acompanhou uma série de estudos e de visitas técnicas, cujo objetivo era pensar e formular ações que pudessem servir de inspiração para a constituição da política de gestão e preservação do patrimônio cultural da UFC levando em consideração suas especificidades.

Ainda neste mesmo ano, por meio da articulação do Memorial da UFC, foi incluído no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC (PDI) 2018-2022 a criação de um eixo Memorial. Neste eixo, foram apresentadas as demandas referentes à criação de um Sistema de Arquivos da UFC e de um Conselho de Patrimônio Cultural, e na qual traz em sua redação no objetivo “4. Preservar a memória e o patrimônio científico e cultural da UFC para garantir o registro e a divulgação de sua história.”; “4.1 Estabelecer uma gestão documental, criando um Sistema de Arquivos que apresente diretrizes para a preservação dos documentos físicos e digitais;” e “4.3 Criar um Conselho de Patrimônio Cultural, visando estabelecer políticas de memória institucional, tais como preservação, aquisição, doação e descarte de acervos culturais;”. Podemos compreender que estes objetivos apresentados no PDI, contribuíram para a efetivação destes conselhos dentro da Universidade Federal do Ceará.

Inspirados pelo processo de gestão do patrimônio universitário da Universidade de São Paulo (USP), efetiva-se a criação do Comitê de Patrimônio Cultural da UFC por meio da Resolução N° 25 do CONSUNI, datada de 14 de agosto de 2019, na gestão do Reitor professor Henry de Holanda Campos e consolidada com a constituição da Comissão através da Portaria N°. 116, de 20 de agosto de 2019. A Comissão passa a ser constituída por representantes dos seguintes setores: Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental; Sistema de Bibliotecas; Casa de José de Alencar; Memorial da UFC; Museu de Arte da UFC; Departamento de História, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design; Departamento de Geografia; e dois representantes dos profissionais: técnico de conservação e restauro; museólogo e arquivista.

Em 2020, na gestão do Reitor professor José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque é aprovado o Regimento Interno do Comitê de Patrimônio Cultural da UFC por meio da Resolução N° 15/CONSUNI, de 24 de agosto de 2020. Na mesma reunião foi aprovada a alteração da sigla CPAC/UFC para COMPAC/UFC, através da Resolução 16/CONSUNI, de 24 de agosto de 2020. Esta última, altera a Resolução N° 25/CONSUNI, de 14 de agosto de 2019.

Por fim, destacamos, que em 2020, a Faculdade de Direito (FADIR/UFC), considerada uma das mais antigas faculdades pertencentes à universidade, e possuindo um relevante patrimônio acerca da história e memória do curso de direito e do ensino superior no estado do Ceará, criou uma comissão setorial para assessorar a direção nas ações de salvaguarda, preservação e gestão do patrimônio material e imaterial sob guarda e tutela desta faculdade. A Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito (CGPHMIFD), foi criada por meio da Portaria N° 15/2020, de 22 de junho de 2020, sendo um órgão de caráter especial de assessoramento da direção da faculdade de direito, possuindo também seu Regimento Interno.

Podemos concluir que sempre foi latente à UFC, a preocupação com a salvaguarda e preservação do seu patrimônio cultural e artístico e que a partir dos anos 2000, essas questões tomaram mais formas e se fizeram mais presentes nas discussões conceituais e nas ações práticas da universidade. Diante de todo o exposto ao longo deste texto, percebemos que até os 50 anos de sua criação, a UFC esteve mais voltada para a formação dos acervos e suas diretrizes setoriais e que, a partir da reforma universitária, da ampliação e renovação do quadro de profissionais técnicos e qualificados, assim como o alinhamento às políticas es-

pecíficas da área de museus, arquivos, bibliotecas, conservação-restauração e patrimônio cultural, as discussões se tornaram mais presentes e mais efetivas com a criação das comissões e comitês. Por fim, entendemos que o estabelecimento de políticas internas voltadas para valorização e gestão dos seus conjuntos com interesse cultural e artístico pela administração superior e pela comunidade interna, são basilares para a consolidação das ações cotidianas da preservação do patrimônio universitário.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 4/1/2002, Página 1.

BRASIL. Lei de Arquivo, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 9/1/1991, Página 455.

MARTINS FILHO, Antônio. **História Abreviada da UFC**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Coleção Alagadiço Novo, 1996.

MARTINS FILHO, Antônio. **Memória, Maioridade**. Tomo I. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1995.

MARTINS FILHO, Antônio. **O outro lado da história**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade Federal do Ceará - UFC – PDI 2018-2022 – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria nº 13, de 8 de janeiro de 2015 - Designa os membros efetivos para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria Nº 15/2020, de 22 de junho de 2020 – Cria a Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito – CGPHMIFD.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria Nº 170 do Gabinete do Reitor, datada de 29 de novembro de 2018 – Nomeação de uma comissão interna composta por servidores docentes e técnicos-administrativos da instituição com o objetivo de propor uma política cultural para a Universidade Federal do Ceará.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria Nº 5.209, de 30 de novembro de 2017 – Designa os novos servidores que passariam a compor a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria Nº729, expedida pela Divisão de Apoio Administrativo, em 25 de fevereiro de 2011 - Institui o grupo de trabalho que definiria os primeiros passos e ações do Memorial da UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria Nº. 116, de 20 de agosto de 2019 – Dispõe sobre a designação do Comitê de Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Ceará (CPAC/UFC).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria N°69, de 22 de abril de 2019 - Designa os novos servidores que passariam a compor a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução 16/CONSUNI, de 24 de agosto de 2020 – Altera a Resolução N° 25/CONSUNI, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre a criação do Comitê de Patrimônio Cultural – CPAC/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução 57, de 30 de outubro de 2017 – Altera a Resolução *AD REFERENDUM* N° 46, de 10 de novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução *AD REFERENDUM* N° 46, de 10 de novembro de 2014 - Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) na Universidade Federal do Ceará – UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N° 15/CONSUNI, de 24 de agosto de 2020 – Aprova o Regimento Interno do Comitê de Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Ceará.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N° 2, de 9 de março de 2015 – Homologa a Resolução *ad referendum* n° 46, de 6 de novembro de 2014, que institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da Universidade Federal do Ceará.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N° 20/Consuni, de 9 de março de 2015 – Incorporação da Casa José de Alencar e do Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno a Secretaria de Cultura Artística – Secult-Arte/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N°1, de 4 de janeiro de 2007 – Criação do Memorial da Universidade Federal do Ceará - UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N°25 do CONSUNI, datada de 14 de agosto de 2019 - Criação do Comitê de Patrimônio Cultural da UFC (CPAC/UFC).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N° 104, de 18 de julho de 1961 – Criação do Museu de Arte da Universidade do Ceará – Mauc.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução n°. 01/Consuni, de 1° de março de 2012 - Criação da Secretaria de Cultura Artística – Secult-Arte/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução n°. 196, de 23 de setembro de 1966 – Criação da Casa de José de Alencar – CJA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Resolução N°. 23/Consuni, 18 de dezembro de 2020 – Incorporação do Museu de Arte da UFC - Mauc e da Casa Amarela Eusélio de Oliveira a Secretaria de Cultura Artística – Secult-Arte/UFC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sobre a Biblioteca Universitária: histórico. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-a-biblioteca-universitaria/historico-do-sbu/> Acesso em: 14 maio de 2021.

COMITÊ DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFC (COMPAC)

Romeu Duarte Junior¹

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFC E O COMPAC

Se o patrimônio cultural precisa do espaço para se manifestar, é nos campi da Universidade Federal do Ceará (UFC) onde vamos encontrar suas expressões nesse universo. A UFC deu seus primeiros passos no Campus do Benfica. O bairro em questão, antes um amplo sítio, resultou de uma primeira extensão de Fortaleza para o sul através de uma linha de bonde homônima, implantada no eixo do Bulevar Visconde de Cahuype (atual Avenida da Universidade ou Avenida Reitor Antônio Martins Filho²), no final do século XIX. Por esta época, Fortaleza começava a ultrapassar os três bulevares que Adolfo Herbster desenhara como seus limites urbanos (da Conceição, Duque de Caxias e do Imperador). No rastro desse processo de expansão urbana, transformações no desenho das quadras e nas dimensões dos lotes deram condições à proposição de novas arquiteturas residenciais, tais como os palacetes e mansões, soltos

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFC). Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP). Professor Associado Nível 1 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Presidente do Comitê de Patrimônio Cultural da UFC - COMPAC/UFC.

² Antônio Martins Filho (Crato/CE, 1904 – Fortaleza/CE, 2002) foi advogado, escritor, professor e tipógrafo. Foi o criador e primeiro Reitor da UFC (1955 a 1967). Fundou também a Universidade Estadual do Ceará (1977) e a Universidade Regional do Cariri (1986), tendo ainda contribuído para a fundação de mais de 20 universidades brasileiras.

dos limites dos terrenos, as vilas e as chácaras, estas de propriedade de famílias interioranas abastadas, interessadas em aliar os hábitos rurais aos confortos urbanos.

Com a implantação do pioneiro campus da UFC no bairro em 1955, muitas residências faustosas acabaram sendo adquiridas pela universidade e adaptadas a novos usos administrativos e pedagógicos, tais como a própria Reitoria (1918), projetada pelo arquiteto João Sabóia Barbosa para morada do Coronel José Gentil, posteriormente expandida com a mesma linguagem eclética segundo o projeto do professor e arquiteto José Liberal de Castro, e a que pertenceu a Francisco Queiroz Pessoa (atual sede da Casa de Cultura Alemã), desenhada pelo arquiteto José Gonçalves da Justa. Algumas edificações de uso institucional-pedagógico já existiam no Benfica quando da implantação do campus e foram a este incorporadas, tais como a primeira sede da Faculdade de Direito (1938) e o Grupo Escolar do Benfica (1923, atual sede da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC/UFC), esta da autoria de José Gonçalves da Justa.

Foi também no Campus do Benfica onde as primeiras manifestações da arquitetura moderna surgiram no Ceará. Os pioneiros da profissão no Estado, no final da década de 1950 e no começo da seguinte, atuavam tanto na docência, na Escola de Engenharia da UFC, quanto no Departamento de Obras da universidade, emprestando às novas edificações o risco moderno que aprenderam nas suas graduações no Rio de Janeiro e no Recife. Sua linguagem arquitetônica foi aproveitada por Martins Filho como o elemento estético que simbolizaria a imagem de progresso e desenvolvimento que a UFC trazia para o ambiente intelectual cearense. Com efeito, o novo prédio da Faculdade de Direito, a sede dos Institutos Básicos (atuais anexos da Reitoria/UFC), a sede do Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) (atual sede da Pró-Reitoria de

Extensão/UFC), a sede da Imprensa Universitária e a Residência Universitária 125 constituíram-se em marcos até hoje aclamados.

Se a arquitetura modernista do Campus do Benfica representou o ingresso do Ceará na modernidade arquitetônica, o acervo artístico reunido no Museu de Arte da UFC (Mauc) serviu para colocar o Estado nos panteões nacional e internacional das artes visuais. Alicerçado nas obras dos artistas Aldemir Martins, Antônio Bandeira, Chico da Silva, Raimundo Cella e Sérvulo Esmeraldo, entre muitos outros eruditos e populares, a extraordinária coleção do Mauc é a mais importante do Estado. Os acervos de desenhos de arquitetura antiga cearense do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU/UFC) e de documentos e objetos da Faculdade de Direito são outros de inestimável valor, o primeiro por servir de fundamentação a inúmeros tombamentos e o segundo por dizer da trajetória histórica do primeiro curso da UFC.

Deve-se considerar também, pela franca inserção do campus no bairro homônimo, as expressões do patrimônio cultural imaterial da universidade que acabaram por se tornar tradicionais, tais como as refeições de grau, os festivais de música, as festas, entre outras tantas, isso tudo num lugar que foi o berço do futebol e do turfe cearenses, da afirmação das diversas formas de reivindicação social e de gênero, da luta pela democracia e que hoje se distingue como um bairro boêmio. Vale lembrar que foi sob as mangueiras do pátio da Escola de Arquitetura que se deu o nascimento, entre outros importantes movimentos culturais dos anos de 1960 em nossa capital, do Pessoal do Ceará³.

³ Termo pelo qual ficou conhecido nacionalmente um grupo de jovens artistas cearenses, no início dos anos de 1970, o qual deu origem a um dos mais importantes movimentos musicais brasileiros.

O Campus do Pici foi desenhado à moda dos seus congêneres norte-americanos dos anos de 1950 e pode ser considerado, a partir de sua escala e programa de necessidades, como a primeira proposição urbanística executada em moldes modernistas na cidade. Servindo aos cursos das áreas de ciências e tecnologia e fundamentado em um rigoroso zoneamento de atividades, implantado em um belo sítio natural do qual se destaca o espelho d'água do Açude Santo Anastácio e a abundante cobertura vegetal do seu entorno, o Pici exhibe uma arquitetura austera e funcionalista, em contraste com as primitivas instalações da Escola de Agronomia. No seu limite sul, as ruínas da pista de pouso e das casamatas do antigo Pici Field são relíquias que remontam à 2ª Guerra Mundial.

Por sua vez, o Campus de Porangabuçu, voltado aos cursos das áreas da saúde, foi construído na vizinhança imediata da lagoa de mesmo nome, no bairro Rodolfo Teófilo. A recente criação do Distrito de Inovação em Saúde Viva@Porangabuçu visa, entre outros desafios, a valorizar o meio ambiente e a paisagem. Vale lembrar que o campus também é marcado pela arquitetura modernista de alguns equipamentos de saúde pioneiros no Estado, tais como o Hospital Universitário Walter Cantídio e a Maternidade Escola Assis Chateaubriand. A antiga sede dos cursos de medicina e odontologia permanece na Praça José de Alencar, no Centro, agora servindo de sede à representação local do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sendo tombada no âmbito estadual.

Outra propriedade da UFC em Fortaleza de grande valor afetivo e simbólico é o Sítio Alagadiço Novo. Situado em Messejana, nas antigas terras do Senador Alencar, genitor do escritor José de Alencar, o equipamento cultural contém a Casa Natal do romancista, o Museu Arthur Ramos, a Pinacoteca Floriano

Teixeira e a Biblioteca Braga Montenegro, além de um restaurante, um lago artificial, as ruínas do primeiro engenho movido a vapor no Ceará e espaços para eventos. O sítio e a Casa Natal são tombados pelo IPHAN. Pelo fato da área estar encravada no território de uma antiga aldeia de índios, a Paupina⁴, estes alvo da catequese jesuítica, o sítio é rico em achados arqueológicos pré-históricos e do período de contato entre esses grupos.

Deve-se considerar também o incomensurável valor dos acervos documentais, bibliográficos e arquivísticos da universidade, bem como a produção de conhecimento gerada cotidianamente por esta, razão de sua própria existência.

Dos campi da UFC no interior do Estado, destacam-se, no que tange ao patrimônio cultural, os de Quixadá e Sobral. O primeiro situa-se na vizinhança do Açude do Cedro, extraordinária obra de engenharia hídrica iniciada no período imperial, em meio ao magnífico conjunto de *inselbergs*⁵. Tanto o reservatório quanto os monólitos acham-se tombados pelo IPHAN. Em virtude da magnificência do sítio natural, registre-se a sua riqueza arqueológica e paleontológica, num lugar que é a própria síntese do semiárido nordestino e que constitui uma relevante paisagem cultural.

De outra parte, o Campus de Sobral implantou-se na antiga Fábrica de Tecidos, construída no final do século XIX. O imponente conjunto fabril situa-se

⁴ Forma como os indígenas da região chamavam o Padre Francisco Pinto, o “Paupina”, um dos religiosos que atuavam na catequese local. Francisco da Costa Pinto (Angra, Ilha de Terceira, Açores/Portugal, 1552 – São Miguel do Tapuio/PI, 1608) foi vítima de martírio pelos índios Tacarijus (Tapuias) na Chapada da Ibiapaba.

⁵ Em alemão, morros-ilha.

na área de entorno do sítio histórico da cidade, tombado pelo IPHAN, fazendo par com a antiga estação ferroviária. Alguns dos edifícios que o compõem foram restaurados e adaptados para abrigar funções pedagógicas e administrativas, ação que se irmana às de mesma natureza promovidas pela prefeitura municipal no conjunto urbano. Assim como nestes dois, nos demais campi interioranos, as atividades cotidianas de ensino, pesquisa e extensão e a interação da comunidade universitária nas questões urbanas e comunitárias transformam o dia a dia das cidades, absorvendo e recriando formas tradicionais de cultura.

Por fim, entre as fazendas experimentais da UFC, destacamos a Fazenda Raposa, cuja história se confunde com a do plantio, beneficiamento e aproveitamento industrial da carnaúba. A fazenda foi doada em 1969 à UFC pela Companhia de Ceras Johnson, empresa industrial estadunidense, mantendo seu inestimável valor ambiental e paisagístico, expresso nas espécies nativas de flora e fauna da caatinga. Em abril de 2018, foi considerada Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

As instituições universitárias brasileiras têm contribuído para a preservação do patrimônio cultural nas regiões em que atuam, mediante esforços de identificação e documentação, proteção e promoção dos acervos, além dos seus próprios, através de parcerias com os órgãos públicos de patrimônio. As universidades federais da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, através das suas faculdades de arquitetura e urbanismo, num primeiro momento, sempre estiveram à frente dessas tarefas, hoje alargadas com a entrada em cena de outras expressões patrimoniais, as quais reclamam, para a sua preservação, a participação de cursos relacionados a outras áreas do conhecimento.

Na UFC, entre 1968 e 1983, sob a coordenação do professor arquiteto José Liberal de Castro, foram realizados levantamentos da arquitetura antiga do Ceará e do Maranhão, os quais serviram como fundamentação a inúmeros tombamentos de imóveis isolados e sítios históricos nas três esferas de poder. Portanto, além desta finalidade e de colaborar na formação técnica dos alunos, os inventários serviram também à conformação do CAU/UFC como respeitável instância acadêmica. Mais tarde, nos anos de 2000, o Atelier de Patrimônio Cultural (APC), laboratório de pesquisa lotado no então Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design (DAU/CT/UFC), mediante o estabelecimento de convênio de cooperação técnica com o IPHAN/CE e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, elaborou as instruções de tombamento municipal para quase 30 edificações situadas na capital, ampliando em muito a quantidade de bens imóveis protegidos nesse nível. Cumpre ressaltar também a relação aproximada que sempre existiu entre o IPHAN e a UFC, o que redundou na proteção de bens culturais desta e no convite a professores da instituição para atuarem como próceres do órgão federal no Ceará. Bem assim, o abrigo concedido pelo APC e o Laboratório de Crítica em Arquitetura e Urbanismo (LoCAU) à representação cearense do DOCOMOMO⁶.

Contudo, as universidades, no seu passo através do tempo, acabam também se transformando em patrimônio cultural. Em 2017, a partir de uma movimentação inicial de professores e técnicos lotados no CAU/UFC e no Memorial da

⁶ Em livre tradução do inglês, Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Sítios e Unidades de Vizinhanças do Movimento Moderno.

UFC, pensou-se na possibilidade de criação de uma instância de preservação própria da universidade, voltada aos necessários cuidados relativos ao seu patrimônio cultural. Por motivo dos antigos laços estabelecidos entre o CAU/UFC e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), tomou-se o Centro de Preservação Cultural da USP (CPC/USP)⁷ como modelo para a futura instituição a ser criada. A proposta foi levada ao então Reitor da UFC, Professor Doutor Henry Campos⁸, do qual recebeu total apoio.

O Comitê de Patrimônio Cultural da UFC (COMPAC/UFC) foi criado como instância vinculada diretamente à Reitoria da UFC através da Resolução Nº 25/CONSUNI, de 14 de agosto de 2019. Conforme se estabelece no Artigo 1º do referido documento, caberá ao comitê “propor e gerir a política institucional relativa ao patrimônio cultural material e imaterial, declarado ou não pelo Estado ou pelo ente público, pertencente à Universidade Federal do Ceará”. Portanto, é de amplo espectro a seara objeto das tarefas do Comitê, as quais, a nosso juízo, são as mais urgentes as seguintes:

1. Identificação e documentação

- Inventariação completa do patrimônio cultural da UFC;
- Disponibilização do material inventariado à comunidade;

⁷ O CPC/USP, criado em 2002, é o órgão de preservação do patrimônio cultural da USP, ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária desta.

⁸ Henry de Holanda Campos é médico, professor titular da Faculdade de Medicina da UFC e ex-Reitor da UFC (2015 – 2019).

2. Proteção

- Criação de legislações específicas voltadas à salvaguarda (tombamento (patrimônio material), registro (patrimônio imaterial) e chancela (paisagens)) do patrimônio cultural da UFC;
- Elaboração de um plano de preservação e valorização do patrimônio cultural da UFC, com a definição de projetos técnicos e apoios culturais específicos;
- Estabelecimento de relações de cooperação técnica entre o COMPAC/UFC e os órgãos federal, estadual e municipais de patrimônio cultural;
- Estabelecimento de relações de cooperação técnica entre o COMPAC/UFC e órgãos da UFC (centros, institutos, departamentos, cursos, laboratórios etc.);
- Constituição de câmaras técnicas para o enfrentamento das tarefas cotidianas do Comitê (elaboração de pareceres técnicos, informações técnicas, análises, projetos de conservação, restauro, adaptação a novo uso etc.);

3. Promoção

- Criação de portal para acesso e divulgação do patrimônio cultural da UFC;
- Produção de peças promocionais relacionadas ao patrimônio cultural da UFC (publicações, produtos audiovisuais, exposições etc.);
- Realização de cursos para capacitação docente/discente/técnico-administrativa na área do patrimônio cultural;
- Realização de eventos relacionados ao patrimônio cultural da UFC (congressos, seminários, simpósios etc.);
- Participação na realização de eventos relacionados ao patrimônio cultural, em conjunto com instituições públicas e privadas, nos âmbitos local, nacional e internacional;

4. Administração

- Incorporação do COMPAC ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC;
- Dotação do COMPAC da necessária estrutura técnica, administrativa e financeira para o seu adequado funcionamento;
- Estabelecimento do COMPAC em sede própria;
- Consideração da preservação do patrimônio cultural da UFC como uma ação comunitária e colaborativa da universidade com o COMPAC e não somente de responsabilidade deste;
- Captação de recursos financeiros externos ao orçamento da UFC, mediante a elaboração de projetos técnicos e de apoio cultural específicos, com apoio das fundações de suporte à universidade, para a subvenção dos projetos propostos para a preservação e valorização do patrimônio cultural da UFC;

O patrono do IPHAN, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, sempre dizia que “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio cultural”. Por seu turno, Mário de Andrade afirmava que “preservar o patrimônio cultural é alfabetização”. Que essas sábias citações de dois luminares da cultura brasileira nos inspirem para que possamos dar conta da gigantesca tarefa que temos sob a nossa responsabilidade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTÔNIO Martins Filho. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Martins_Filho. Acesso em: 24 abr. 2021.

ASSEMBLEIA Provincial (Fortaleza, CE). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1189. Acesso em: 24 abr. 2021.

CENTRO de Preservação Cultural da USP. Disponível em: <https://cpc.webhostusp.sti.usp.br/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E MARKETING INSTITUCIONAL DA UFC. Fazenda Raposa, propriedade da UFC em Maracanaú, torna-se Unidade de Conservação Ambiental. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/14557-fazenda-raposa-propriedade-da-ufc-em-maracanau-torna-se-unidade-de-conservacao#:~:text=de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental-,Fazenda%20Raposa%2C%20propriedade%20da%20UFC%20em%20Maracana%C3%BA%2C%20torna%2D,se%20Unidade%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental&text=S%C3%A3o%20mais%20de%2050%20anos,empresa%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GARCIA, Fátima. Adolfo Herbster, e os mapas de Fortaleza. 2012. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/09/adolfo-herbster-e-os-mapas-de-fortaleza.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

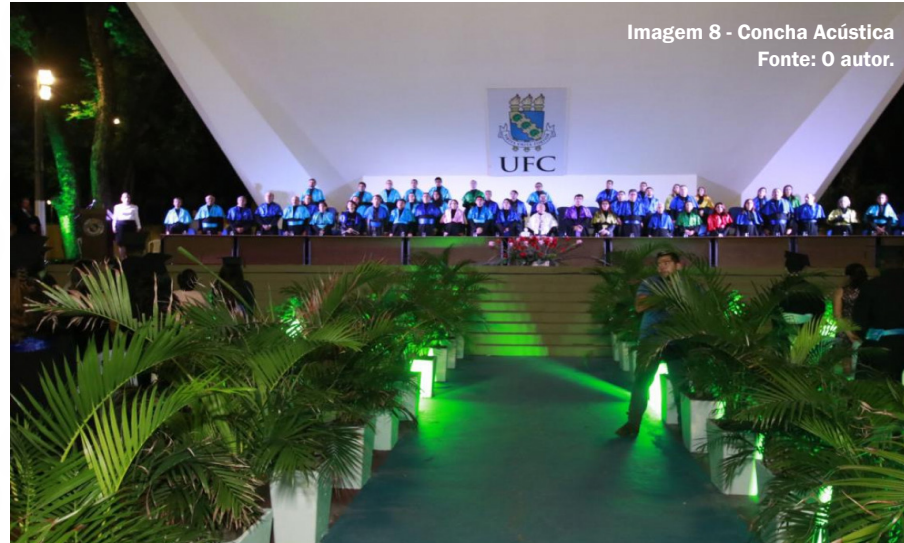
PAISAGEM Cultural. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paisagem_Cultural. Acesso em: 27 abr. 2021.



COMITÊ DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFC (COMPAC)



Acervo Clovis Jucá





PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: AÇÕES DE GESTÃO DESTINADAS A SUA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Flávio José Moreira Gonçalves¹

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Instituída pela Portaria nº 16/2020, de 22 de junho de 2020, a primeira Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada pela direção da Faculdade de Direito (Fadir) como órgão de assessoramento, com vistas a identificar, documentar, preservar e promover o patrimônio cultural material (bens culturais imóveis, conjuntos urbanos, sítios históricos, bens culturais móveis e agregados), o patrimônio cultural imaterial (celebrações, formas de expressão, saberes, fazeres e lugares), as paisagens naturais e culturais, as coleções e os

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bacharel em Direito e mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com curso de aperfeiçoamento na Università degli Studi di Pisa (Itália). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro da Comissão de Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito da UFC.

acervos livrescos e de documentos, o patrimônio arquivístico-documental e o patrimônio bibliográfico.

Entre as atribuições da referida comissão, conhecida doravante pela sigla CGPHMIFD e criada em absoluta sintonia com o que já estabelecia a Resolução nº 25, do Conselho Universitário (CONSUNI), de 14 de agosto de 2019, estão aquelas constantes da Portaria 16/2020 (BRASIL, 2020a), cabendo-lhe no âmbito da Faculdade de Direito, conforme estabelece o art. 3º:

- a) fazer o levantamento do patrimônio histórico material e imaterial da Fadir;
- b) propor ações e parcerias visando a recuperação e preservação do patrimônio histórico da Fadir;
- c) reunir informações necessárias à constituição do memorial histórico digital da Fadir, a ser hospedado em nosso novo portal eletrônico;
- d) propor e executar ações de resgate da memória de todos os nossos alunos, ex-alunos, professores e servidores aposentados bem como propor ao Conselho Departamental justas homenagens aos que prestaram relevantes contribuições à Fadir;
- e) propor parcerias a editoras, órgãos públicos e empresas para o resgate e publicação das obras e teses dos catedráticos da Fadir ou de outros documentos de valor histórico da Fadir, inclusive em meio digital;
- f) propor ações para recuperação, higienização e preservação do acervo histórico da Fadir;
- g) outras ações que a comissão entenda pertinentes ao atingimento de seu objetivo.

Como já fizemos ver em outro trabalho, apresentado durante o IX Encontro Internacional dos Direitos Culturais, publicado na obra *Direitos Culturais: múltiplas perspectivas*² e que serve de base para várias das reflexões que desenvolvemos nesse artigo, a preservação da memória e do patrimônio histórico e cultural das instituições brasileiras constitui uma das necessidades mais urgentes em termos de resgate, para as gerações presentes e futuras, de todas as contribuições legadas por aqueles que nos antecederam.

Por outro lado, a ausência de educação patrimonial no Brasil e, em decorrência dela, o descaso a que tem sido relegado o patrimônio cultural e histórico em nosso país, sobretudo pelas gerações mais recentes, é algo que precisa ser enfrentado, sob pena de nos tornarmos uma nação sem memória e, conseqüentemente, sem qualquer perspectiva de futuro, como se já não bastassem todos os problemas que vivenciamos no presente.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 2020b), em seu art. 216, define como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”

A autocompreensão histórica de uma nação sofre abalo considerável quando seu povo ou seus povos deixa(m) de conhecer e valorizar as manifestações próprias dos grupos humanos que a constituem, sobretudo aquelas

² Cf. GONÇALVES, Flávio José Moreira. Memória, Patrimônio Histórico e Cultural da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, um resgate necessário e perspectivas atuais. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; LINS, Mateus Rodrigues; AGUIAR, Marcus Pinto (orgs.). **Direitos Culturais: múltiplas perspectivas**, vol. V. EdUece, 2021, págs. 306-326.

oriundas da arte, da cultura, da educação, da ciência, da ancestralidade e da espiritualidade.

Esta desvalorização da história acaba negligenciando os espaços da memória, gerando lacunas e dificuldades na formação dos cidadãos e cidadãs, além de impedir a formação de uma consciência histórica, o que quase sempre resvala na ignorância, na negligência, no abandono e até mesmo no desprezo ou pura hostilidade ao patrimônio cultural, traduzido em atos de barbárie contra monumentos, edificações e obras, as quais acabam por se tornar, não raro, agressões às próprias pessoas e ao seu legado.

É importante que toda a memória seja preservada e resgatada. Neste aspecto, adotando a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se inclusive de elementos colhidos nos depoimentos e *lives* já realizados pela CGPHMI com convidados, este artigo procura sintetizar e explicitar as realizações e perspectivas atuais que se descortinaram a partir da constituição da primeira Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, apresentando ideias, projetos e ações de gestão destinados a valorizar não apenas o patrimônio histórico imaterial e material, incluindo as edificações nas quais está sediada a faculdade, mas também aquelas de valor histórico que compõem o seu entorno.

Estas ações de gestão podem contribuir, de forma sistêmica, para a formação transdisciplinar dos estudantes de direito, colaborando para cumprir o ditame constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, exigência própria da vida universitária que leva a compreender o direito como fenômeno e objeto eminentemente cultural, uma vez que, no dizer do jurista Carlos Cossio (1950), “seu ser (dos objetos culturais) é ser um sentido, ou seja, seu ser consiste em existir”.

Dito isto, sabe-se que a própria ciência jurídica está imbricada com as demais ciências humanas e sociais, das quais não tem como apartar-se a não ser por um grau de abstração ou formalismo excessivo que a faria perder o sentido existencial, como saber vinculado a todos os outros aspectos da vida humana concreta.

REALIZAÇÕES DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL E IMATERIAL DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A Comissão³ de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito (CGPHMIFD) da Universidade Federal do Ceará, constituída em 2020, tem como localização física a própria sede atual da faculdade, situada oficialmente na Rua Meton de Alencar, s/n, no centro de Fortaleza.

A Comissão já dispõe de site, sendo sua localização virtual <https://comissao-patrimonialfadir.ufc.br/pt/> . Possui também um canal próprio no Youtube

³ Atualmente, esta comissão com sigla CGPHMIFD, nomeada pelo atual gestor da Faculdade de Direito, Prof. Maurício Feijó Benevides Magalhães Filho, é composta pelos professores Luiz Eduardo dos Santos (Presidente), Flávio José Moreira Gonçalves, Francisco Paulo Brandão Aragão e Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire, pelo bibliófilo e empresário José Augusto Bezerra, pelo servidor João Lúcio Nobre de Araújo e pelo estudante Aderbal Aguiar Júnior. Para o desenvolvimento de suas atividades, contou com o apoio de bolsista de jornalismo (Camila Matos Magalhães) e conta, atualmente, com a colaboração de dois bolsistas do Núcleo Interdisciplinar em Direito e Dramaturgia, projeto de extensão da Faculdade de Direito, no caso, os bolsistas Carolina Xavier Régis e Pedro Ivo Marques Holanda. Em sua formação originária, integravam a referida Comissão o Prof. Mathias Joaquim Coelho Neto e o servidor José Erisvaldo Maia.

que pode ser diretamente acessado no endereço a seguir: <https://www.youtube.com/channel/UCDQlctiTY1I9jryhQKvuQYg>. As reuniões ordinárias têm se realizado sempre às últimas quartas-feiras de cada mês e de forma remota, via *Google Meet*, devido aos riscos da pandemia de coronavírus.

A Comissão ainda não realizou levantamento quantitativo (inventário) do patrimônio material (bens móveis e imóveis) a serem objeto de proteção e preservação, mas já realizou várias *lives* que sinalizaram e procuraram sensibilizar a comunidade para a importância de conservação e preservação do conjunto patrimonial que integra a Faculdade de Direito e seu entorno.

Atualmente, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, primeira instituição de ensino superior do estado, do alto de seus cento e dezoito anos de existência, funciona em dois prédios localizados neste endereço anteriormente indicado, cercada por edificações históricas igualmente relevantes, como a Praça Clóvis Beviláqua, o Obelisco da Vitória, a Casa do Barão de Camocim, o antigo prédio do Instituto Dr. José Frota (IJF) e o Palácio Maçônico Luiz de Moraes Corrêa.

O prédio mais antigo da Faculdade de Direito, em estilo *art déco* e conhecido atualmente apenas como “Prédio Velho”, foi inaugurado em 12 de março de 1938 e o mais recente, é uma peça da arquitetura moderna, conhecido como “Prédio Novo”, cuja data precisa de inauguração desconhecemos, mas que se sabe projetado em 1967 pelo arquiteto Liberal de Castro.

Desde a sua constituição, em julho de 2020 até o presente momento, a Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará principiou por realizar eventos de formação e sensibilização para conhecer e incentivar a educação patrimonial.

Nesta seara, já realizou as seguintes atividades:

- a) Participação em programa da Rádio Universitária FM;
- b) Criação de site para divulgação das atividades da comissão, inclusive com identidade visual (logomarca) própria;
- c) Criação de canal do *Youtube* da comissão para divulgação dos arquivos das *lives* realizadas com convidados, entrevistas etc;
- d) Realização de reuniões mensais ordinárias e reuniões extraordinárias;
- e) Realização de palestras sobre “A importância das novas tecnologias no resgate e manutenção do patrimônio histórico cultural”;
- f) Realização de palestra e roda de conversa “Faculdade de Direito da UFC: patrimônio histórico e cultural”;
- g) Realização de palestra e roda de conversa “Faculdade de Direito e seu entorno: arquitetura e história”;
- h) Realização de palestra e roda de conversa “Entre Luzes e Sombras: origens e narrativas sobre a formação jurídica do Curso de Direito da UFC”;
- i) Realização de reunião com a participação da arquiteta Célia Perdigão para estudos e esclarecimentos sobre o instituto do tombamento e seus efeitos;
- j) Aprovação de homenagens sugeridas a 11 professores falecidos, atribuindo nomes de docentes a espaços físicos da instituição, bem como a 1 aluno e a 1 servidor falecidos;
- k) Aprovação de nomes sugeridos e abertura de processos individuais para concessão de título de Professor Emérito a 7 professores aposentados que deram efetiva contribuição acadêmica e/ou administrativa à universidade.

Dentre as atividades realizadas pela comissão está a sugestão e aprovação, por unanimidade, da denominação para os espaços da faculdade, homenageando e resgatando a memória de professores, servidores e estudantes que deram significativa contribuição acadêmica ou de gestão para a instituição.

Nesta perspectiva, por exemplo, foram aprovados e sugeridos à diretoria e Reitoria, homenagear Paulo Bonavides e Fran Martins, dois dos mais expressivos docentes da instituição, os quais passarão a nominar, se aprovada pelas instâncias competentes da universidade, os dois prédios ou blocos de edifícios onde hoje fica encravada a Faculdade de Direito.

Em relação ao prédio recentemente edificado, conhecido atualmente como “Bloco Administrativo”, no qual ficam encravados as salas dos departamentos de direito público, direito privado e direito processual, a coordenação do curso, a coordenadoria de programas acadêmicos, a sala de reuniões compartilhada e a copa, a comissão aprovou para que recebesse o nome do professor Carlos Roberto Martins Rodrigues.

As salas de aula e outros espaços também serão batizados com nomes de servidores docentes e técnico-administrativos ou estudantes que tenham contribuído, mercê de sua dedicação e esforços, para elevar o nome da instituição.

Importante ressaltar que a denominação de locais homenageando personalidades que tenham contribuído de maneira extraordinária para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão da instituição, longe de caracterizar culto à personalidade, permite estabelecer ou resgatar o sentimento de pertença e os liames com o nosso passado, a história da nossa instituição, a gerar vínculos e um círculo virtuoso de valorização daqueles que contribuíram para engrandecê-la, resgatando sua memória e a memória institucional.

Para permitir o conhecimento da vida e da contribuição efetiva de cada homenageado, a comissão aprovou uma inovação: a inclusão, nas placas de homenagem de QR Codes que remeterão a biografia, escritos do homenageado, arquivos em áudio e/ou vídeo que constarão de espaço próprio no site da comissão, além de informações básicas nas placas, como nome completo, data de nascimento e morte dos homenageados.

Como já ressaltou Andrade Furtado, ao comentar a conhecida obra de Girão Barroso, “a História da Faculdade de Direito do Ceará é um dos capítulos da maior importância para o estudo da nossa formação intelectual (...) as construções humanas de tamanho porte ligam as idades e formam a cadeia dos acontecimentos, de que resulta o patrimônio de honra e grandeza das Nações” (FURTADO, 1960, p. 383-4).

Como todas as demais instituições pioneiras de ensino superior jurídico em nosso país, a Faculdade Livre de Direito do Ceará surgiu para formar e reproduzir práticas da elite dirigente local, reforçando o seu poder e dominação, refletindo preocupações típicas de uma época, cuja intencionalidade não difere da realidade de surgimento dos demais cursos jurídicos já existentes no país. Como ressalta Wolkmer:

A implantação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827, um em São Paulo e outro em Recife (transferido de Olinda em 1854) refletiu a exigência de uma elite, sucessora da dominação colonial, que buscava concretizar a independência político-cultural, recompondo ideologicamente a estrutura de poder e preparando uma nova camada burocrático-administrativa, setor que assumia a responsabilidade de gerenciar o país. (2000, p. 80)

Os corpos docente, discente e funcional da Faculdade de Direito da UFC, entretanto, sempre foram testemunhas e protagonistas de profundas e significativas transformações ocorridas na instituição e fora dela desde a sua fundação, remontando à época em que os cursos jurídicos ainda formavam bacharéis em “Ciências Jurídicas e Sociais”.

Logo em seu nascedouro, a instituição viu-se no centro das divergências filosóficas, políticas e ideológicas próprias da época, entre aciologistas e anti-aciologistas, sendo ainda palco de importantes disputas e debates de ideias jurídicas, sociais e políticas. Nos anais da Revista da Faculdade de Direito, cujo acervo, mesmo dos números mais antigos, vem sendo digitalizado e paulatinamente disponibilizado no site: <http://www.revistadireito.ufc.br/index.php/revdir/issue/archive> observam-se os reflexos acadêmicos destas discussões que sempre envolveram também os apegados às concepções tradicionalistas e dogmáticas do direito e aqueles que pretendiam fazê-lo avançar para abordagens mais abertas ou críticas, dando-lhe um viés mais vinculado às demais ciências sociais.

Na realização das *lives*, eventos disponíveis em seu canal próprio do YouTube, a comissão promoveu palestras⁴ e rodas de conversa sobre a história, arquitetura da Faculdade Livre de Direito do Ceará, denominação com a qual instituição era conhecida em seus primórdios, bem como sobre as controvérsias do pensamento jurídico, filosófico e político dos que historicamente a fundaram, de seus opo-

⁴ Atuaram, até o momento, como palestrantes e/ou debatedores, durante os eventos promovidos pela comissão, os seguintes convidados(as): Cândido Albuquerque, Ari de Andrade, Machidovel Trigueiro, Anderson Morais, Humberto Cunha, Evaldo Lima, Romeu Duarte, Margarida Andrade e Célia Perdigão.

tores, de seus projetistas e idealizadores, proporcionando fecundos debates que contaram com a participação de arquitetos, juristas, historiadores e educadores

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

A Universidade Federal do Ceará publicou a Resolução nº 25, aprovada pelo Conselho Universitário em 14 de agosto de 2009. Por este ato normativo, a universidade instituiu o seu Comitê de Patrimônio Cultural (CPAC/UFC), encarregado de gerir a política institucional relativa ao patrimônio cultural material e imaterial da instituição, “não importando se este já se encontra declarado ou reconhecido pelo estado ou pelo ente público” (art. 1º) (BRASIL, 2019).

A louvável edição de tal resolução constituiu importante passo para a proteção deste patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial da nossa UFC. Como ensina Cunha Filho (2020), ao tratar do patrimônio imaterial, é possível constatar que “o referido patrimônio é fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável; guarda profunda interdependência com o patrimônio material cultural e natural; está submetido a graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição”.

No âmbito da Faculdade de Direito, a Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito da UFC, dez meses após a sua constituição, tem realizado reuniões ordinárias mensais, planejou, organizou e realizou vários eventos públicos de sensibilização e formação, abertos à comunidade e gratuitos, utilizando-se do aplicativo *Google Meet* e mantém uma página própria no portal da UFC, além de canal pró-

prio no Youtube, no qual constam informações sobre seu funcionamento e atividades.

Estudam-se, entre outras iniciativas, a abertura de edital para concurso de fotografias e vídeos antigos das turmas da faculdade, restauração de placas com apoio de ex-alunos, resgate da história do movimento estudantil, de ideias, saberes e práticas do corpo docente, discente e funcional.

Em relação àqueles docentes mais antigos, cujas obras já caíram em domínio público ou haja autorização dos herdeiros, estuda-se republicá-las em meio digital, inclusive as teses dos antigos catedráticos da instituição, disponibilizando-as em espaço próprio para consulta pública, podendo toda a sociedade beneficiar-se gratuitamente deste rico acervo digital.

Dispõe o art. 216, § 1º da Constituição: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

O que se espera, portanto, é que as comissões criadas, tanto no âmbito da UFC quanto no âmbito interno da Faculdade de Direito, possam cumprir o seu papel institucional e considerar, ao manifestarem-se sobre o tratamento a ser dado ao patrimônio cultural material e imaterial da instituição, todos os interesses e direitos envolvidos, colaborando para uma gestão democrática e participativa destes bens culturais.

Neste aspecto, há necessidade de realizar a gestão democrática deste patrimônio, ouvindo e permitindo que a comunidade se manifeste, dando oportunidade para que todos os afetados ou afetáveis pelas decisões a serem tomadas possam participar, de modo a viabilizar o cumprimento de sua missão protetiva

e preservacionista sem ignorar as demandas e necessidades dos usuários que precisam, por exemplo, ver rompidas as barreiras arquitetônicas, garantindo-lhes acessibilidade, usabilidade, segurança e a própria gestão administrativa racional dos espaços públicos.

O envolvimento direto da comunidade acadêmica, por meio de todas as suas categorias, na preservação e conservação do patrimônio histórico da instituição é bandeira para a qual não se pode vislumbrar opositores, irmanando a todos no resgate do que há de mais valioso: a nossa história, a nossa cultura em suas plurais e diversas formas de manifestação, como deve ser em qualquer universidade digna desse nome.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Cedo ou tarde, as instituições universitárias brasileiras vão se dando conta e tomando consciência da importância da preservação de seu valioso acervo, de seu patrimônio cultural e histórico, tanto material quanto imaterial.

Em relação aos cursos de direito, como já ressaltava Reale (1961, p. 264),

Na realidade, os Cursos Jurídicos representaram o coroamento necessário de nosso ensino superior, passando a atuar não apenas como centros de formação de advogados, mas como institutos em que vicejavam também as atividades filosóficas, políticas, jornalísticas, econômicas, literárias e sociológicas, conglobando sob o signo da Jurisprudência, como em certa fase da era renascentista, todas as “humanidades”.

A preservação da memória e do patrimônio cultural da UFC e, particularmente, de sua Faculdade de Direito passa, necessariamente, pelo resgate das inúmeras atividades filosóficas, políticas, jornalísticas, econômicas, literárias e sociológicas, e não apenas jurídicas, que nela têm se desenvolvido desde a sua fundação até a atualidade. Neste trabalho arqueológico, de trazer de volta o passado institucional, devem estar incluídas as atividades culturais, esportivas, as lutas dos movimentos estudantil e de docentes em diversos momentos da nossa vida política, inclusive nos períodos mais conturbados de nossa história republicana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria N° 16/2020**, de 22 de junho de 2020. Dispõe sobre a criação da Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito da UFC. 2020a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020b.

BRASIL. **RESOLUÇÃO No 25/CONSUNI**, de 14 de agosto de 2019. Dispõe sobre a criação do Comitê de Patrimônio Cultural – CPAC/UFC. 2019.

CÓSSIO, Carlos. Teoria egológica e teoria pura do direito. Trad. Paulo Dourado de Gusmão. **Revista Forense**, p. 41. maio, 1950.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; SCOVAZZI, Tullio (orgs.). **Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: uma análise comparativa entre Brasil e Itália. Salvador: EDUFBA, 2020.

FURTADO, Andrade. História da Faculdade de Direito do Ceará - de autoria do Dr. Raimundo Girão. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 14, 2ª fase, 1960, p. 382-384.

REALE, Miguel. As Faculdades de Direito na história do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 56. N. 1, 1961, p. 256-272.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1937.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos Culturais no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** – n. 11 (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

GIRÃO, Raimundo. **História da Faculdade de Direito do Ceará**. Imprensa Universitária da UFC: Fortaleza, 1960.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4. ed. revista e atualizada. Ed. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1984.

GONÇALVES, Flávio José Moreira. Memória, Patrimônio Histórico e Cultural da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, um resgate necessário e perspectivas atuais. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; LINS, Mateus Rodrigues; AGUIAR, Marcus Pinto (orgs.). **Direitos Culturais: múltiplas perspectivas**, vol. V. EdUece, 2021.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Unesco, 17 de outubro de 2003.

SECRETARIA DE CULTURA ARTÍSTICA DA UFC

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade¹

Endereço físico: Av. da Universidade, 2210. Benfica. 60020-180. Fortaleza-CE

Endereço virtual: www.secultarte.ufc.br

Redes sociais:

Instagram - www.instagram.com/ufcarte

Facebook - www.facebook.com/secult.art

Flickr - www.flickr.com/photos/ufcarte

Youtube - www.youtube.com/ufcarte

Equipe responsável:

Direção:

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade – Diretora

Francisco Alves de Miranda – Vice-diretor

Divisão de Apoio Administrativo:

Fernando Antônio de Oliveira Leão – Administrador

Hilda Luiza Pinho Ribeiro – Assistente em Administração

Lady Dayana Silva de Oliveira – Produtora Cultural

¹ Pós-graduada em Gestão Pública. Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (UFC).
Produtora Cultural e diretora da Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte/UFC).

Luiz Celso Júnior – Técnico em Tecnologia da Informação
Célia Araújo de Carvalho – Secretária Executiva

Bolsistas:

João Pedro Dedê de Abreu
Maria Danielle Gadelha Feitoza
Maria Isadora Nunes Pinto
Renata Vitória Linhares Ximenes
Levi dos Santos Porto

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A Secult-Arte/UFC reúne em sua estrutura administrativa os seguintes equipamentos culturais: a **Casa de José de Alencar (CJA)**, o **Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno (Tupa)**, o **Museu de Arte da UFC (Mauc)** e a **Casa Amarela Eusélio Oliveira (CAEO)**. A CJA e o Tupa foram vinculados à Secretaria no ano de 2015, através da Resolução nº 20 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI). Mais recentemente, em 2020, a CAEO e o Mauc foram incorporados à estrutura administrativa da Secult-Arte/UFC, através da Resolução nº 23 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI).

Ao longo das últimas décadas, a CAEO, o Mauc, o Tupa e a CJA se configuram no cenário artístico cearense como espaços formativos nas áreas de fotografia, música, literatura, cinema e animação, gravura e desenho, teatro e artes dramáticas. São equipamentos culturais que têm importância fundamental para o desenvolvimento e difusão da cultura artística na comunidade acadêmica da UFC e para além da universidade.

O **Museu de Arte da UFC (Mauc)** tem como missão produzir conhecimento através da arte, compartilhando experiências inspiradoras e envolventes de acolhimento, preservação, pesquisa e inovação para promoção do patrimônio cearense e da UFC. Desde a sua criação, em 1961, o Mauc possui um forte vínculo com a educação e com o universo da formação humana.

O Mauc tem, em sua estrutura, o Núcleo de Comunicação, o Núcleo Educativo, a Biblioteca Floriano Teixeira e tem, sob sua guarda, um expressivo conjunto museológico composto de aproximadamente 7.000 obras, com coleções de Arte Popular e Artes Plásticas.

Neste período de pandemia, o Mauc expandiu suas ações no meio online com a realização de diversas atividades e lives veiculadas nas redes sociais do museu. Entre as ações e projetos que o equipamento realiza destacamos: o Férias no Mauc com oferta de oficinas gratuitas; realização de atividades na Oficina Mestre Noza; oferta de programação durante a Semana Nacional de Museus; Semana Nacional de Arquivos e a Primavera dos Museus.

Em 2020, o museu realizou exposições virtuais nas redes sociais e promoveu a 2ª Jornada de Práticas Educativas e Científicas. Também realizou uma programação durante a Semana da Infância e mediação das exposições virtuais pelo Núcleo Educativo, nas redes sociais. Além disso, o Mauc desenvolve publicações de conteúdos culturais nas colunas Fica a Dica e Sessão Pipoca, com dicas culturais e informações sobre equipamentos culturais.

A **Casa de José de Alencar (CJA)** é um patrimônio histórico-cultural do Estado tombado em 1964, gerido pela UFC. A Casa apresenta uma série de ações e realizações de projetos com resultados alinhados à presença da universi-

dade no roteiro cultural da cidade de Fortaleza, contribuindo para a valorização da história, do turismo e da cultura cearense.

Atualmente, são realizados na CJA quatro projetos de extensão socioculturais que atendem, principalmente, à comunidade do seu entorno, são eles: Projeto Jacques Klein, Projeto Bushi-No-Te de Karatê, Projeto Educação Ambiental no Meliponário Iracema e o Projeto de Extensão Escoteiros da CJA. Além dos projetos de extensão, é realizado também o Projeto de Cultura e Arte Educação Patrimonial na CJA, vinculado ao PPCA. A Casa José de Alencar tem um espaço com ampla área verde e espaço para eventos que recebe encontros científicos, seminários, cursos, oficinas, lançamentos literários, reuniões de planejamento, piqueniques, eventos culturais e sociais.

Reconhecida também como um destacado espaço turístico de Fortaleza, a Casa de José de Alencar é um exemplo de como a produção cultural da UFC pode contribuir com o desenvolvimento econômico e social local, por meio do fomento ao turismo cultural e a ações socioculturais voltadas para comunidades mais carentes.

O **Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno (Tupa)**, equipamento cultural da UFC, inaugurado em 26 de junho de 1965, é composto por um teatro de bolso com palco italiano e capacidade para abrigar aproximadamente 100 espectadores, além de três salas de ensaio: Sala Gracinha Soares, Sala Humberto Cavalcante e Sala Tereza Bittencourt.

O Teatro Universitário tem como missão promover a difusão das produções artísticas e cênicas desenvolvidas no âmbito da UFC, de modo a acolher os coletivos (de alunos, de egressos, de projetos de pesquisa e extensão) em seus

processos criativos, no intuito de fortalecer a cena artístico-cultural cearense, estimulando a reflexão crítica, a criatividade e a produção de pensamento.

Além de sediar, em seus espaços, ensaios de coletivos artísticos do corpo discente da UFC (de teatro, dança, música e cinema), o Tupa promove mostras e temporadas de espetáculos cênicos e musicais produzidos em disciplinas práticas do Instituto de Cultura e Arte (ICA/UFC) e em projetos de extensão artístico-culturais, bem como de espetáculos externos. Entre os principais projetos do Tupa destaca-se o Palco de Giz, vinculado ao PPCA e à PREX/UFC. O projeto atua na aproximação entre estudantes de escolas públicas e a programação do teatro por meio da mediação teatral.

A **Casa Amarela Eusélio Oliveira (CAEO)** foi inaugurada em junho de 1971 e atualmente está localizada no Campus Benfica. As ações da CAEO são realizadas nas áreas de cinema e animação, com enfoque na formação, realização e exibição. O equipamento cultural tem em sua estrutura salas de aula, uma ilha de edição, o Núcleo de Cinema de Animação (NUCA) e o Cine Benjamin Abrahão, que atualmente encontra-se em reforma.

Nesse período de pandemia e isolamento social, a CAEO disponibiliza, nas suas mídias digitais, a divulgação de filmes e fotografias de ex-alunos e professores que fazem e fizeram parte da história dessa casa. São os projetos: #CinemaEmCasa e #FotografiaEmCasa. No campo da difusão, a CAEO apoia o Cine Ceará – Festival Ibero-Americano de Cinema, que em 2020 chegou à 30ª edição e foi realizado de 5 a 11 de dezembro.

Ao longo da trajetória da CAEO já passaram grandes nomes do cinema cearense, da fotografia e do cinema de animação. O trabalho desenvolvido pela Casa Amarela Eusélio Oliveira, muito além da formação, tem fundamental im-

portância para a consolidação do Ceará como principal polo do audiovisual da região Nordeste.

PRINCIPAIS AÇÕES DA SECULT-ARTE/UFC

Desde 2013, a Secult-Arte/UFC coordena o Programa de Promoção da Cultura Artística da UFC (PPCA), que tem como objetivo principal oferecer aos estudantes, servidores docentes e técnicos administrativos da UFC, condições para produção, realização e fruição de bens artístico-culturais. O PPCA é um dos principais programas de incentivo da UFC nas áreas da cultura e da arte e desde 2014 contribui com a formação artística no âmbito da instituição.

São concedidas anualmente 100 bolsas remuneradas para estudantes da graduação atuarem em projetos artístico-culturais coordenados por servidores ativos da UFC. O programa já beneficiou centenas de alunos bolsistas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e alcance de diversos projetos artístico-culturais que, a partir do seu viés extensionista, atende indiretamente a um número significativo de pessoas nas mais diversas atividades realizadas pelos projetos.

Além do PPCA, a Secretaria realiza os projetos culturais: **Circuito UFC Arte, Nosso Palco, Laboratório de Arte e Expressão (LAE), Concurso Literário da Semana do Servidor** e a **Rádio Secult-Arte/UFC**. O Circuito UFC Arte tem como objetivo promover a circulação dos projetos culturais realizados na UFC como forma de estimular a produção artística tanto no ambiente acadêmico como na comunidade externa. O projeto se desdobra em ações nos campi de Fortaleza e também nos campi do interior com o **Circuito UFC Arte**

no Interior. Como forma de ampliar suas ações extensionistas para o público de estudantes das escolas da rede pública de ensino é realizado também o **Circuito UFC Arte nas Escolas.**

Em 2020, foi lançado o **Circuito UFC Arte Online** com o objetivo de reunir projetos, iniciativas culturais e artistas da cena artístico-cultural do estado do Ceará para o compartilhamento de ideias, arte e cultura através do ambiente online. Idealizado e iniciado em meio ao período de isolamento social, o Circuito UFC Arte Online é realizado por meio de atividades nas mídias digitais da Secult-Arte/UFC, integrando ações de formação e realização artística. Foram realizadas 34 lives em 9 edições do Circuito UFC Arte Online no período de março a julho de 2020, com um alcance de público que ultrapassou o total de 12.306 pessoas, considerando o número de visualizações das transmissões ao vivo e das atividades de formação.

A Secult-Arte/UFC lançou o projeto **Rádio Secult-Arte/UFC** em março de 2020, com a proposta de compartilhar, através de plataformas digitais, seleções de músicas escolhidas por músicos e djs que participam de forma colaborativa do projeto. A curadoria do projeto é feita pelo servidor Abraão Andrade, técnico em assuntos educacionais do Labomar, que também atua no cenário musical como Dj Nuvem.

Idealizada e iniciada no período de isolamento social causado pela pandemia da Covid-19, a iniciativa reúne playlists diversificadas com músicas de inúmeros ritmos e estilos. Além de seleções com músicas de artistas já conhecidos, a Rádio Secult-Arte/UFC apresenta grupos e artistas independentes que estão em um circuito alternativo, destacando também o trabalho de cantores e compositores cearenses.

Outro projeto prioritário realizado pela Secretaria é o **Concurso Literário da Semana do Servidor UFC**. A primeira edição foi realizada no ano de 2020 em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep/UFC) e a Imprensa Universitária da UFC. A iniciativa idealizada pela Secult-Arte/UFC integrou a programação comemorativa da Semana do Servidor, que ocorreu de 26 a 30 de outubro de 2020, em formato virtual.

Na ocasião, foi lançada a publicação da Coletânea Travessia - Contos e Crônicas, resultado do concurso. A coletânea reuniu 10 textos literários de temática livre que foram escolhidos por uma comissão julgadora. O concurso literário contemplou a participação de servidores docentes e técnicos administrativos (ativos e aposentados) da Universidade Federal do Ceará, com uma grande adesão dos servidores. A iniciativa foi inserida no calendário anual da programação da Semana do Servidor, realizada pela Progep/UFC e neste ano de 2021 terá sua segunda edição.

A Secult-Arte/UFC lançou, em 2021, dois projetos com o objetivo de dar visibilidade à produção de artistas e dos projetos culturais realizados pela comunidade acadêmica: o **Nosso Palco** e o **Laboratório de Arte e Expressão (LAE)**. O **Nosso Palco** é uma mostra virtual aberta à participação de alunos e ex-alunos da graduação e pós-graduação e também para os servidores e servidoras da instituição. A iniciativa contribui para o fomento da arte e cultura na universidade com enfoque na formação de plateia. A programação ocorre nas mídias sociais da Secretaria, nos perfis do Instagram e YouTube.

O **Laboratório de Arte e Expressão** é um projeto que tem foco na formação artística e criativa da comunidade em geral através da oferta de cursos livres e oficinas em áreas diversas. Na programação de 2021 já estão confirmadas atividades nas áreas de artes visuais, literatura e artes integradas.

Com a proposta de partilhar conteúdos culturais e manter sua presença nas mídias digitais, a Secult-Arte/UFC publica editoriais nos perfis do Instagram e Facebook. **Os editoriais** são espaços de divulgação de conteúdos culturais desenvolvidos com o objetivo de dar visibilidade aos projetos, ações e equipamentos culturais da UFC e também do Estado.

A divulgação dos conteúdos é feita nos seguintes editoriais: Arte na Universidade, voltado às atividades e projetos artísticos da universidade; Em Cantos, que destaca espaços culturais do Estado; Persona Em Foco, no qual são feitas homenagens às personalidades cearenses; De Olho na Indicação e De Olho na Programação, voltados à indicações de programação culturais. Com a divulgação desses conteúdos nas áreas da cultura e da arte, a Secult-Arte/UFC contribui para a difusão cultural de projetos, ações, artistas e espaços culturais do Estado.

A Secretaria realiza anualmente o **Encontro de Cultura Artística**, na programação dos Encontros Universitários, maior evento de divulgação científica do Estado que reúne as diversas unidades e órgãos da Universidade Federal do Ceará. O Encontro de Cultura Artística tem como principal objetivo o fortalecimento e a difusão das atividades artístico-culturais desenvolvidas pelos projetos cadastrados no PPCA da Secult-Arte/UFC. Os bolsistas participam do encontro apresentando resultados de suas produções e os coordenadores atuam na orientação e avaliação dos trabalhos. O Encontro reúne trabalhos acadêmicos nas modalidades de pôsteres e apresentação oral e também apresentações artísticas, compondo uma diversificada mostra das produções realizadas durante o ano letivo.

No que concerne às ações estratégicas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC (PDI) 2018-2022, a Secult-Arte/UFC é responsável pelo eixo Cultura Artística e atualmente trabalha no desenvolvimento das metas prioritá-

rias para 2021. A Secretaria de Cultura Artística completará 10 anos de atuação em 2022 com perspectivas desafiadoras para o segmento artístico-cultural da universidade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da proposta institucional para uma política cultural e artística integrada para a UFC, uma das prioridades da gestão atual.

Acreditando sempre na potência da arte e da cultura e na sua importância para o desenvolvimento humano, a Secult-Arte/UFC segue com seu compromisso de atuar para o avanço da promoção da cultura artística na universidade, contribuindo para a democratização do acesso aos bens culturais para a sociedade.



Imagem 1 - Projeto Verso de Boca:
circuito UFC Arte no Interior (Sobral-Ce)
Fonte: Foto de Gilherbson Almeida.



Imagem 2 - Circuito UFC Arte Quixadá
Fonte: Foto de Alessa Oliveira.



Imagem 3 - Projeto Oré Anacã
Fonte: Foto de Cláudio Etges.



Imagem 4 - Bolsa Arte Moda
Fonte: Foto de Dayana Oliveira.



Imagem 5 - Projeto Afrotons
Fonte: Foto de Dayana Oliveira.



Imagem 6 - Balé da UFC
Fonte: Foto de Rômulo Santos.



Imagem 7 - Projeto Casa Caiada
Fonte: Foto de Rômulo Santos.



Imagem 8 - Projeto Casa Caiada
Fonte: Foto de Rômulo Santos.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (CPAD-UFC)

*Virginia Bentes Pinto¹
Felipe Teixeira Lourenço Garrido²*

Endereço físico: Rua Paulino Nogueira, 315 – Bloco II – Térreo – CEP 60020-270 – Benfica – Fortaleza – CE.

Endereço virtual: <https://cpad.ufc.br/pt/quem-somos>
E-mail: cpad@ufc.br

INTRODUÇÃO

Agradeço à colega Graciele Karine Siqueira, diretora do Museu de Arte da UFC (Mauc), pelo convite para a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal do Ceará (CPAD-UFC) participar das atividades da 19ª Semana Nacional de Museus nesta universidade.

¹ Professora Titular do Departamento de Ciências da Informação. Bacharela em Biblioteconomia (UFC), mestre em Ciência da Informação (UFMG) e Doutora em Ciência da Informação e da Comunicação- Université Stendhal - Grenoble 3-França.

² Mestre em Memória Social (UNIRIO). Ex-vice-presidente da CPAD-UFC.

Discutir a atuação da CPAD-UFC, necessariamente, nos chama a trazer algumas palavras sobre arquivos em uma mirada “pós-custodial”, de harmonização dialogal, científica e de atuação profissional entre as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação. Esta última, entendida como uma espécie de guarda-chuva que agrega as outras três disciplinas, porém, cada uma dessas áreas mantendo sua disciplinaridade.

A nossa compreensão é de que arquivos, museus e bibliotecas, todos eles são, por natureza, espaços de informação, memória, história, patrimônio e educação. Particularmente, no que concerne a arquivo, houve mudanças em suas concepções conceituais ao longo da história e, na contemporaneidade da segunda metade do século XX e desses vinte anos do século XXI, passa a ser apreendido na perspectiva pós-custodial, interdisciplinar e colaborativa. Os arquivos deixam de ser considerados depósitos de documentos e passam a ser concebidos como espaços de produção, de otimização, de inovação, de gestão, de difusão e de preservação de informações.

E, do mesmo modo como outras organizações, adentra na cultura das Tecnologias Digitais de Informação e de Comunicação (TDIC's) tanto para a produção de documentos arquivísticos que agora se estrutura também em formatos digitais, como também, em uma perspectiva de preservação e difusão em repositórios digitais, mídias sociais entre outras novidades. É nesse novo modelo arquivístico que nasce e se ratifica a importância da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UFC pois, em um contexto de transformação digital, evidencia-se que a informação arquivística produzida nesse ambiente é incapaz de sobreviver inercialmente. Isso significa que a informação arquivística registrada em um pergaminho, por exemplo, detêm a possibilidade de se pre-

servar sem nenhum tipo de ação humana, apenas com a atuação do acaso. Contrariamente, as informações registradas em suportes digitais, tais como CD ou DVD já têm dificuldades, em alguns casos, intransponíveis, de serem acessadas. Portanto, o registro em suporte digital somente será preservado por meio da ação direta, de planejamento e de gestão, sendo a CPAD um elemento primordial nessa concepção de gestão planejada e intencional.

A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

No contexto brasileiro, a política nacional de arquivos públicos e privados está instituída pela Lei 8.159/1991, que foi regulamentada pelo Decreto 4.073/2002. Com a publicação do Decreto 10.148/2019, grande parte de seu texto, sobretudo referente às Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD), foi revogado. O capítulo II, que trata da instituição e competências dessas comissões no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal assevera que a CPAD tem “[...] objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente e das normas do Siga.” A referida comissão terá, entre suas competências, a responsabilidade na orientação das unidades administrativas do seu órgão ou entidade com relação a “analisar, avaliar e selecionar o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela administração pública federal, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos documentos destituídos de valor”. (BRASIL, 2019, p.2).

Antenada ao ordenamento jurídico e suas atualizações, a Universidade Federal do Ceará (UFC), embora não tenha ainda institucionalizado a criação de um arquivo central que seja capaz de atender as demandas arquivísticas de toda a universidade, e muito menos um Sistema de Arquivos (SIARQ)³, instituiu a CPAD por meio da Resolução Ad Referendum N° 46/ CONSUNI, de 10 de novembro de 2014, alterada pela Resolução N° 57/CONSUNI, de 30 de outubro de 2017. A CPAD é vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. A Resolução supramencionada estabelece em seu Art.1º como competência da CPAD, as seguintes atribuições:

I- elaborar os instrumentos de gestão arquivística por meio da institucionalização do Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade de Documentos e Instrumentos de Pesquisa.

II- analisar, orientar e proceder ao processo de avaliação, dos prazos de guarda e destinação dos documentos produzidos e recebidos no âmbito da instituição, observando sua identificação para a guarda permanente ou para a eliminação dos destituídos de valor.

III - acompanhar o procedimento de funcionamento do fluxo dos processos no sistema informatizado da Universidade Federal do Ceará.

³ Um Sistema de Arquivo é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com objetivo de promover ações estratégicas que atuem diretamente nas práticas documentais da instituição em todo o seu ciclo de vida. Visando a recuperação, organização, preservação e difusão da informação de maneira ágil, integrada e econômica subsidiando de forma eficaz e eficiente a gestão documental. Além de elaborar, executar e demandar políticas arquivísticas do órgão.

IV - propor a elaboração e o estabelecimento de normas sobre o controle da produção, tratamento, acesso, transferência, recolhimento, armazenamento, preservação e eliminação de documentos de arquivo no âmbito da instituição.

V - orientar e supervisionar a aplicação das Tabelas de Classificação e de Temporalidade e a Destinação de Documentos relativos às atividades-meio e às atividades-fim da Universidade Federal do Ceará. (UFC, 2017, p.1-2)

Em relação a esse artigo e seus incisos, demonstraremos a partir de agora alguns exemplos da atuação da CPAD ao longo desses anos. Assim, no que concerne à elaboração dos instrumentos de gestão arquivística, a CPAD elaborou e publicou em 07/12/2020 a “Cartilha de Gestão de Documentos Arquivísticos na UFC”, em uma linguagem simples, de modo a favorecer melhor entendimento sobre a gestão da documentação arquivística nas unidades da UFC (Imagem 1). Tendo em vista a ausência de uma gestão arquivística sistêmica e de uma cultura institucional de boas práticas arquivísticas, a cartilha assume papel importante na tentativa de difundir dentro da UFC as melhores práticas, contribuindo para otimização das atividades arquivísticas em todas as pontas do processo.



Imagem 1 - Lançamento da “Cartilha de Gestão de Documentos Arquivísticos na UFC”

Fonte: <https://www.flickr.com/gp/ufc-informa/371Kq4>

Foto: Ribamar Neto.

Seguindo as alíneas II e V, da referida resolução, que orientam sobre a avaliação e os prazos de guarda e destinação dos documentos produzidos e recebidos pela UFC e a aplicação das tabelas de classificação e temporalidade, a CPAD tem instruído as unidades em relação à elaboração das listagens de eliminação dos documentos que já tenham cumprido seu prazo de guarda de acordo com os instrumentos arquivísticos, portanto, destituídos de valor legal, administrativo, histórico e cultural. Essa primeira eliminação formal de documentos da UFC pode ser considerada um marco na história arquivística da instituição e foi efetuada com documentos que estavam sob a guarda da Divisão de Arquivo da Pró-Reitoria de Administração e Patrimônio (DIARQ-PROPLAD). Com ela vieram outras, totalizando o descarte de 59 metros lineares, o que, se juntando

aos documentos não arquivísticos que eram acumulados desnecessariamente e que também foram descartados, perfazem algo em torno de duas toneladas de documentos. A imagem 2 evidencia o ato de eliminação de documentos, de acordo com as Resoluções 40/2014 e 44/2020 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).



Imagem 2 - Eliminação de documentos destituídos de validade legal
Fonte: Fotografia de Felipe Lourenço.

Na busca de continuar a orientar os processos de avaliação arquivística, o uso dos instrumentos arquivísticos e as melhores práticas de organização e preservação de acervos, a CPAD-UFC, em parceria com a Divisão de Formação Profissional (DIFOP) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), ofereceu cursos de gestão de documentos públicos na capital e nos campi do interior.

Outra parceria estabelecida com esse intuito foi o projeto de diagnósticos arquivísticos desenvolvido em conjunto com a DIARQ/PROPLAD. Esse projeto ofereceu o serviço de diagnóstico arquivístico para algumas unidades administrativas e acadêmicas da UFC, a saber: Divisão de Arquivos da PROPLAD, Departamentos de Ciências Sociais, Ciências da Informação, Estudos Interdisciplinares e Superintendência de Tecnologia da Informação.

Por meio do diagnóstico arquivístico é possível interpretar que ações foram desenvolvidas com relação aos métodos de organização e preservação do acervo utilizado. Existem estratégias normativas para uso e difusão do acervo, além de fornecer os dados necessários para a elaboração de uma proposta de intervenção que objetive melhorias qualitativas, preenchimentos de lacunas e acertos em pontos críticos (CORNELSEN; NELLI, 2006). Ressalta-se que esta atividade se alinha à proposição mais ampla de mapear a situação dos acervos arquivísticos da UFC para que, a partir de então, os métodos e técnicas adequados sejam implantados em cada espaço do arquivo a ser avaliado. Deste modo, o diagnóstico arquivístico favorece o mapeamento dos conjuntos documentais custodiados pela universidade, possibilitando subsídios necessários para o planejamento de ações que constituam um programa de gestão de documentos que congregue a totalidade da instituição.

Referente à alínea III da Resolução, a CPAD foi órgão atuante na implantação, e continua sendo no acompanhamento, do Sistema Eletrônico de Informa-

ções (SEI) na UFC. Nesse sentido a comissão empreendeu esforços nas diversas fases da implantação e acompanhamento, tais como: customização do sistema (inserção dos códigos de classificação arquivística no sistema e das tabelas de temporalidade; levantamento e inserção dos tipos de processos; vinculação dos tipos de processo com os códigos de classificação; levantamento dos documentos a serem inseridos no sistema; inserção dos modelos de documentos no sistema), normatização do sistema (elaboração das normativas e manuais que iriam regulamentar e auxiliar na utilização do sistema), capacitação dos usuários (oferecimentos de cursos ministrados pelos próprios servidores da instituição) e a criação de um *helpdesk* que serviu como suporte para a comunidade acadêmica.

Referente à alínea IV “propor a elaboração e o estabelecimento de normas sobre o controle da produção, tratamento, acesso, transferência, recolhimento, armazenamento, preservação e eliminação de documentos de arquivo no âmbito da instituição”, a CPAD-UFC compreendeu que antes de propor normas que formassem um ordenamento de políticas arquivísticas na instituição seria mais importante propor um Sistema de Arquivos (SIARQ/UFC) e o Arquivo Geral que funcionaria como órgão central deste sistema. Compreende-se que a existência dessa estrutura organizacional seria o primeiro passo para a elaboração de políticas que contemplem toda a realidade arquivística da UFC. Nesse sentido, a CPAD/UFC encaminhou à reitoria, no mês de dezembro de 2020, uma proposta de criação do Sistema de Arquivos da UFC.

Ademais as competências instituídas no Art.1º da Resolução 57/CONSU-NI, de 30 de outubro de 2017, a CPAD também tem atuado de forma contun-dente com relação à sensibilização da comunidade universitária e do estado do Ceará, por meio da promoção de eventos de uma maneira geral, com a oferta

de cursos ministrados pelos arquivistas e outros profissionais que compõem a comissão. Desse modo, e integrando as Semanas Nacionais de Arquivo, seguindo as orientações do Conselho Nacional de Arquivos e do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), a CPAD, em parceria com o Museu de Arte da UFC (Mauc), Memorial e Arquivo Público do estado do Ceará já realizou quatro edições dessas semanas, instituindo a tradição de inserção desse evento no calendário da UFC. Tais ações contaram com a participação de profissionais, professores e pesquisadores locais, de outros estados e outros países. A imagem 3 é uma evidência que elucida alguns participantes do evento.



Imagem 3 - Excerto da I Semana Nacional de Arquivos da UFC
Fonte: Memorial da UFC.

Ilustramos a imagem 4, em homenagem ao professor Gilmar de Carvalho, que fez o encerramento da I Semana Nacional de Arquivos da UFC, ocorrida em 2018, com a conferência intitulada “A xilografia de extração popular na coleção do Museu de Arte da UFC”. Professor Gilmar, seus ensinamentos ficarão para sempre em nossas memórias!



Imagem 4 - Encerramento da I Semana Nacional de Arquivos da UFC

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ufc-informa/42688636962/>

Foto: Arlindo Barreto.

Em continuidade, seguiu-se a II Semana, organizada com as mesmas parcerias, que trouxeram temáticas de interesse aos arquivos, memórias e museus. Vejam-se a imagem 5.



**Imagem 5 - Encerramento da
II Semana Nacional de Arquivos da UFC**
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ufc-informa/48007363826/in/photostream/>
Foto: Viktor Braga.

A III Semana Nacional de Arquivos da UFC ocorreu em formato remoto, seguindo os protocolos em razão da pandemia de Covid-19. Além do Memorial e do Mauc, estabeleceu-se parcerias com o Grupo de Pesquisa sobre Representação da Informação, certificado pela UFC e registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (GPRI-UFC-CNPq), com a Associação dos Arquivistas do estado do Ceará, com o Instituto CAJUDATA, HEMOCE e a Casa Vovó Dedé, capilarizando a produção de conhecimento e o debate inerentes a esses eventos para além dos muros acadêmicos e atingindo a sociedade civil cumprindo, assim, a vocação social de uma universidade pública. Ilustramos na imagem 6 a III Semana Nacional de Arquivo.



Imagem 6 - Excerto da Programação da III Semana Nacional de Arquivos da UFC
Fonte: <https://www.facebook.com/IV-Semana-Nacional-de-Arquivos-da-Universidade-Federal-do-Cear%C3%A1-107765004306496/photos>.

Desde a sua implantação, a CPAD tem a presidência de **Virginia Bentes Pinto**, professora titular do Departamento de Ciências da Informação, (Bacharel em Biblioteconomia - UFC, Mestre em Ciência da Informação - UFMG e Doutora em Ciência da Informação e da Comunicação - Université Stendhal - Grenoble 3 - França). Teve como vice-presidente Adênia Maria Augusto Guimarães, Coordenadora de Administração e Patrimônio (2014-2019) e Felipe Teixeira Lourenço Garrido, Diretor da Divisão de Arquivo (2019 -2020). Além de sua presidência, a CPAD-UFC tem, atualmente, a seguinte composição:

Amarildo Maia Rolim (Bacharel em Sistemas de Informação - UNI7, mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC-UFC) e especialista em Gestão da Segurança da Informação - UNB).

Ana Isabel Ferreira Wanderley (Bacharel em Arquivologia - UEPB e mestra em Ciência da Informação – UFC).

Anna Carollyna de Bulhões Moreira Silva (Bacharel em Arquivologia - UEPB, mestra em Ciência da Informação - UFPB e especialista em Gestão Pública - UFPB).

Auricélia França de Souza Reis (Bacharel em Biblioteconomia - UFC e especialista em Tecnologias Aplicadas ao Tratamento, Recuperação e Gestão da Informação).

Breno Gomes Fernandes (Bacharel em Ciência da Computação e especialista em Arquitetura e Design de Sistemas para Internet).

Dayana Ribeiro Rodrigues (Bacharel em Arquivologia - UEPB e mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior - UFC).

Karla Cristine Rodrigues (Bacharel em História - UFC e mestra em História Social - UFC).

Kathleen da Silva Bastos (Bacharela em Arquivologia - UEPB e especialista em Gestão Pública pela Faculdade Internacional SIGNORELLI).

Mônica Maria Mesquita Gonçalves (Bacharela em Arquivologia - UFF, mestra em Ciência da Informação - UFC e especialista em Gestão Estratégica de Administração de Arquivos pela Faculdade de Tecnologia do Nordeste).

Regina Célia de Camargo Campos (Bacharela em Arquivologia, mestra em Políticas Públicas da Educação Superior e especialista em Gestão Pública e Arquivista).

Rosa Maria Nogueira Rocha (Bacharela em Arquivologia - UEPB).

REFLEXÕES FINAIS

Nas reflexões empreendidas neste texto trouxemos algumas palavras sobre a atuação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos na UFC evidenciando tanto as ações administrativas como os eventos realizados, de modo a possibilitar um despertar da comunidade acadêmica da UFC, do estado do Ceará e fora dele (inclusive com eventos remotos) sobre o papel dessa comissão e sua importância em relação à gestão arquivística junto às organizações.

Sabemos que o trabalho da CPAD-UFC se configura em tarefa árdua, que empreende esforços contínuos e permanentes; contudo, temos consciência de nossa responsabilidade como profissionais da informação e com o conhecimento técnico devido, a ética indispensável e o ânimo compartilhado, seguimos em frente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 10.048 de 02 de Dezembro de 2009. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal. Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 dez. 2019.

BRASIL. Decreto 4.073, de 03 de Janeiro de 2002. Regulamenta a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 jan. 2002.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1991.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 dez. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 44, de 14 de fevereiro de 2020. Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º e respectivos anexos 1, 2 e 3 da Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 fev. 2020.

CORNELSEN, Julce M.; NELLI, Victor J. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 70-84, ago./dez. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho Universitário. **Resolução Ad Referendum N° 46/ CONSUNI, de 10 de novembro de 2014.** Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD-UFC). Fortaleza: Conselho Universitário, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução N° 57/CONSUNI, de 30 de outubro de 2017.** Altera a Resolução no 2/CONSUNI, de 9 de março de 2015, que homologou a Resolução Ad Referendum n° 46/CONSUNI, de 10 de novembro de 2014, que instituiu a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: Conselho Universitário, 2017.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Felipe Ferreira da Silva¹
Izabel Lima dos Santos²
Juliana Soares Lima³
Kalline Yasmin Soares Feitosa⁴

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC), localizado no Campus do Pici, Rua José Aurélio Câmara, s/n, bloco 308 (2º andar), no município de Fortaleza (CE), tem em suas origens a criação da Biblioteca Universitária (BU) em 1955, sendo definitivamente instalada em 1958 a Biblioteca Central. A Biblioteca Universitária constitui-se como um órgão suplementar e tem como missão organizar, preservar e disseminar a informação para a produ-

¹ Diretor do Sistema de Bibliotecas Universitárias da UFC. Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri, especialista em WebDesign pela Faculdade de Juazeiro do Norte e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará.

² Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri. Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Bibliotecária no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.

³ Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Bibliotecária no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.

⁴ Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela AVM Faculdade Integrada. Especialista em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira- UNILAB. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual do Piauí.

ção do conhecimento, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da UFC, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da instituição e da sociedade.

Sua estrutura administrativa é composta por dezenove bibliotecas, distribuídas entre os *campi* de Fortaleza e do Interior:

- 1) Biblioteca das Casas de Cultura Estrangeira (BCCE);
- 2) Biblioteca Central do Campus do Pici Prof. Francisco José de Abreu Matos (BCCP);
- 3) Biblioteca de Ciências da Saúde Professor Jurandir Marães Picanço (BCS);
- 4) Biblioteca de Ciências Humanas (BCH);
- 5) Biblioteca do Curso de Arquitetura (BCA);
- 6) Biblioteca do Curso de Física Prof. Josué Mendes Filho (BCF);
- 7) Biblioteca do Curso de Matemática (BCM);
- 8) Biblioteca da Faculdade de Direito (BFD);
- 9) Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (BFEAAC);
- 10) Biblioteca do Instituto de Ciências do Mar Dr. Rui Simões de Menezes (BICM);
- 11) Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Professor Ari de Sá Cavalcante (BPGEC);
- 12) Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Agrícola (BPGEA);
- 13) Biblioteca de Pós-Graduação em Engenharia Prof. Expedito José de Sá Parente (BPGE);
- 14) Biblioteca do Museu de Arte Floriano Teixeira (BMAUC);

- 15) Biblioteca de Medicina de Sobral (BMS);
- 16) Biblioteca do Campus de Sobral (BCSO);
- 17) Biblioteca do Campus de Quixadá (BCQ);
- 18) Biblioteca do Campus de Crateús (BCCR);
- 19) Biblioteca do Campus de Russas (BCR).

Além disso, a direção do Sistema de Bibliotecas da UFC conta com o apoio das seguintes divisões e seções: Diretoria, Divisão de Apoio Administrativo, Divisão de Coordenação de Bibliotecas; Seção de Planejamento Bibliotecário; Divisão de Acervo e Representação da Informação; Seção de Aquisição e Intercâmbio; Seção de Representação Descritiva e Temática da Informação; Divisão de Preservação do Acervo; Seção de Coleções Especiais; Seção de Conservação e Restauração do Acervo; Divisão de Tecnologia da Informação.

O Sistema de Bibliotecas da UFC possui diversos canais de comunicação com o público por meio de e-mail, WhatsApp (+ 55 (85) 3366-9507), telefone (+55 (85) 3366-9507 / +55 (85) 3366-9508/ +55 (85) 3366-9513), Redes Sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Flickr) e site institucional.

Para obter maiores informações acerca dos canais de comunicação e contatos de cada uma das bibliotecas do sistema, além dos principais cargos e seus ocupantes, endereços, telefones e horário de atendimento, acesse o site.

BREVE HISTÓRICO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A história da Biblioteca se confunde com a da própria UFC, pois, desde a sua criação a universidade conta com bibliotecas atuando enquanto ambientes de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Na verdade, as faculdades cuja união deram origem a UFC, já traziam em seu bojo acervos bibliográficos significativos. Exemplos disso são a Biblioteca da Faculdade de Direito, cuja criação remonta ao ano de 1903, e a então denominada Biblioteca do Curso de Ciências Econômicas, fundada em 1940.

Acerca das origens do que hoje denominamos Biblioteca Universitária, a bibliotecária Cleide Ancilon de Alencar Pereira nos fala da Biblioteca Central que correspondeu a primeira tentativa de estruturar administrativamente as bibliotecas da UFC. Acerca das origens desse órgão sabemos que foi:

[...] provisoriamente instalada no prédio dos Institutos Básicos, bloco de Física, criada em 1955, com a criação da própria Universidade, mas organizada em 1958, tendo como Diretora a bibliotecária Maria Conceição Sousa [...] com um acervo de 3 662 livros e 405 títulos de periódicos. Destina-se a todo o pessoal da Universidade (professôres, alunos e funcionários) para empréstimo local e domiciliar, e ao público em geral para consulta local. (PEREIRA, 1966, p. 93).

A Biblioteca Central foi, definitivamente, instalada em 1958 e tinha a pretensão de concentrar

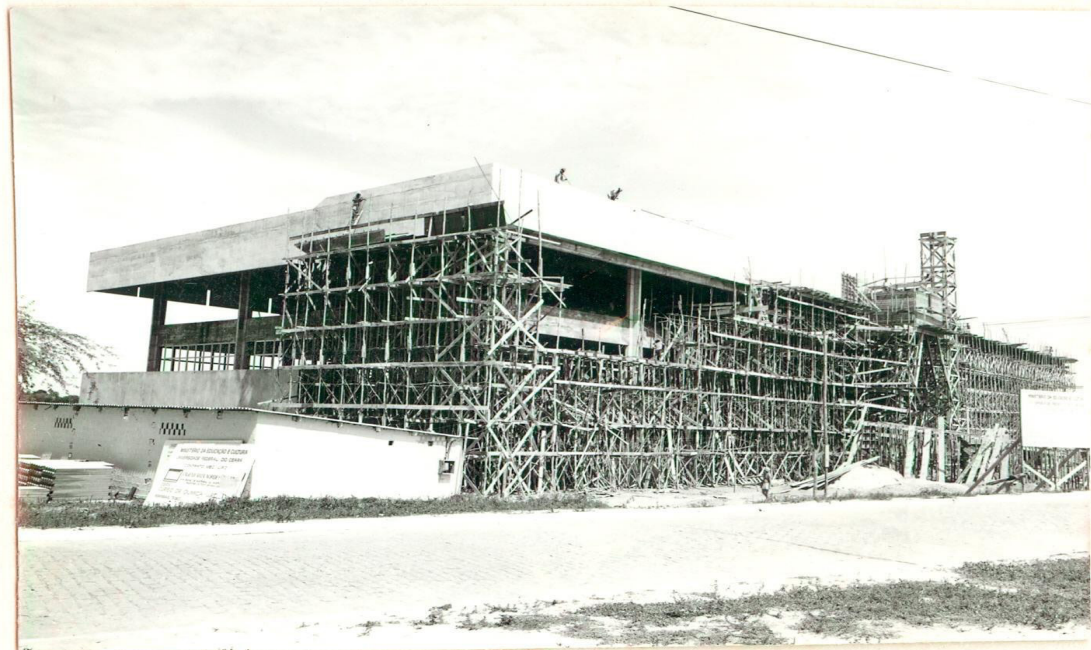
[...] todos os serviços técnico-biblioteconômicos das unidades universitárias, fácil lhe será tornar-se igualmente um grande e útil setor de divulgação cultural. A Biblioteca iniciou os seus trabalhos pelo tombamento ou registro de livros, assim como pela respectiva classificação e catalogação. (UNIVERSIDADE DO CEARÁ, 1959 *apud* MARTINS; CAVALCANTE; GURGEL, 2004, p. 6).

Todavia, a proposta de centralizar as atividades da biblioteca em um único local nunca se concretizou e em 1966, além da Biblioteca Central, a UFC contava ainda com 18 bibliotecas devidamente implementadas e distribuídas entre as faculdades, centros e institutos da universidade. Juntas essas unidades possuíam um acervo de, aproximadamente, 67.314 livros e 2.645 títulos de periódicos. Para além delas, havia também os acervos dos centros de cultura que, apesar de já possuírem quantidade considerável de títulos e exemplares, ainda não haviam sido organizados e nem contavam com pessoal especializado atuando junto a eles (PEREIRA, 1966).

No final da década de 1960, mais precisamente em 1969, surgiu o Serviço de Bibliografia e Documentação (SBD) que incorporou a Biblioteca Central. O SBD realizava, dentre outras atividades, a coordenação do catálogo coletivo, a normalização de obras editadas pela universidade e a permuta de publicações com instituições de todo o mundo.

A implementação de políticas relacionadas à Reforma Universitária provocou mudanças na infraestrutura de bibliotecas. Em 1975, com o retorno da Biblioteca Central, foi retomada a discussão acerca da centralização de acervos em uma única unidade. Ao longo da segunda metade dessa década e início da década de 1980 foram reunidos os acervos de química, biologia, geociências, engenharia e ciências agrárias que deram origem a atualmente denominada Bi-

bliblioteca Central do *Campus* do Pici Prof. Francisco José de Abreu Matos. Nesse mesmo período também ocorreu a incorporação da Biblioteca de Farmácia pela atual Biblioteca de Ciências da Saúde Professor Jurandir Marães Picanço e da Biblioteca de Ciências Sociais pela Biblioteca de Ciências Humanas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [2015]).



**Imagem 1 - Biblioteca Central em
Construção (07/07/1975)**
Fonte: Memorial da UFC, arquivo digital
1554 (2021).

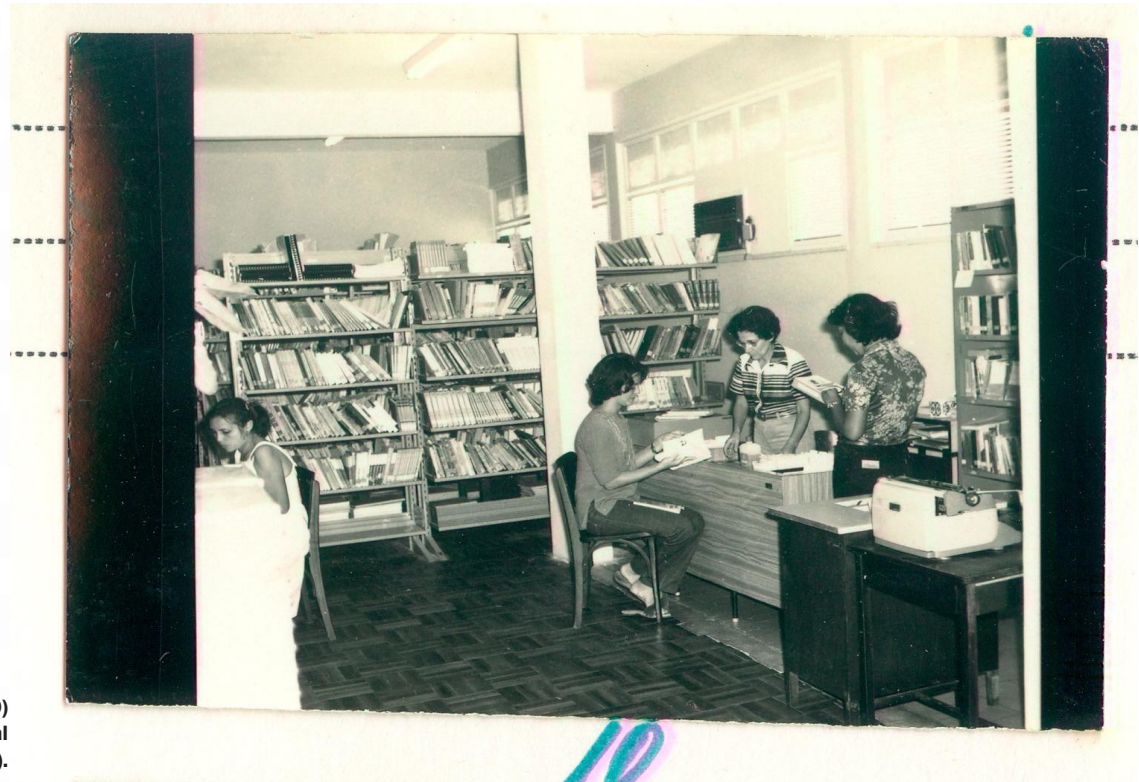


Imagem 2 - Biblioteca (09/09/1980)
Fonte: Memorial da UFC, arquivo digital
2424 (2021).

Na década de 1990 ocorreu na UFC a implementação do Sistema de Automação Universitária (SAU) que tinha por objetivo integrar todas as atividades acadêmicas e administrativas da instituição. Dentro desse sistema a Biblioteca Universitária foi contemplada com o Módulo 6 - Administração de Bibliotecas dando início, assim, ao processo de automação da gestão de seu acervo. O SAU foi utilizado por uma década, tendo sido substituído somente em 2003 com a adoção do software Pergamum.

Os anos 2000 trouxeram a expansão da Biblioteca Universitária para o interior do estado acompanhando, assim, a interiorização que a própria UFC vivenciava. Nesse período foram criadas a Biblioteca de Medicina de Sobral, a Biblioteca do *Campus* de Sobral, a Biblioteca do *Campus* de Crateús, a Biblioteca do *Campus* de Russas e a Biblioteca do *Campus* de Quixadá. Com a criação dessas unidades, a Biblioteca Universitária passou a coordenar as atividades de 19 bibliotecas.

COMPOSIÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Visando disponibilizar de forma eficiente acervos bibliográficos que atendam às necessidades informacionais dos usuários, o Sistema de Bibliotecas da UFC, atualmente, é composto por 180.737 títulos e 608.309 exemplares, divididos entre livros, dissertações, teses, monografias, folhetos, periódicos, mapas, DVDs, dentre outros materiais conforme detalhado no gráfico a seguir.

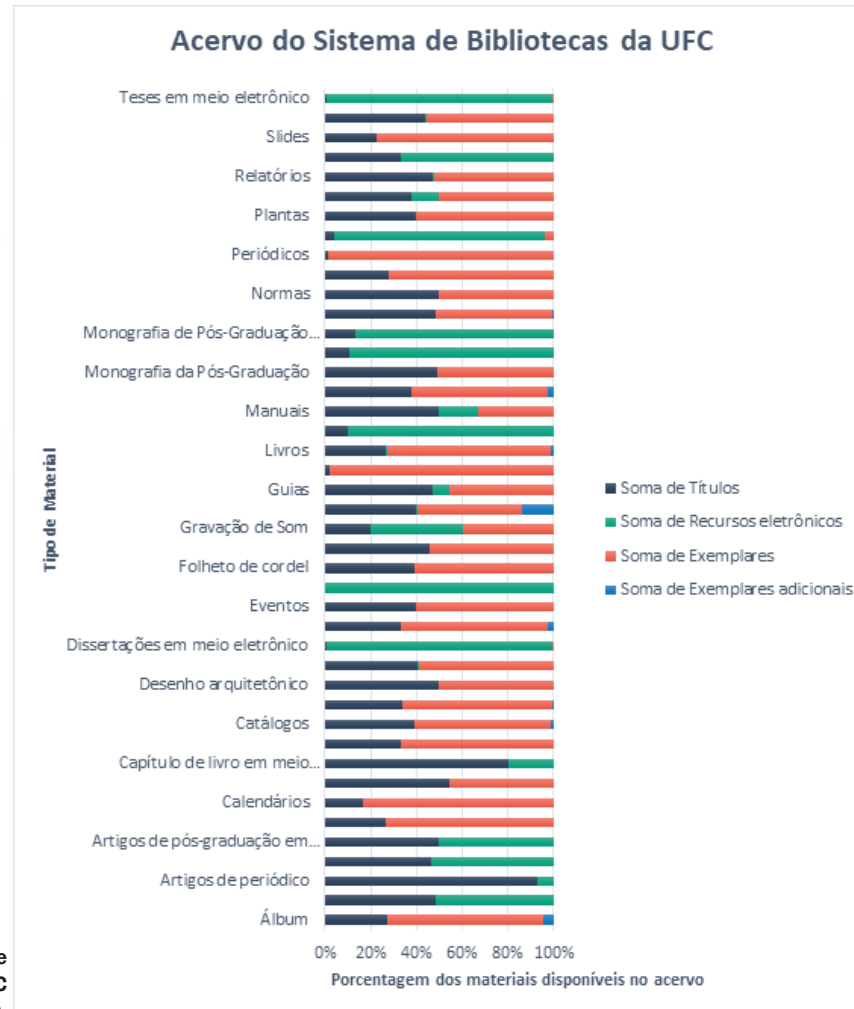


Gráfico 1 - Acervo do Sistema de Bibliotecas da UFC
 Fonte: Biblioteca Universitária (2021).

Por meio do seu Repositório Institucional, responsável por reunir e divulgar digitalmente a produção científica da comunidade universitária, são disponibilizados 53.945 documentos como: artigos de periódicos, livros, dissertações, teses, capítulos de livros, dentre outros.

Conta-se ainda com o acesso à Biblioteca Digital da Saraiva (Direito e Gestão), a qual possui um acervo de, aproximadamente, 1.753 obras para a área de direito e 641 obras para as áreas de administração, ciências contábeis, economia, finanças, dentre outras; Acesso a 8.500 livros eletrônicos disponibilizados via Editora Zahar, Atheneu e Springer; Acesso às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as quais são responsáveis por estabelecer os critérios de padronização das produções acadêmicas e científicas; e ainda acesso ao Portal de Periódicos da Capes e ao Portal Saúde Baseada em Evidências.

Ressalta-se também que o Sistema de Bibliotecas dispõe de coleções especiais, formada por: “livros, periódicos, folhetos oriundos de coleções particulares de personalidades de renome, doadas à biblioteca da UFC; por publicações editadas pela Imprensa Universitária, Edições UFC e Coleção Alagadiço Novo”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [2015]), além de também dispor de importantes obras raras, “dos séculos XVII, XVIII e XIX, distribuídos nas seguintes bibliotecas: Biblioteca de Ciências Humanas, Biblioteca da Faculdade de Direito, Biblioteca de Ciências da Saúde, Biblioteca do Curso de Arquitetura e Biblioteca Universitária”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [2015]).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As bibliotecas oferecem diversos serviços à comunidade externa e interna da UFC, tanto em formato presencial quanto em formato digital, tais como: empréstimo domiciliar, acesso à internet; normalização de trabalhos acadêmicos; orientação sobre o uso da biblioteca e do acervo; cursos e treinamentos; geração automática de ficha catalográfica; catálogo online; renovação online; reserva online; Pergamum Mobile; atendimento via e-mail; boletim informativo do Sistema de Bibliotecas da UFC (eletrônico); sugestão de aquisição de material bibliográfico; novas aquisições; Portal de Periódicos da CAPES; Portal de Saúde Baseada em Evidências; Repositório Institucional da UFC; livros digitais; digitalização e/ou conversão de materiais bibliográficos em formato acessível; orientação à pesquisa bibliográfica para usuários com deficiência visual; levantamento bibliográfico para pessoas com deficiência visual; BU Acessível: serviços para pessoas com deficiência; disponibilização no sítio da biblioteca universitária de vídeos em linguagem brasileira de sinais (LIBRAS); Projeto Livros Livres; atendimento via whatsapp; emissão da declaração de nada consta.

Devido ao período da pandemia de Covid-19, o Sistema de Bibliotecas da UFC estabeleceu vários protocolos de segurança e saúde, além disso, elaborou um Plano de retomada às atividades presenciais do Sistema de Bibliotecas da UFC e criou, ainda, os seguintes serviços: atendimento remoto via videoconferência (Google Meet ou Skype); cadastro online (CadOnline); agendamento de serviços (Agende): para agendamento de empréstimos, devoluções, reservas, acesso à internet etc.; pagamento de multa por meio de GRU.



Imagem 3 - Cadastro Online
Fonte: Site da BU (2020). (2020).

Além dos serviços oferecidos supramencionados, o Sistema de Bibliotecas mantém ainda ativo no site da BU um calendário de eventos disponível ao público para consulta sobre os cursos, eventos e treinamentos ofertados, de forma a viabilizar maior transparência das ações desenvolvidas nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Ana Lúcia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia; GURGEL, Nadsa Maria Cid. Revisitando os caminhos trilhados pela Biblioteca Universitária da UFC. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004, Natal. **Anais** [...] Natal: UFRN, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12448>. Acesso em: 06 maio 2021.

PEREIRA, Cleide Ancilon de Alencar. As bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. [**Boletim da Universidade Federal do Ceará**], Fortaleza, p. 92-96, mar./abr. 1966.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Acervo**. Fortaleza, [2015]. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-a-biblioteca-universitaria/acervo/>. Acesso em: 08 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Histórico**. Fortaleza, [2015]. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/sobre-a-biblioteca-universitaria/historico-do-sbu/>. Acesso em: 08 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Relatório de Gestão Biblioteca Universitária**: ano base 2020. Fortaleza, 2021.

Encerramento

*“Sê todo em cada coisa
Põe quanto és no mínimo o que fazes”
(Fernando Pessoa)*

A universidade possui uma atmosfera multi, pluri, inter, de possibilidades diversas e infinitas. A construção colaborativa desta publicação reforça o poder do trabalho em conjunto e a importância de alinharmos nossas ideias em busca de um objetivo maior: a produção e difusão da ciência, do conhecimento e da cultura. A explanação das atividades desenvolvidas pelos equipamentos, coleções, departamentos, laboratórios da UFC, bem como a dedicação de tantos professores, pesquisadores, curadores, técnicos-administrativos, bolsistas de graduação e pós-graduação para o sucesso dos projetos, mostra que a dinamicidade está em nossa essência, assim como a busca contínua de métodos e ferramentas que promovam a inclusão e a acessibilidade, e é esse conjunto que nos faz gigantes.

O I Seminário Museus e Coleções da UFC foi realizado com a proposta de possibilitar um espaço de reflexão, de encontros, de diálogos entre saberes e fazeres e de divulgação de coleções e instituições museológicas, superficialmente conhecidas ou desconhecidas por parcelas da sociedade. O evento, que tem agora o seu fecho com este e-book, pôs em foco não apenas o compromisso da universidade com a preservação da memória, mas também o mérito pelo esforço que vem sendo empreendido para manter a produção e disseminação de conhecimento, mesmo em tempos de tantas incertezas. O resultado disso nos enche de orgulho e nos motiva a continuar contribuindo com o melhor de nós em cada novo projeto. Registramos aqui nosso agradecimento a todos que abraçam essa missão.

Larisse Macêdo de Almeida
Bibliotecária do Museu de Arte da UFC

REALIZAÇÃO



SECRETARIA DE CULTURA
ARTÍSTICA - SECULT-ARTE / UFC

APOIO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
UFC



PROMOÇÃO



MINISTÉRIO DO
TURISMO

